

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE O NACIONALISMO POLÍTICO E O
NACIONALISMO ECONÔMICO: REPRESENTAÇÕES
DO BRASIL NA REVISTA VEJA (1968-1974).**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tamiris Carvalho

**Santa Maria, RS, Brasil.
2014**

**ENTRE O NACIONALISMO POLÍTICO E O
NACIONALISMO ECONÔMICO: REPRESENTAÇÕES DO
BRASIL NA REVISTA VEJA (1968-1974)**

Tamiris Carvalho

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM- RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Professor Dr. Carlos Henrique Armani.

**Santa Maria, RS, Brasil.
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado.**

**Entre o nacionalismo político e o nacionalismo econômico: representações
do Brasil na Revista Veja (1968-1974).**

elaborada por
Tamiris Carvalho

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani
(ORIENTADOR/PRESIDENTE)

Prof. Dr. Gilvan Odival Veiga Dockhorn
(UFSM)

Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins
(PUC-RS)

Santa Maria, 15 de janeiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus pais, pelo apoio incondicional em todos os momentos, desde o processo de seleção para o mestrado até a finalização da dissertação. Pela compreensão nos momentos em que estive ausente, devido as aulas, aos eventos e, principalmente, na fase final do trabalho que o contato maior era por telefone.

Aos meus amigos de longa data, Daniela Silveira e Dilson Vargas Peixoto, que também tiveram paciência com minhas ausências nesses dois anos. Nos momentos em que nos encontrávamos era sempre uma festa, eram os instantes em que eu esquecia das preocupações da dissertação.

Aos novos amigos que o mestrado me proporcionou Paula Paz Ribeiro, Vivian Zamboni e Alejandro Gimeno. À vocês agradeço pela amizade e apoio nas horas mais difíceis, quando a vontade de desistir era grande e vocês me ajudaram a levantar e continuar a caminhada. Serei eternamente grata a todos.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação em História da UFSM, em especial ao meu orientador professor Carlos Henrique Armani, pela paciência e compreensão nos momentos que pareciam tão difíceis. Da mesma forma agradeço aos professores componentes da banca, professor Gilvan Dockorn e professor Luis Martins, por dedicarem o tempo de vocês para ler o meu trabalho. À Angélica Skrebsky Richter, secretária do programa, sempre disposta a esclarecer qualquer dúvida, obrigada.

Obrigada à Fernanda Nascimento, pelas correções e sugestões sempre oportunas, não é sempre que temos o prazer de encontrar pessoas com um coração tão grande e gentil. Devo-te um café. Aos queridos que conheci em Montevidéu, no intercâmbio, Maria Dalila, Vitor Sousa e Max Gimeno, sem vocês creio que minha estadia não teria sido tão boa quanto foi. A Dalila, minha segunda mãe, além de me ajudar com o espanhol, rendeu-me dicas valiosas sobre as atividades culturais nessa bela cidade. Além dos bate-papos, que me permitiram conhecer uma mulher vitoriosa, guardo-te no coração. Vitor, “o português”, obrigada pela companhia e pelas belas conversas que tivemos, espero revê-lo novamente. E Max que fazia um esforço para falar a minha língua, jovem simples, mas com um caráter grandioso, foi um prazer te conhecer.

Finalmente agradeço a CAPES, pela bolsa de estudo, que me possibilitou ir aos eventos e, mais que isso, a troca com outros pesquisadores e ao PPGH pela oportunidade do intercâmbio no Uruguai. Agradeço também a UDELAR pela acolhida em Montevidéu.

LISTA DE SIGLAS

AC- 78 – Ato Complementar 78
AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas
AI- 6 – Ato Institucional número 6
AI-1 – Ato Institucional número 1
AI-12 – Ato Institucional número 12
AI-2 – Ato Institucional número 2
AI-5- Ato Institucional número 5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARS – Aliança Republicana e Socialista
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
CPC - Centro Popular de Cultura
CSN - Conselho de Segurança Nacional
DOI– Destacamento de Operações de Informações
DOPS- Departamento de Ordem Política e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB - Força Expedicionária Brasileira
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
JUC - Juventude Universitária Católica
MCP - Movimento de Cultura Popular
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB - Movimento de Educação de Base
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
Oban - Operação Bandeirantes
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PNB - Plano Nacional Brasileiro

Polop - Política Operária

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RV- Revista Veja

SNI - Serviço Nacional de Informações

UDN – União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria.

Entre o nacionalismo político e o nacionalismo econômico: representações do Brasil na Revista Veja (1968-1974).

Autora: Tamiris carvalho

Professor Orientador: Carlos Henrique Armani

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2014.

O presente trabalho está inserido na Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Que teve como objetivo compreender a atuação da Revista Veja, no período da ditadura civil-militar no Brasil (1968/1974) na construção das representações do inimigo nacional. Através dos editoriais procuramos perceber qual a imagem de Brasil construída nesse momento histórico e como ela se relaciona com aqueles considerados o não-ser do Brasil, especialmente os comunistas. Analisamos também a metamorfose do discurso da Revista Veja a partir de 1970. Primeiramente procuramos entender o contexto em que nosso tema está inserido, na sequência apresentam-se os capítulos com a análise das fontes. As fontes utilizadas na dissertação encontram-se online, disponíveis no site da revista Veja. É possível acessar todos os exemplares, desde o primeiro em 1968 até o momento atual. Utilizaremos como fonte de pesquisa os editoriais e as reportagens referentes ao Brasil.

Palavras-Chave: Revista Veja. Nação. Brasil

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

Entre o nacionalismo político e o nacionalismo econômico: representações do Brasil na Revista Veja (1968-1974)

Autora: Tamiris carvalho

Professor Orientador: Carlos Henrique Armani

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2014

This work is inserted on Line Integration, Politics and Frontier Research Program Graduate in History of the Federal University of Santa Maria (UFSM). That aimed to understand the role of *Veja* magazine, in the period of civil - military dictatorship in Brazil (1968/1974) in constructing representations of the national enemy. Through editorials which seek to realize the image of Brazil built this historical moment and how it relates to those considered non-being of Brazil, especially the communists at this historic moment. We also analyze the metamorphosis of the discourse of *Veja* Magazine since 1970. First seek to understand the context in which our subject is inserted following chapters presents the analysis of the sources. The sources used in the dissertation are available online at the journal's site View. You can access all copies since the first in 1968 until today. We will use as a source of research reports and the editorials concerning Brazil.

Keywords: *Veja* magazine. Nation. Brazil.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: O NASCIMENTO DA REVISTA VEJA, OS GOVERNOS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	14
1.1 - O Brasil no contexto de implantação da Ditadura civil-militar (1964)	15
1.2 Os governos militares no Brasil (1964-1974).....	23
1.3 - A Doutrina de Segurança Nacional e os atos institucionais no Brasil	30
CAPÍTULO 2: A ORDEM POLÍTICA DA NAÇÃO E OS INIMIGOS INTERNOS – A AMEAÇA PRESENTE.....	35
2.1 - A construção do inimigo subversivo / a construção do inimigo / a definição do inimigo	35
2.2 - Os atos institucionais e o inimigo nacional	52
2.3 O governo Médici na Revista Veja	56
CAPÍTULO 3 - EM DIREÇÃO AO NACIONALISMO ECONÔMICO ...	64
3.1 – A questão nacional na Revista Veja.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXO A	102
ANEXO B	103
ANEXO C	105
.....	105
ANEXO D	106
.....	106
ANEXO E	107
ANEXO F.....	108
ANEXO G.....	109

INTRODUÇÃO

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros

Revista Veja, 11/09/1968

Em 11 de setembro de 1968 é lançada a revista Veja. O ano foi emblemático para o mundo: foi em maio de 1968 que a juventude parisiense colocou fogo em Paris – metaforicamente, manifestações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga, alternativa pacifista dos hippies foram alguns dos eventos marcantes desse período.

O comportamento das pessoas também mudava, por exemplo, nas relações entre os sexos (emancipação feminina crescente), no uso de anticoncepcionais e de drogas, na consolidação da televisão como principal meio de comunicação de massas, ocupando cada vez mais espaço no cotidiano das populações.

No Brasil, 1968 foi também um ano simbólico. Além da influência dos fatores internacionais e da identidade com movimentos contestadores de outros países, os brasileiros tiveram especificidades locais determinantes. Podemos citar o movimento estudantil, que reivindicava ensino público e gratuito para todos. Os estudantes ainda lutavam junto com o ensino contra a ditadura que cerceou as liberdades. Para Marcelo Ridenti “o ano de 1968 encerrou-se no Brasil sob o signo da repressão” (2000) no dia 13 de dezembro, quando o regime civil-militar baixou o Ato Institucional nº5, pois se acreditava que, dessa forma, seria possível eliminar qualquer oposição ao regime ditatorial, já que as manifestações à ditadura não cessavam.

Para os militares, o caótico estado de coisas foi a justificativa para o governo baixar novo ato adicional. Para o general Lyra Tavares, os militares estavam perdendo as condições de manter a ordem no país. É neste contexto que é lançada a revista semanal Veja. Nas palavras do editorial, redigidas pelo seu principal editor, Victor Civita, apresentava-se o nascimento da Revista Veja e seus objetivos. A revista propunha ter um alcance nacional, rompendo com os regionalismos e o preconceito. A distância não seria um empecilho para que a revista circulasse por todo o Brasil.

A própria revista, desde a sua primeira edição, trazia uma série de reportagens que contribuíam para a sensação de insegurança do seu público leitor: contribuía, nesse sentido, para a construção de uma representação de um inimigo nacional. Quem era o inimigo do

Brasil e como a Veja construiu essa representação? A revista também passou a reproduzir o discurso emitido pelo presidente Médici, dando ampla divulgação ao mandato presidencial e aos seus feitos políticos.

Assim, a questão principal que norteia esta pesquisa é: qual a representação de Brasil que a Revista Veja produziu no período de 1968-1974? Dessa forma o presente trabalho *“Entre o nacionalismo político e o nacionalismo econômico: as representações de Brasil na Revista Veja (1968-1974)”* analisa como a Revista Veja (doravante, apenas RV) contribuiu na construção do inimigo da Nação (Brasil) durante o período da ditadura civil-militar no Brasil de 1968 a 1974, bem como o direcionamento que a RV conduziu seu discurso nos anos subsequentes, passando de um discurso mais ancorado no nacionalismo político, em que o inimigo era o subversivo, para um nacionalismo de caráter mais econômico e social, no qual o inimigo a ser combatido eram a pobreza e a corrupção. Para essa pesquisa, utilizamos como fonte os editoriais e as reportagens referentes ao Brasil da RV, que se encontram digitalizadas e online para livre acesso.

A delimitação temporal justifica-se pelo fato de 1968 ser o ano de nascimento da RV e 1974, por ser um período de transição para um novo governo (Geisel), onde a RV não fez tantas reportagens acerca do nacionalismo econômico, o que dificultaria dar continuidade à análise.

Esta pesquisa está inserida na linha de Integração, Política e Fronteira, compreendendo as questões referentes à política e ao processo histórico de construção do discurso político. O estudo conceitual do político visa analisar os sistemas que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. Neste sentido, a dissertação aqui apresentada, visa dar resposta ao objetivo inicial que investigou como a RV corroborou a construção do inimigo da Nação (Brasil) e como o Brasil na condição de sujeito nacional foi representado nessas construções.

O trabalho de pesquisa apresentado aqui está inserido em uma perspectiva ancorada na história das ideias, que analisa “a imprensa, e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos” (ROSANVALLON, 1995, p.14), produzidos em um determinado período histórico. Nosso trabalho visa compreender como esses signos atuaram na construção do inimigo político dos primeiros anos da RV, bem como daqueles inimigos de caráter mais econômico, que caracterizaram o projeto desenvolvimentista de Médici.

Nessa dissertação, optamos por utilizar a metodologia da História das Ideias (ou Intelectual), que tem como objetivo compreender as condições discursivas de produção e

transmissão de ideias. Nesse sentido, a História Intelectual apresenta-se como um campo fundamentalmente interdisciplinar que promove um diálogo entre a história das ideias, da filosofia, das ciências e da cultura. Seus pesquisadores constroem seus objetos e problemas tomando como fontes preferenciais textos, conceitos e teorias. Na História Intelectual, a própria noção de contexto se modifica e deixa de ser um apanhado de episódios alheios aos textos (eventos políticos, econômicos ou mesmo da biografia civil ou institucional dos autores, etc.), transformando-se nas próprias condições históricas da cultura intelectual que permitiram o surgimento das ideias.

Logo, a pesquisa da história intelectual tem por objeto as circunstâncias de produção, discussão e propagação de ideias e conceitos através de um estudo crítico de textos, livros em seus contextos intelectuais, e da recuperação de seu significado histórico. A nós, nesse trabalho, cabe perceber quais eram as ideias propagadas pela RV no período de 1968-1974 relativas ao Brasil, especialmente o discurso de caráter mais nacionalista que a RV produziu.

Convém mencionar uma distinção importante que LaCapra faz, ao tratar da relação entre história intelectual e interpretação documental, especialmente a particularidade do historiador das ideias em relação ao tratamento documental. Segundo LaCapra “em um modelo documental, a base da pesquisa é o “duro” fato derivado da inspeção crítica das fontes, e o propósito da historiografia é tanto fornecer descrição narrativa, quanto “descrição densa” dos fatos documentados ou submeter o registro histórico a procedimentos analíticos de hipóteses-formação, testes e explanação” (2013, p. 03). Nessa perspectiva, a análise baseia-se na comprovação daquilo que as fontes estão revelando, enquanto que na história intelectual nos cabe interpretar o texto, o que o autor quis dizer. Esta análise parte do contexto em que o autor está inserido, no período em que está escrevendo e para o público que está direcionando o seu discurso. Para LaCapra, a linguagem se constitui como “meio transparente” por onde se pode “olhar através” (2013, p. 05).

Conforme LaCapra, “historiadores frequentemente lêem textos como simples fontes de informação no que diz respeito à análise de conteúdo. Nós [historia intelectual] tendemos a identificar um texto diretamente com o que ele parece representar ou dizer — com seus temas, propostas ou caracterizações” (2013, p. 18).

Tendo como base a História Intelectual o primeiro capítulo “A Ditadura Civil-Militar no Brasil: o Nascimento da Revista Veja, Os Governos Militares e a Doutrina de Segurança Nacional”, tratamos do nascimento da RV, o processo de implantação da ditadura civil-militar no Brasil, bem como os três primeiros governos militares (1968-1974), além dos atos

institucionais e a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse primeiro capítulo enfatizamos o contexto do período que optamos por analisar.

No segundo capítulo “A Ordem Política da Nação e os Inimigos Internos – A Ameaça Presente” analisamos as representações de amigo e de inimigo nacional difundidos na Revista Veja a partir da definição de Carl Schmitt na obra *O conceito do político*. A mesma serviu como perspectiva teórica para pensar tais categorias de representação da nação elaboradas pela revista. No terceiro capítulo “Em Direção ao Nacionalismo Econômico”, tivemos como objetivo analisar a transformação do discurso da revista, que a partir de 1970, produziu uma linguagem simbólica direcionada para o nacionalismo econômico, diferente do caráter mais político dos primeiros anos, ainda que ele não desaparecesse completamente da revista.

CAPÍTULO 1 - A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: O NASCIMENTO DA REVISTA VEJA, OS GOVERNOS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A imprensa no Brasil surgiu há quase duzentos anos e existem muitos estudos¹ sobre esse tema. O surgimento da imprensa acompanha e se vincula às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional.

Nas últimas cinco décadas, o campo da pesquisa histórica tem passado por transformações que apontam para a crescente pluralidade de abordagens e temas. Neste movimento, a imprensa tem sido tomada como fonte e também como objeto de estudo. Como fonte documental, integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes; como objeto, transforma-se ela mesma no foco dos trabalhos.

Na historiografia tradicional a imprensa aparecia, em geral, como fonte² privilegiada na medida em que era vista como autêntica narradora dos fatos e da verdade. Com a renovação dos estudos históricos e com a ênfase numa abordagem que privilegiava o socioeconômico, a imprensa entrelaçou-se às discussões mais tradicionais sobre ideologia, nas quais, ela seria apenas reflexo superficial de ideias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente a uma infraestrutura socioeconômica.

A imprensa era vista com certo desdém, como mero veículo de ideias e de forças sociais e como “falsificadora da verdade”. Com a renovação da abordagem no campo do político, a imprensa passou a ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões) e também agente histórico que intervém nos processos (MOREL e BARROS, 2003). A imprensa deixou de ser mero registro de acontecimentos. A nova concepção implica, portanto, verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.

A *Revista Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, com a proposta de ser uma grande revista semanal de informações de todos os brasileiros. No Brasil, a revista nasceu em meio a Ditadura civil-militar (1964). Três meses mais tarde ao surgimento da revista, o AI-5 impunha severo controle à imprensa. Devia-se evitar notícias “tendenciosas” que pudessem influenciar a população a lutar contra o regime. A violência política era um componente

¹ A historiografia sobre a imprensa é vasta no Brasil. Consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *A Imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2008. MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

² O termo fonte não está se referindo a “fonte histórica”.

importante naquele período: a polícia repressiva agia de forma intensa contra aqueles que queriam o fim do regime.

A imprensa publicava em suas reportagens as manifestações estudantis, bem como a escolha do novo presidente, a Copa de 1970, o sesquicentenário da Independência, entre outros temas. Essas reportagens faziam um apelo às emoções, gerando no público leitor reações imediatas e despertando sensações como amor, ódio, desejo, medo e repulsa. Dessa forma, a imprensa cria imagens bem definidas. Para Castoriadis, o imaginário é uma criação indeterminada de figuras e imagens cujo objetivo é remeter a algum significado. Assim, a realidade e a racionalidade são seus produtos diretos (1982, p. 13). Deste modo, a Revista *Veja* atuou, no início, na construção do imaginário do inimigo do Brasil e, mais tarde, difundiu a ideia chave do governo Médici “O Brasil: grande Potência”.

No princípio a *Veja* passou a investigar quem seriam os “inimigos”, que muitas vezes eram chamados de terroristas no Brasil, e quais as suas intenções. Para a revista, os “atos espetaculares” feitos pelos “terroristas” tinham como objetivo a derrubada do regime via subversão. Percebemos que a própria revista criou um clima de insegurança social que favoreceu o golpe dentro do golpe. Os textos da revista contribuíram na construção de um ambiente de medo em relação à ameaça dos “comunistas” e de uma situação fora do controle.

1.1 - O Brasil no contexto de implantação da Ditadura civil-militar (1964)

Os anos que antecederam o golpe de 1964 no Brasil foram ricos em termos culturais, intelectuais, econômicos e político-sociais. O contexto pós Segunda Guerra Mundial, em parte da América Latina, foi marcado por um crescimento econômico e pela implantação de projetos nacional-desenvolvimentistas. Os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart no Brasil; Juan Domingo Perón, na Argentina; Lazaro Cárdenas, no México; Jacob Arbenz, na Guatemala; e Victor Paz Estenssoro, na Bolívia, representavam propostas de estender benefícios econômicos para uma parcela ampla da população e, de certa forma, ampliar a participação política da população com certo controle.

Havia jovens engajados em discutir a mudança da sociedade, valorizando as manifestações culturais vindas do povo. Com isso nasceram o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC). Os CPCs foram criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961, e pretendiam fazer arte popular e revolucionária. No teatro havia os Teatros de Arena e Oficina, toda a estética da época era politizada com temas

prioritários como anti-imperialismo, o anticapitalismo, a defesa da justiça social e do nacionalismo.

Porém, essa efervescência cultural, juntamente com a mobilização proletária e camponesa, e com os projetos nacionalistas foram considerados perigosos para a “segurança nacional”. Mais do que isso: foram considerados uma ameaça à ordem do Ocidente. Nessa direção, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) serviu como forma de prevenir contra a entrada do “comunismo” nos países da América Latina. Segundo Nilson Borges (2003, p. 24-25), a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais. Em função disso, toda a nação deve mobilizar-se integralmente para combater o comunismo, promovendo a submissão das atividades da nação à sua política de segurança.

As Forças Armadas ao longo do processo histórico fizeram algumas interferências no processo político. Podemos citar 1889, com a Proclamação da República, 1930 com a derrubada da República oligárquica que permitiu a ditadura do Estado Novo e a deposição de Vargas em 1945. Os militares também participaram do processo para estabelecer um regime democrático (1945-1964), e garantiram a posse de Juscelino Kubitschek em 1955.

Conforme Nilson Borges, é importante compreender a interferência das Forças Armadas na política antes e depois de 1964. No período anterior a 1964, os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e voltavam para os quartéis. Porém, em 1964, foi diferente. Sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, os militares assumiram o papel de condutores dos negócios do Estado, passando a verdadeiros atores políticos juntamente com os civis.

Como percebemos, as Forças Armadas interferiram diversas vezes no processo político brasileiro. A intervenção dos militares é vista como legítima e necessária para a preservação dos interesses da ordem institucional. Dentro das Forças Armadas os militares recebiam uma formação mais política do que profissional, fazendo com que se politizasse e desenvolvesse, no interior da corporação, a crença de que seriam eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, como missão lhe caberia o direito e até o dever de arbitrar as crises políticas (intervindo) em nome da ordem interna.

Conforme Borges,

em 1964 deu-se a tomada do poder pelos militares, numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares (2003, p. 20).

O golpe civil-militar deu-se com base na Doutrina de Segurança Nacional em que se estabeleceram novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político. O aparelho militar deixou de exercer sua ação arbitral-tutelar, de intervenção transitória para desenvolver outro tipo de papel: o de dirigente. Dessa forma, as Forças Armadas passaram a exercer funções políticas e administrativas. Há uma mudança em relação às intervenções anteriores, pois com os ditames da Doutrina de Segurança Nacional, diversas transformações ocorreram tanto no nível tático como estratégico. A DSN serviu como justificativa para os golpes preventivos.

Conforme Claudia Wasserman,

os golpes são desferidos pelos militares supostamente contra o comunismo. Parte da sociedade civil respondeu positivamente ao golpe, apoiando-o, porque foi inoculada com o veneno dos doutrinadores. No Brasil, foi realizada uma enorme campanha de difamação contra o governo João Goulart e contra os políticos que acompanhavam o projeto populista, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes [...] (2006, p. 56).

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos presidente e vice-presidente respectivamente, porém o governo de Jânio Quadros durou apenas sete meses. Em agosto de 1961, o presidente da República renunciou. Então quem deveria assumir pela Constituição seria o vice-presidente Jango, que se encontrava na China. Iniciava-se, seu retorno ao Brasil, porém forças conspiratórias se organizavam para barrar a posse de Jango. O mesmo era mal visto pelos militares, pois tinha fortes ligações com os sindicatos, enquanto foi ministro do trabalho do governo de Getúlio Vargas.

Para alguns militares, Goulart estava levando o Brasil para um estado socialista que extinguiu os valores e as instituições tradicionais do país. Segundo Skidmore (1994, p. 22), “os conspiradores sustentavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra)”. A ESG no Brasil era um centro altamente influente nos estudos políticos através de seus cursos que eram frequentados por civis e militares. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna”, segundo ela, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas sim interna, dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Essas categorias eram vistas como ameaças para o país, portanto deveriam ser neutralizadas ou extirpadas através de decisões decisivas.

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 1949 no Rio de Janeiro, uma escola como um centro misto de militares e civis, onde elaboravam alternativas aos obstáculos

do desenvolvimento nacional no contexto político no pós-guerra. O pós 1964 reservou a ESG³ um importante papel, pois a partir de suas formulações doutrinárias, foi possível a um grupo de militares e civis não somente elaborar um projeto político para o país, que articulasse de forma coerente segurança com desenvolvimento econômico, como também catapultar muitos dos seus quadros à estrutura estatal "pós-revolução", o que ficou cristalizado na ascensão do general Castelo Branco à Presidência da República.

A forma de pensar anticomunista não era nova para a política brasileira. Em 1954, havia por trás do suicídio do presidente Getúlio Vargas uma conspiração militar para tirá-lo do poder, assim como fizeram com Goulart. Os militares tentaram impedir a posse de Jango alegando que o mesmo, enquanto ministro do trabalho, havia entregue cargos-chave nos sindicatos a “agentes do comunismo internacional”. Havia receio de que o presidente promovesse a infiltração das forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”.

Conforme Skidmore, os militares e civis que depuseram Goulart tinham dois objetivos: primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares, segundo era restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais” (1994, p. 45).

Utilizando-se desse pretexto os militares tentaram impedir a posse de Jango. Este então assumiu para governar com o parlamentarismo, sendo o primeiro ministro Tancredo Neves. Porém não foi por muito tempo, em janeiro de 1963, realizaram um plebiscito e Jango recuperou seus direitos políticos. Conforme Felizardo “o governo parecia imobilizado, suspenso em um duplo fio de navalha: de um lado as aspirações populares, de outro, a trama dos conservadores” (2003, p. 70). O clima de incertezas pairava. Os militares não queriam de modo algum a posse de Jango como presidente e, a partir do momento que o mesmo assumiu como presidente do Brasil, com plenos poderes, militares e civis organizaram-se para dar o golpe em Jango.

Em 13 de março de 1964 ocorreu o Comício da Central do Brasil que somente veio agravar a situação. Para as esquerdas, “a notícia surgiu como uma vitória dos grupos reformistas que, desde a posse de Goulart, procuravam tê-lo como aliado nas mudanças econômicas e sociais” (FERREIRA, 2005, p. 325). Para os grupos mais conservadores, o comício “atuou como um alerta, como uma senha que unificou grupos e propostas heterogêneas no sentido de romper com o jogo democrático” (FERREIRA, 2005, p. 325).

³ Para mais informações sobre a ESG, consultar: SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. In: Soc. estado. vol. 22 nº.1 Brasília Jan. 2007.

O objetivo principal era realizar uma série de comícios semelhantes ao do Rio de Janeiro, em várias cidades, como em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. O intuito era mobilizar a população para pressionar o Congresso Nacional, obrigando os parlamentares a aprovarem as reformas de base⁴.

Segundo Ferreira (2005, p.96) “é verdade que a conspiração avançava a passos largos desde que Goulart assumira o poder sem o parlamentarismo”. Para os militares, Jango pendia cada vez mais para a esquerda. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi o responsável por orquestrar o golpe. Este desencadeou uma campanha destinada a mostrar que o comunismo rondava o país. Os dirigentes do IPES/IBAD reuniam-se frequentemente com representantes de TV para que eles pressionassem a mídia contra a presença da esquerda nos seus quadros. O IPES desejava destruir o legado deixado por Vargas e remodelar o país.

Os militares que conspiraram contra Goulart esperavam enfrentar resistência armada. Conforme Skidmore, “supunham que oficiais legalistas defenderiam o presidente e seu governo, talvez mergulhando o Brasil em uma guerra civil” (1994, p. 55). A guerra com armas não se materializou, mas os militares não lutavam apenas contra as armas, mas também contra os líderes “subversivos” que supostamente estavam levando o Brasil para o “comunismo”.

Milhares foram presos na “Operação Limpeza”, membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras que atraíssem a suspeita do serviço de inteligência militar. Os partidos políticos também foram atingidos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), e oficiais e praças que foram considerados de esquerda.

A tortura foi utilizada com uma larga aplicabilidade para a extorsão de informações e/ou confissões. Os torturadores acreditavam que os prisioneiros sabiam de segredos vitais, como o nome de seus contatos russos ou de militares brasileiros que seriam exterminados. Na área política o governo resolveu aplicar não a tortura, mas cassar os mandatos e suspender direitos políticos. Os acusados não tinham direito de defesa e nem sabiam quais eram as acusações contra eles. Segundo Skidmore “o novo governo alegava que sendo revolucionário,

⁴As reformas de base eram as bandeiras do governo Jango. Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como os marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais. Para mais informações ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base

podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e os corruptos. Dar satisfações não era uma das suas regras” (1994, p. 59).

E as punições não se restringiram apenas aos civis, os militares também tiveram sua quota. Alguns oficiais foram forçados a se aposentar. Muitos deles tinham feito oposição ao golpe, outros eram acusados de considerar o novo governo constitucionalmente ilegítimo. Outros ainda eram considerados simpatizantes de Goulart e não mereciam nenhuma confiança.

A maioria da mídia brasileira apoiou o golpe. Os jornais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, e os veículos de comunicação ligados aos “Diários Associados” também compartilhavam do apoio. O jornal *Última Hora* de Samuel Weimar foi um dos que combateu o golpe. Os advogados através do seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, também foram oposição ao golpe.

A cúpula do clero apoiou a intervenção militar. Alguns bispos influentes elogiaram o golpe. “As forças armadas intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista em nosso país” (BORGES, 2003, p. 30). Porém grupos como a Ação Católica Brasileira e Ação Popular foram contra a posição de apoio de parte da Igreja.

Os Estados Unidos foram apoiadores do golpe. O presidente Lyndon Johnson enviou mensagem de congratulações ao presidente em exercício Ranieri Mazzilli. O ex-embaixador americano no Brasil, Adolf Berle demonstrou apoio aos militares. Berle declarou “Goulart estava levando o seu país para as fileiras do comunismo cubano e por isso tinha que ser deposto” (FICO, 2008, p. 34). Mais tarde juntou-se a ele o ex-embaixador Gordon que declarou que a Revolução de 1964 foi um evento que “pode na verdade figurar ao lado do Plano Marshall, do Bloqueio de Berlim, da derrota da agressão comunista na Coréia e da solução da crise dos mísseis em Cuba como um dos momentos decisivos da história do mundo na metade do século vinte” (FICO, 2008, p. 40). Mas Gordon advertiu aos brasileiros que era preciso distinguir entre subversão e oposição política, porém reiterava o risco que o Brasil correria se Goulart permanecesse no poder. O diplomata tinha por finalidade expressar a preocupação dos EUA e assim manter a devida distância entre o governo do seu país e os possíveis excessos dos revolucionários.

Para Claudia Wasserman (2010, p. 53),

o golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a

Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras.

Autores como Delgado, Fernandes e Toledo (2004), enfatizam que a intervenção civil e militar em 1964, foi de caráter preventivo. Na interpretação desses autores, a intervenção militar deu-se por uma perspectiva estimulada na “crença de que o Brasil poderia através da ação crescente dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformistas ou até mesmo caminhar para o socialismo” (2004, p. 19).

Os setores conservadores acusaram o governo João Goulart de incompetente e que tinha aproximações perigosas com os grupos populares que o pressionavam para que Goulart realizasse as reformas de base. Era necessário conter os movimentos sociais reformistas e nacionalistas, o que Jango não conseguia realizar naquele momento.

Caio Navarro de Toledo afirma que “1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação política contra a politização das organizações dos trabalhadores [...]” (2004, p. 68). O governo Jango nasceu, conviveu e morreu sob o aspecto do golpe de Estado.

Faz-se necessário nesse contexto compreender a intervenção norte-americana no golpe de 1964, pois como vimos os EUA foi um dos países apoiadores. No pós II Guerra Mundial, os estadunidenses adotaram uma política nova na questão da economia internacional, pois almejaram evitar qualquer crise que desencadeasse uma supremacia mundial.

Com a queda política e econômica das principais potências, os EUA assumiram um lugar de predomínio mundial. A União Soviética estava em fase de transformação e apresentou perigo eminente aos projetos norte-americanos. As áreas de influência nos países tutelados deviam ser mantidas e, na medida do possível, ampliadas. Conforme afirma Dockhorn “os Estados Unidos envolveram-se em conflitos onde seu território de maneira alguma esteve ameaçado” (2002, p. 51).

Essa intervenção teve como justificativa a defesa da pátria a longo prazo, mesmo que os projetos expansionistas da União Soviética não representassem nenhum perigo aos americanos efetivamente.

Com a Doutrina Truman (1947) e os resultados da Guerra da Coreia, a segurança norte-americana passou a ser ameaçada a partir do momento em que estes julgassem que o comunismo tentava se impor em qualquer país do mundo. Os EUA passaram a responder a segurança em todos os países “livres”. Por meio desse antagonismo, os países que não

estivessem de acordo com essa segurança estariam consequentemente envolvidos com o comunismo.

A Revolução Cubana em 1959 não apenas concretizou as aspirações socialistas como também abalou a autoridade norte-americana, abrindo caminho para novas forças na periferia. E apontou dois problemas para os EUA: um seria a competição bipolarizada, a presença do inimigo interno na América Latina, em segundo lugar alimentaram as contradições que sustentavam as tensões, e desestabilizaram esta zona de influência.

Conforme Dockhorn,

os acontecimentos em Cuba impulsionaram a movimentação de libertação colonial a que estava submetido o Terceiro Mundo, o processo revolucionário redimensionou a questão da luta armada sob a ótica socialista e da Guerra Fria. Para os Estados Unidos e aliados fazia-se necessário adotar técnicas contra-revolucionária (2002, p. 52).

Os americanos estavam envolvidos com a dissuasão dos arsenais nucleares, então restou aos países periféricos a luta contra o comunismo, dentre esses países o Brasil. Mais tarde, os EUA efetuaram total auxílio aos regimes autoritários na América Latina. Forneceram sustentação através de intercâmbios entre chefes militares, venda de armamentos e consequente assistência, programas de ajuda financeira e treinamento de especialistas nas escolas militares.

Com o passar do tempo, a relação dos militares da América Latina com os EUA estava cada vez mais sólida, a compra de armamento tornou essa relação dependente na reposição de peças e equipamentos adicionais (o material enviado serviu como “desencalhe” para o arsenal norte-americano, visto que eram ultrapassados e ineficazes).

A partir da década de 1960 houve um aumento significativo dos conselheiros militares norte-americanos, devido ao fato do envolvimento cada vez maior da América Latina na estratégia revolucionária e da ação cívica. Com a preocupação de conflitos envoltos no nacionalismo exacerbado, os EUA passaram a negar armamentos para as guerras que não tinham como finalidade exclusiva a subversão. Alguns países buscaram o mercado europeu para suprir a necessidade, com isso os norte-americanos reavaliaram e novamente passaram a realizar esse tipo de transação, desde que não ameaçasse a segurança dos EUA.

O treinamento militar representou uma força estratégica imprescindível para os EUA e sua hegemonia nos países da América Latina, principalmente pelo fato de serem desenvolvidos conceitos sobre a guerra contra-revolucionária. Nesse intercâmbio, as instituições militares modernizaram-se e aperfeiçoaram-se, seus objetivos assemelharam-se muito aos interesses dos norte-americanos.

Até a década de 1960, o armamento e treinamento estratégico de defesa norte-americano baseavam-se no avanço externo. Com Kennedy na presidência dos EUA as estratégias foram modificadas. Os militares passaram a ter uma preparação especial, não apenas conflito armado, mas também para a tomada do poder.

Com o episódio cubano, a preocupação com a infiltração subversiva foi ainda maior. A situação econômica dos países latino-americanos, foco de levantes por parte da sociedade, fez com que surgissem novas formas de condução político/militar. Devido às conjunturas internas, os EUA passaram a selecionar os apoios aos militares que assumiriam o poder nos países periféricos: militares nacionalistas poderiam representar problemas futuros. Na década de 1970, as organizações armadas ou de oposição foram todas dizimadas. No Brasil, foram editados atos institucionais para expulsar qualquer ameaça subversiva.

1.2 Os governos militares no Brasil (1964-1974)

O primeiro presidente indicado para assumir o governo civil-militar foi Humberto de Alencar Castelo Branco. Dono de um currículo invejável dentro da instituição militar, teve aproximações com as maiores influências militares das Forças Armadas tanto brasileiras como da França e dos EUA. Castelo Branco tinha identificação com a ESG, defendia a política externa de apoio aos EUA, acreditava que um governo autoritário a curto prazo no Brasil seria necessário, defendeu a adoção de uma intervenção transitória e caracterizou-se por esta tendência de retorno à normalidade após o período de exceção.

Castelo Branco garantiu uma relativa unidade entre os grupos militares e afastou temporariamente a possibilidade da implementação de um regime essencialmente autoritário, centralizado e ditador. Com a edificação de novas estruturas para o Estado fez-se necessária a chamada “Operação Limpeza”, que propiciou um melhor “controle” sobre as várias áreas da sociedade.

Em 27 de abril de 1964 foram instituídos os IPMs, germe da repressão. Os expurgos atingiram não apenas as instituições políticas e burocráticas, mas também as Forças Armadas, com a intenção de afastar simpatizantes e apoiadores do governo anterior. Os primeiros meses do novo governo foram marcados por forte violência como salientou Stepan,

indicam levantamentos feitos de que cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder. Uma estimativa precisa é impossível, pois as técnicas de busca e prisão – as operações “arrastão” e “pente fino”- permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação. Além disso, faziam parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de

espancamento ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedido de habeas – corpus pudessem ser apresentados (1975, p. 59).

Esse período foi marcado por forte expurgo institucional, o que desencadeou uma grande repercussão destas posturas violentas, levando a uma preocupação com a reputação do novo governo, devido a denúncias de torturas e arbitrariedades. O extremismo adotado pelo governo preocupava setores do novo governo que poderia gerar uma publicidade negativa ⁵.

A tentativa de evitar que os grupos revolucionários pudessem ser organizados e que os focos de subversão fossem evitados acarretou a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e, como complemento, do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A “Operação Limpeza” atuou em áreas estratégicas como política, psicossocial e militar.

No campo político foi efetuado um controle dos partidos com vistas a eliminar os políticos que representassem problema aos interesses do novo governo. As universidades, ligas camponesas, sindicatos e os movimentos católicos estiveram sob forte vigilância. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta, exercendo suas atividades na clandestinidade. Os sindicatos foram tutelados e submetidos ao controle do Estado. Passado o primeiro ano de governo civil-militar, houve maior rigidez nas manifestações do Estado e controle das várias áreas sociais.

Em 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução editou um ato institucional que ficou conhecido como AI-1 que “dava amplos poderes ao Executivo, especialmente à Presidência da República; instaurava inquéritos policial-militares (IPMs), suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos [...]” (RODEGHERO, 2007, p. 85).

A ala mais conservadora da instituição militar, almejando a continuação dos poderes concedidos pelo AI-1, contestou o cessar da repressão, através do abrandamento dos expurgos, cassações e demissões, ocasionando uma crise político-militar no interior do Estado.

A disputa entre moderados e conservadores ocasionou que o governo de Castelo Branco adotasse medidas para a própria manutenção do regime. Intensificou-se a repressão e foi interrompida a abertura política que Castelo Branco pretendia. A crise acabou gerando um fechamento político na busca de uma reforma do regime. Com isso, em outubro de 1965, foi baixado o Ato Institucional Número Dois ou AI-2 que representou a continuação das medidas

⁵ O General Ernesto Geisel visitou algumas regiões do país recolhendo depoimentos de presos e vistoriando as condições dos cárceres, ação puramente simbólica, a violência aumentaria ainda mais nos anos seguintes.

autoritárias, por meio do qual se buscava não abrir espaço para a antiga política populista e sem uma concessão à “ditadura tradicional”.

Segundo Fico:

o ato restabeleceu a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos leis [...] (2004, p. 75).

Com a extinção dos partidos políticos foram criadas novas regras para formação das novas agremiações políticas em que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi composta pelos partidos conservadores, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abrigou representantes do PTB, MTR e ARS. Foi proibido o uso de antigas siglas políticas. A maior parte dos que se filiaram a ARENA haviam pertencido à UDN em número quase igual pertencente ao PSD, enquanto no MDB o maior número era do antigo PTB e em seguida do PSD.

Para Dockhorn “o AI-2 estabeleceu a continuação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional que propunha a paz social como elemento condicionante do desenvolvimento” (2002, p. 141). Nessa sequência de atos institucionais em fevereiro de 1966 foi lançado o AI-3 que

estabeleceu eleição indireta de governadores que por sua vez nomeariam os prefeitos das capitais, sendo os demais eleitos pelo voto secreto e popular [...]. O AI-3 foi cercado de atos complementares que exigiram desde questões de filiação à fidelidade partidária, demonstrando assim que a reorganização das forças políticas propostas pelo AI-2 não normalizou as relações entre o Executivo e o Legislativo, tendo sido necessário uma legislação complementar. (DOCKHORN, 2002, p. 145).

As atitudes tomadas por Castelo Branco, inclusive os atos institucionais, desencadearam uma nova forma de relacionamento político no período compreendido entre o final de 1965 até o início de 1967 e gerou uma onda oposicionista cada vez mais acentuada dentro das Forças Armadas.

A candidatura de Costa e Silva serviu como resposta de parte de um grupo militar que não concordava com as diretrizes de Castelo Branco, pois o consideravam excessivamente voltado para a política externa.

Em outubro de 1966, Arthur da Costa e Silva foi eleito pelo Congresso Nacional. Seu discurso anunciava uma nova fase de construção com vistas ao Brasil potência. Costa e Silva procurou manter elos com os diversos setores da opinião pública, criando a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que mais tarde revelou-se um apoio fundamental na articulação do discurso oficial.

Costa e Silva não manteve nenhum ministro do governo anterior, os ministérios tiveram uma ocupação fortemente militar. O novo governo não era nem um pouco parecido com o anterior. O novo perfil ministerial sugeria uma posição mais nacionalista e poucos ministros tinham ligação com os EUA.

O novo presidente trabalhou para promover uma política conciliatória, procurando dialogar com diversos segmentos da sociedade, com o clero, com os homens de negócios e com os políticos, no qual dava esperança de que realizaria as mudanças almejadas.

Porém, o governo reduziu drasticamente a participação da população, com leis, decretos e atos institucionais. A Igreja Católica, que inicialmente tinha apoiado o golpe, nesse momento começava a contestar a ordem vigente. Ao mesmo tempo, a repressão aos movimentos de rua aumentou. A política de alívio proposta ou liberalização controlada, que o grupo aliado a Castelo branco pretendia, entrou em contradição com uma política totalmente repressiva. Instalava-se assim a crise.

Em 1968, a ação política dos estudantes dirigia-se contra o aumento das taxas universitárias, a salas de aulas inadequadas e o corte de orçamento por parte do governo. A morte do estudante Edson Luís Lima Souza, pela polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, durante uma manifestação, gerou uma comoção generalizada e a intensa repressão policial aproximou ainda mais correntes da Igreja Católica aos manifestantes.

As manifestações dos estudantes, de setores ligados ao clero, de sindicalistas, animaram os opositores do MDB, pois o clima de efervescência política poderia resultar em concessões do Estado de Segurança Nacional. Ledo engano.

A Igreja passou a combater a Doutrina de Segurança Nacional do governo. Em contrapartida a direita também se mobilizou através do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista, as organizações mais conhecidas.

Para controlar qualquer ameaça comunista e para conter as manifestações em 1968 foi decretado o AI-5 que “previa a suspensão do *habeas corpus* para os crimes políticos, o que tornava praticamente impossível qualquer tipo de crítica ao regime” (RODEGHERO, 2007, p. 95). Além desses decretos foram criados outros instrumentos contra a subversão:

foi o caso da montagem do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações); do aperfeiçoamento dos órgãos de informação dos ministérios militares; do rigor na censura à imprensa; da promoção do regime através da propaganda e também das reformas na Justiça Militar (RODEGHERO, 2007, p.95).

Com o AI-5 a busca por aqueles que eram considerados comunistas tornou-se ainda maior. A campanha contra o comunismo já havia iniciado em 1935 com a Intentona

Comunista, em 1950 com Getúlio Vargas, o comunista passou a ser considerado o traidor da pátria. Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando aumentar o controle sobre o Executivo e sobre a sociedade brasileira. Em 1969, foi regularizado por um decreto que tornava ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais e às Forças armadas.

Ainda foi proibida qualquer publicação de notícias sobre movimentos estudantis ou de trabalhadores. Costa e Silva e seus colegas mais graduados tinham que convencer de que os novos atos e leis manteriam e impediriam a oposição de se aproximar do governo.

E a busca pelos “subversivos” era grande, conforme Cecília Coimbra,

o fantasma do comunismo ameaçava e rondava as famílias brasileiras; era necessário esconjurá-lo, estar sempre alerta para que a pátria, a família e a propriedade continuassem territórios sagrados e intocáveis por tal peste. Não foi por acaso que o golpe de 1º de abril de 1964 teve o apoio de significativas parcelas das classes médias que denunciavam o avanço do comunismo na sociedade brasileira e exigiam um governo forte (2011, p. 42).

Após o golpe de 1964, se intensificou ainda mais a “caça aos comunistas”, as propagandas, as cassações, as prisões e os primeiros desaparecimentos, principalmente depois do decreto do AI-5. “A partir daí, o regime militar consolidou a sua forma mais brutal de atuação por intermédio de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional” (COIMBRA, 2011).

A ditadura silenciava, massacrava toda e qualquer pessoa ou movimento que fizesse oposição ao regime: era o terrorismo de Estado que instalava a ditadura sem disfarce. Conforme Coimbra,

a censura tornava-se, a cada dia, mais feroz e violenta, pois dificultava e impedia qualquer circulação e manifestação de caráter um pouco mais crítico. A televisão passou a ter um grau de eficiência e eficácia internacionais, fabricava e sedimentava valores e padrões para um país que “vai pra frente” (2011, p. 43).

Cecília Coimbra (2011), ainda nos coloca que muitas imagens passaram a ser construídas naquele período, dentre elas a do subversivo ou terrorista. Esse era apresentado com conotações de grande periculosidade e violência, porque se apresentava como uma figura contrária à ordem vigente e dessa forma deveria ser identificado, denunciado e controlado e, se necessário, exterminado. Estes ainda eram vistos como “criminosos, ateus, traidores e prostitutas para as mulheres, pois carregavam fortes implicações morais”. Esses eram vistos como antissociais, pois representavam um perigo à religião, à família, à pátria, à moral, à civilização.

Conforme Skidmore “o governo brasileiro estava agora, em meados de 1969, usando todos os meios (torturas de criancinhas na presença dos pais, estupro de mulheres na frente

dos maridos) para obter informações sobre as guerrilhas” (1994, p. 181). A tortura transformou-se num horrível ritual contra o corpo e a alma. Ela havia se tornado em algo ainda maior, a tortura tornara-se um instrumento de controle social. Em meados de 1969 essa máquina funcionava com toda a sua eficiência.

Com a doença do presidente e seu consequente afastamento pela Constituição o vice-presidente assumiria o cargo. Essa substituição acarretaria transtornos, o que desencadeou no Ato Institucional Nº 12, que impedia a posse do vice-presidente. Na sucessão presidencial, Emílio Garrastazu Médici tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil.

Ele implantou no seu governo os principais aparelhos de repressão da ditadura militar, tais como a Operação Bandeirantes (Oban), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), o Centro de Operações de defesa Interna (CODI), que são exemplos dessa conduta.

Junto aos aparelhos de repressão, o governo articulou uma propaganda política capaz de impregnar a população com sentimentos nacionalistas. Foi exemplo dessa política nacionalista a Seleção “Canarinho” de futebol, a novela exibida pela Rede Globo de Televisão que apoiava o regime militar, *Irmãos Coragem*, e a censura imposta a anúncios e publicidades veiculados pela imprensa. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) consolidava através da propaganda ideológica, o governo Médici. No terceiro capítulo realizamos uma análise de como a RV atuou “ajudando” na construção do sentimento nacionalista, visto que algumas edições foram dedicadas exclusivamente a tratar da Copa de 70.

Segundo Coimbra,

vivia-se no Brasil um dos mais violentos períodos de perseguições, sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Expandia-se a doutrina do regime militar, baseada na Segurança Nacional, tendo como centro irradiador a Escola Superior de Guerra que ajudou no avanço e desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos (2000, p.06).

Esse período de forte repressão e clandestinidade ocasionou que vários grupos revolucionários caíssem na clandestinidade no período de 1964 a 1974. Surgiu nesse contexto a Guerrilha do Caparaó, que era contra o regime. As ações dos grupos eram assaltos a agências bancárias e sequestro de nomes relevantes internacionalmente, o que esteve entre as muitas reportagens da Revista Veja.

Conforme Elenice Szatkoski,

essas ações praticamente se voltaram contra as guerrilhas, pois o governo recebeu mais dinheiro, mantendo e aprimorando os aparelhos de repressão, bem como intensificando a repressão com maior violência. Essa prática desgastou as organizações guerrilheiras junto à opinião pública, pois estavam à mercê da propaganda da imprensa, que, atrelada ao governo militar, divulgava os atos terroristas (2003, p. 141).

Podemos aqui citar algumas organizações como: Polop (Política Operária) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essas organizações armadas fizeram com que os militares endurecessem ainda mais o regime. A guerra psicológica foi a estratégia utilizada para desestruturar as organizações. Com o controle dos meios de comunicação, o regime passou a sua concepção de imagem e da intenção dos guerrilheiros junto à opinião pública, fazendo com que as organizações não se aproximassem das massas.

Para Szatkoski (2003, p. 142),

a proposta do presidente Médici, difundida pelos meios de comunicação da época, em especial pela televisão, era de que o militante preso teria vantagens se renegasse sua ideologia. Se esse militante aceitasse a retratação, deveria redigir um manifesto, a ser publicado em jornais, e prestar declarações em frente às câmeras de televisão, ocasião em que renegaria a sua luta e alertaria os jovens dos riscos de serem cooptados pelos comunistas, além de ter de declarar seu amor à pátria, reconhecendo os benefícios do regime militar.

O cenário internacional não era muito diferente, a “caça aos comunistas” caminhava a passos largos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), e o surgimento das duas potências, os Estados Unidos e a União Soviética, iniciava-se uma disputa pelo aumento da área de influência por esses países, tanto política, econômica quanto ideológica. Essa disputa ficou conhecida como Guerra Fria e assim caracterizou-se pelas constantes ameaças tanto do bloco capitalista como comunista em desencadear um conflito nuclear.

Nos EUA, o combate ao comunismo teve início em 1947, com a Doutrina Truman, através do qual o país comprometia-se a auxiliar financeiramente o país que estivesse sob ameaça da União Soviética. Esse mundo bipolarizado se fez sentir na América Latina, em 1960. Em 1959, a Revolução Cubana colocou fim às relações entre Cuba e os EUA. O fato de Cuba declarar-se socialista acarretou transformações no modo como o perigo comunista deveria ser combatido.

Com a presença do inimigo no continente, os EUA tomaram novas medidas para evitar que ocorresse o que aconteceu em Cuba. Com isso, criou a “Aliança para o progresso”, conforme Ianko Bett,

O governo dos EUA, “ciente” da gravidade dos problemas sociais e econômicos dos países latino-americanos, fator este considerado como a principal via de fomentação do ideário comunista, criou a referida aliança como forma de proporcionar o desenvolvimento da região (2010, p. 16).

Em contrapartida, os EUA exigiram transformações estruturais que acarretaram uma considerável pressão sobre os países latino-americanos para que efetivassem medidas anticomunistas. Porém, com a vitória da Rússia contra o nazismo e o fascismo, adquiriram

uma grande aceitação na América Latina, sendo considerado um dos meios para solucionar os problemas econômicos e sociais dos países.

Para Motta (2002), a ameaça comunista na América Latina serviu como um decisivo argumento para golpes e implantação de ditaduras militares, bem como para o convencimento social da necessidade de reprimir a esquerda. Motta (2002) salienta que se deve levar em conta que o anticomunismo adquiriu diversas roupagens e que este deve ser focado a partir da análise do lugar de onde foi manifestado e a quem foi direcionado. Esses movimentos anticomunistas causaram diversos conflitos, inclusive no Brasil, como discutimos a cima, que corroboraram na derrubada do presidente João Goulart (1964).

1.3 - A Doutrina de Segurança Nacional e os atos institucionais no Brasil

O regime civil-militar no Brasil serviu como ponto de referência para os demais países da América Latina. A formação da Escola Superior de Guerra (ESG) foi determinante pelas posições tomadas pela elite militar e civil brasileira, junto com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto de Ação Democrática (IBAD), que foram responsáveis por disseminar os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional originária dos Estados Unidos, criada na época da Guerra Fria, forneceu intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. Castelo Branco impôs por decreto-lei a DSN, quatro dias antes de deixar o governo. Ela visava a defesa contra o tipo de “guerra interna” que supostamente ameaçara o Brasil durante o governo de Goulart.

A Doutrina previa novas penalidades para os responsáveis por guerras psicológicas ou para os promotores de greves que colocassem em perigo a ordem do país. Os conceitos e as leis provinham da Escola Superior de Guerra, onde Castelo Branco foi ativo participante. O presidente e as Forças Armadas estavam impondo que todos os brasileiros deveriam seguir as doutrinas que segundo eles salvaram o Brasil em 1964.

Segundo Nilson Borges,

a Doutrina de Segurança Nacional é “uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea”. Objetivamente a Doutrina é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais (2003, p. 24).

Criava-se internamente um clima de insegurança, a corrida contra o comunista era uma verdadeira guerra baseada na Doutrina. Aqui entenda-se que a luta era tanto externa (inimigo externo) quanto interna (inimigo interno), a suposta infiltração generalizada foi uma forma de justificativa para a repressão.

Tornou-se necessário o reforço do conceito de segurança, pois com as novas concepções de guerra, qualquer indivíduo da sociedade pode ser considerado um subversivo. A segurança englobou todos os níveis da sociedade, assim a instituição militar assumiu o papel de “construtores da nação”.

Para que o projeto político da Doutrina pudesse ser imposto, foi fundamental que se apelasse para a guerra psicológica. Uma forma de denegrir moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e também de evitar oposição ao projeto da Doutrina. Os meios de comunicação adquiriram grande importância na manifestação das massas. Segundo Borges, com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, a Doutrina visa desmoralizar o inimigo, produzir deserções, a criar o silêncio, fazer aderir às políticas do Estado.

Conforme Borges “o terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os inimigos” (2003, p. 29). O Estado de Segurança Nacional utilizou os órgãos de informação e segurança, através da tortura, do assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, uma verdadeira guerra psicológica. A Doutrina gerou uma sociedade com características de uma guerra interna, física e psicológica, de caráter anti-subversiva contra o inimigo comum. A Revista Veja atuou como um veículo de comunicação que também compartilhava da ideologia da Doutrina, desumanizando o inimigo, que foi a análise realizada no segundo capítulo. A criação da representação do inimigo interno (comunista) foi uma das formas de manter uma guerra interna, um Estado permanente de crise.

A Doutrina de Segurança Nacional, dentro do aspecto ideológico, serviu para abolir um dos princípios fundamentais do regime democrático liberal: a subordinação dos militares aos civis e a não intervenção no processo político. Conforme Borges, “a Doutrina propõe uma mudança radical no papel da profissão militar, em que a defesa externa implica a defesa interna, isto é, o velho profissionalismo da segurança interna e do desenvolvimento nacional” (2003, p. 33). Surgem dessa forma, no interior do aparelho militar e fora dele, os serviços de informação, que passam a concentrar todo e qualquer tipo de informação e a tratar de matérias de política interna e externa. A principal função era a coleta, análise e julgamento das informações e determinadas técnicas e estratégias para suprimir os inimigos do regime.

A DSN não fazia nenhuma distinção entre o nacionalismo de Brizola e de Arraes, as propostas moderadas de Jango e os guerrilheiros do Araguaia. Todos aqueles que lutassem pelo nacionalismo e que estivessem de alguma forma preocupados com as classes menos favorecidas eram considerados uma ameaça para os conservadores.

A Escola Superior de Guerra (ESG) passou por transformações no pós Segunda Guerra Mundial, pois durante a guerra as Forças Armadas brasileiras perceberam a superioridade e a capacidade demonstrada pelos EUA e estimularam os militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a organizarem uma escola a fim de renovar e reformular antigas ideias que encontravam-se ultrapassadas.

Os principais organizadores da FEB foram incumbidos de elaborar a escola militar brasileira nos moldes de competência e qualidade dos EUA, requisitaram então uma missão norte-americana para a construção e adaptação da versão brasileira do National War College (modelo ideal que tinha como principal meta combater o inimigo externo), essa missão permaneceu no Brasil entre 1948 a 1960.

A escola tornou-se realidade em 1949 e inovou em dois pontos. Primeiro não esteve preocupada somente com a política externa, mas sim com o desenvolvimento econômico, segurança nacional, educação, indústria e agricultura. O segundo ponto foi a inclusão de civis como alunos na escola. Todas as áreas da sociedade deveriam ser envolvidas.

Conforme Dockhorn,

a ESG significava a efetiva garantia da presença política de uma determinada parcela dos militares em uma posição de destaque no aparelho do Estado e ainda selou definitivamente a união de um agrupamento político-militar com a extensão de seus cursos aos civis (2002, p. 61).

Quando os oficiais militares da FEB retornaram ao Brasil, perceberam o conflito que existia entre o Ocidente (sob influência norte-americana) e o Oriente (comunismo de origem soviética). Com isso, eles perceberam que a ameaça comunista estava próxima e era inevitável. Seria necessário que o Brasil defendesse as nações democráticas do Ocidente. O comunismo não era mais um perigo fora das fronteiras territoriais, pelo contrário, ele estava infiltrado e comandando conflitos sociais, estimulando a anarquia e a desordem.

Como o comunismo era um perigo interno tornaram-se necessárias mudanças na formulação da segurança nacional. As Forças Armadas passaram a defender não somente as fronteiras. A ESG passou a ter um novo planejamento e uma nova construção teórica. Os cursos ministrados na ESG passaram a atender a novas determinações internas e externas. Houve uma reformulação curricular onde os estudos passariam por todas as fases da vida

política, econômica e social brasileira, desde os problemas sociais como a inflação, sistemas eleitorais, guerra de guerrilhas e à guerra convencional.

A ESG disseminou entre as camadas dominantes, os problemas que poderiam vir a impedir o crescimento econômico brasileiro e que poderiam ainda abalar as instituições políticas e colocar barreiras nas relações brasileiras com outros países, por isso seria necessário estabelecer um instrumento político que determinasse as barreiras internas do socialismo. A ESG aproveitou-se do pensamento político da época e de resquícios do pensamento oficial norte-americano no pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, seria necessário combater o comunismo, pois qualquer infiltração poderia representar um perigo à Nação (Brasil).

As palestras e cursos da ESG chamavam a atenção para a necessidade de se criar estratégias de ocupação de “espaços vazios” existentes no Brasil, as chamadas “vias de penetração” ou as grandes extensões de terras despovoadas que tornavam o Brasil um país vulnerável.

Com o mundo dividido em dois blocos e o Brasil assumindo sua postura em defender uma das partes, havia de fato um clima de insegurança. Dessa forma, os recursos disponíveis deveriam ser canalizados para a destruição do inimigo. Novos mecanismos deveriam ser incorporados ao Estado e esse seria o principal responsável pelo controle da subversão interna. Inicialmente seria necessário que o aparelho estatal fosse depurado de qualquer contaminação para depois ser reformulado segundo o contexto mundial.

A tomada do poder pelos militares em 1964, e a instalação deste no poder, ocasionou uma transformação no seio das Forças Armadas, principalmente na formulação ideológica. Houve uma transferência de função que estava sendo estudada na ESG – na forma da Doutrina de Segurança Nacional. O contexto também impulsionou o rompimento com o padrão “moderador” das intervenções militares, como já discutimos a cima. O governo João Goulart arregimentou e alimentou correntes contrárias que apelavam para os militares pela intervenção como barreira de controle e correção dos rumos que o governo estava tomando. Difundiu-se na sociedade o perigo da guerra interna, apelando para o anticomunismo das instituições brasileiras.

As Forças Armadas atuariam como agente aglutinador da sociedade, em busca da execução dos objetivos nacionais expressados através do interesse nacional, tendo de preservar a Segurança Nacional.

Segundo Dockhorn,

o perigo eminente para a oficialidade, o comunismo, havia deflagrado a sua investida para a conquista mundial [...]. Visto como uma ação internacional o “amadurecimento” através de uma maior organização dos trabalhadores era uma estratégia visando a conquista do continente pelos comunistas liderados por Moscou e Pequim. Portanto, sob este prisma (na concepção militar), o movimento que deu origem à ação de abril de 1964 representou mais um round na luta entre capitalismo x socialismo, representou uma ação preventiva (2002, p. 78).

Realizamos uma breve discussão sobre a Doutrina de Segurança Nacional e como ela esteve interligada à ESG para que pudéssemos compreender o processo que desencadeou o golpe civil-militar em 1964.

Neste capítulo, realizamos uma reconstituição do contexto da ditadura civil-militar no Brasil, bem como a sua ligação com outros países. Na sequência o capítulo II, que trará a inserção da RV neste cenário.

CAPÍTULO 2: A ORDEM POLÍTICA DA NAÇÃO E OS INIMIGOS INTERNOS – A AMEAÇA PRESENTE

Serão analisadas neste capítulo as representações de amigo e de inimigo nacional difundidos na Revista Veja. Podemos perceber, ao longo do primeiro capítulo, que as questões econômicas e políticas estavam atreladas à construção de uma representação unitária da nação.

Ao difundir imagens e conceitos acerca da nação, a RV construiu um conjunto de representações sobre as supostas ameaças que pairavam no Brasil do momento, ameaças que derivavam, segundo a Revista, daquilo que não se definia como propriamente nacional, sobretudo a partir de uma demarcação política da identidade que dicotomizava a nação em relação ao mundo comunista. Nesse sentido, a ameaça ao Brasil era o subversivo, o terrorista e o guerrilheiro que, embora pudessem estar associados a certas imagens de grupos políticos que simplesmente radicalizavam, por meio da violência, sua política – o que incluía grupos de esquerda e de direita – era, sobretudo, aos significados comunistas que tais inimigos eram associados.

Como uma contraposição às representações do Brasil em termos futuros, as quais se relacionavam com uma perspectiva nacionalista econômica, as representações construídas aqui estão relacionadas à identidade política e ao momento presente, o qual seria um momento de decisão para os rumos futuros da nação.

2.1 - A construção do inimigo subversivo / a construção do inimigo / a definição do inimigo

Percebemos que a RV, principalmente no período de 1968-1970, trouxe em seus editoriais e suas reportagens, especialmente de capa, ideias que ajudavam na construção do inimigo da Nação (Brasil) bem como a definição que esse “ser” deveria ser eliminado. Para tratarmos da definição dos termos amigo-inimigo nos amparamos no conceito de Carl Schmitt.

Carl Schmitt chamou a atenção para o conceito de amigo e de inimigo como fundamentais para pensar a política. Nesse sentido, sua obra *O conceito do político*, pode servir como perspectiva teórica para pensar tais categorias de representação da nação elaboradas pela revista, ainda que Schmitt não tivesse qualquer preocupação em definir uma identidade nacional a partir de sua obra. Para Schmitt, a definição do político passava pela possibilidade real de uma guerra.

Ainda que o Brasil não estivesse em uma guerra de um ponto de vista fático, o clima de opinião instaurado pela RV e por outras instituições de comunicação no Brasil colocava a possibilidade presente de uma guerra – mesmo que certas representações e ideias acerca disso carregassem alguma ambiguidade em termos de significado.

A definição de amigo e inimigo, em Carl Schmitt, passa pelo conceito de política, que está relacionado à ideia de Estado. Segundo o autor, “o conceito de Estado pressupõe o conceito do Político” (2008, p. 19) e complementa “Estado é o status político de um povo organizado dentro de uma unidade territorial” (2008, p. 19). Para Schmitt, o Estado é, em sua essência, uma máquina ou organismo, uma pessoa ou uma instituição, uma sociedade ou uma comunidade, uma empresa ou uma colméia ou talvez até mesmo uma “série fundamental de processos”. Todas essas definições antecipam por demais em termos de interpretação, atribuição de sentido, ilustração e construção. Estado é uma condição de características especiais de um povo.

De acordo com a teoria schmittiana, quando os grupos sociais ascendem ao poder e exercem o monopólio político, o Estado não consegue exercer mais o seu papel de protetor. E com a pluralidade política renascem os conflitos internos. Dessa forma, para que o Estado possa realizar a sua função de estabilização da ordem e mantenedor da paz é necessário que exista a eliminação da pluralidade.

Dentro dessa pluralidade é que surge o amigo e inimigo, pois um é antítese do outro. Para Schmitt, a diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras.

Na definição de Schmitt, o inimigo é

precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial”. (2008, p. 28).

No caso da nossa análise, o inimigo foi aquele que era contra a ordem segundo a compreensão dos militares que estavam no poder desde o golpe de abril de 1964 e, como veremos, o inimigo é facilmente tratado como mau e feio, pois, na maioria das vezes, a política como a diferenciação e o agrupamento mais fortes e mais intensos toma por fundamento as outras diferenciações valorizáveis. As definições baseiam-se nos valores a eles denominados, nas características a eles empreendidas.

Baseando nessas definições até mesmo uma escolha inconsciente do ser humano agrupa-se segundo os critérios de amigo e inimigo. Dessa forma, o inimigo não é o concorrente ou o adversário em geral. Tampouco é inimigo o adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate, ao menos eventualmente, segundo a possibilidade real e que se defronta com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. Na RV encontramos esse inimigo público, pois havia grupos unidos que lutavam contra a ordem institucionalizada pelos militares. Dessa forma, foram combatidos pelos militares.

Schmitt diz que o Estado é quem pode determinar o inimigo no caso dado por força de decisão própria e de combatê-lo. O Estado enquanto unidade política concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, o poder de interferir na vida das pessoas. O autor complementa que o desempenho do Estado normal consiste, sobretudo, em obter dentro do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo “tranquilidade, segurança e ordem”, criando assim a situação normal.

Esse era o objetivo dos militares através do combate ao inimigo de todas as formas, desde prisões até a eliminação do mesmo (morte). Eles não se restringiram somente ao inimigo interno, o Brasil agiu dentro de outros países no combate ao inimigo. Assim como outros países da América Latina, da mesma forma, sob a ótica estabelecida entre os países do Cone Sul, por exemplo, a Operação Condor.

No dia 10 de setembro de 1969, Veja publicou um artigo sugestivo para interpretação. O próprio título já nos leva à reflexão: “Onde está o inimigo da Pátria?”, logo abaixo em itálico “*Nós somos da Pátria a guarda*” (Hino do Soldado). A pergunta induzia o leitor a pensar que o Brasil tinha um inimigo e não sabia onde ele estaria; porém, a revista indicava que havia defensores desse Brasil. Afinal, a função das Forças Armadas era proteger o seu país. Nesse caso, tratava-se do agente que estava no poder do Estado. As Forças Armadas precisavam encontrar o inimigo, combatê-lo e trazer novamente a tranquilidade para a Nação brasileira.

Na sequência o texto dizia: “se todos os inimigos da Pátria pudessem ser colocados do outro lado da fronteira” - ou seja, havia um inimigo interno que era possível constatar a seguir - “o que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda política?”. Aqui há a utilização do inimigo como a figura má, perigosa, capaz de atos perigosos para atingir o seu

objetivo. É importante salientar que, juntamente com o conceito de inimigo na revista, outros adjetivos apareciam a ele atrelados, tais como terrorista, subversivo ou até mesmo guerrilheiro.

Essa citação ainda faz menção às Forças Armadas brasileiras que contavam, naquele momento, com o Exército, Marinha e Aeronáutica. Se o inimigo fosse externo não faltariam forças para impedir que o mesmo adentrasse o país, o Brasil teria força necessária para lutar contra eles. Porém, o caso parecia ser diferente para os militares e para alguns órgãos da imprensa.

O inimigo não era externo e isso o tornava ainda mais perigoso, porque ele agiria dentro da própria Pátria, como uma negação da mesma. Ele atuaria de forma organizada, atacando pontos chaves no Brasil. “Alguns pensariam numa solução simplista: fechar todas as fronteiras e manietar todos os subversivos internos”. A ideia de fechar a fronteira é expressiva nessa situação. O fechamento da fronteira física não é mais do que um modo de representar de maneira homogênea o outro lado, o lado que não se coadunava com aquilo que se colocava como fundamento de sentido da nação.

“Elencando os três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão - restam apenas os amigos de Guevara, Lênin e Mao contra a segurança nacional e as Forças Armadas” (Revista Veja, 10-09-1969, p. 30). O inimigo era o outro: todos aqueles que se agrupavam em torno das ideias dos líderes acima citados. A própria Doutrina de Segurança Nacional passou por uma reelaboração na Escola Superior de Guerra para combater o inimigo.

Lembrando Schmitt, as pessoas se agrupam em referência à possibilidade real amigo-inimigo. Por mais que as representações fossem simbólicas, na representação do inimigo, ele era uma ameaça real. E ainda mais que quem detém a força de defesa do Estado é quem determina o inimigo.

Os atos institucionais foram uma forma do Estado trazer de volta a tranquilidade ao país ou, ao menos, aquilo que se entendia como tranquilidade, uma espécie de repouso diante do que se considerava a possibilidade da subversão completa da ordem institucional.

O editorial do dia 18 de dezembro de 1968, o primeiro após o AI-5 ser institucionalizado, consta que “os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação, para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la” conforme o presidente Costa e Silva. Ainda complementava: “meios necessários e instrumentos legais para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar

os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964” (REVISTA VEJA, 18-12-1968, p. 16). Além do mais os atos também serviram como forma de banir os inimigos da Nação.

No dia 25 de dezembro de 1968, a revista fez uma reportagem com o título “Quem tem medo do ato?”. A seguir descreve um discurso de Costa e Silva: “ninguém, de consciência ou de mãos limpas, teme o poder que, nas suas mãos, a Revolução o concentrou, disse o Presidente Costa e Silva”, pois a mesma determinou os rumos da Nação. Ela era responsável por trazer a paz ao país e deveria ainda expulsar os inimigos internos e externos.

Em outras palavras, o General Lyra Tavares, na sexta-feira, repetiu essa afirmação do presidente, “somente quem tem consciência de ser criminoso pode temer a ameaça da punição do crime, sobretudo se é corrupto ou subversivo”. A RV não se posicionou claramente a respeito dessa declaração. Tratava-se, ao que tudo indicava, de apresentar o discurso oficial do Estado, tal como proferido, uma espécie de porta-voz oficial da nação no âmbito civil.

Pode-se depreender dois sentidos para essa afirmação: o primeiro é de que mesmo aquele que demonstrasse um temor diante de uma ameaça poderia ser considerado um corrupto ou subversivo, o que indicava uma culpabilidade prévia à ação, a qual se daria simplesmente por meio da consciência de ser; outro aspecto é que lançar para o medo a possibilidade de atribuição identitária de um sujeito ampliava significativamente sua possibilidade de ser enquadrado em um ou outro delito num estado de exceção.

No editorial do dia vinte e três de outubro de 1968, foi noticiada a morte do capitão americano Charles Chandler, em São Paulo. A revista não identifica a autoria do ato, mas supunha que os “terroristas” seriam os assassinos do americano quando afirmava “quem são os terroristas no Brasil? Que pretendem obter com suas explosões e com seus assassinios, com as chamadas bombas de plástico e com as rajadas de metralhadora?”. RV ainda fez críticas às formas de atuação desses grupos: “se sua intenção é derrubar o Governo, será que acham que poderão conseguir mudar o regime através de paredes que se despedaçam sob o impacto da dinamite ou pelo sangue que corre de mortos politicamente desconhecidos?”. De certa forma, a revista fez do inimigo alguém perigoso, do qual a população devia se proteger, porque os planos desses grupos eram ainda maiores: “o terrorismo é apenas o passo inicial de um vasto plano de subversão? São os terroristas de esquerda ou de direita? Estão ligados aos assaltantes de bancos?” (REVISTA VEJA, 23/10/1968, p. 14).

Percebemos inicialmente que nesse período o inimigo no Brasil ficou conhecido como terrorista ou subversivo e a pergunta é: quem é o outro que usa da violência na tentativa de derrubar o governo? Até esse momento não se sabia quem exatamente eram eles. Em meio ao conjunto de perguntas apresentadas, que aparentemente deixavam uma atmosfera de dúvida

acerca dos inimigos políticos da nação, delineava-se o inimigo por excelência: o subversivo de esquerda.

As inúmeras indagações induziam o leitor a pensar que o Brasil tinha inimigos, inimigos esses que realizavam atos perigosos contra a Nação. A mesma reportagem afirmava “de qualquer modo, todas essas bombas, todas essas mortes, todo esse terror vão levar a alguma coisa só, há uma situação nova no Brasil”. A presença do inimigo interno requeria uma mudança. Era preciso eliminar sua periculosidade ou simplesmente eliminá-lo.

As fronteiras entre o ser e seus atributos não eram muito claras quando se tratava de definir a nação: “os radicais de esquerda ou de direita cedo ou tarde perceberão que o terrorismo lhes pode parecer necessário, mas certamente não é suficiente para a tomada do poder” (p. 14).

Novamente a reportagem indagava: “Aonde o terrorismo pode levar o Brasil?”, e prossegue “as reações do governo e do povo, e as reações dos grupos políticos é que, no fim criarão uma nova situação no Brasil”. Certamente que o governo criaria uma situação de combate e o povo teria de decidir ou o lado do governo ou o lado dos inimigos da Pátria.

Logo a seguir, a RV supunha respostas para as ondas de “terrorismo”, sempre usando discurso de uma das partes, nesse caso de partido diferente, não havia de fato oposição política nesse momento. A RV utiliza “vozes autorizadas” para demonstrar seu posicionamento, para justificar a ação da repressão:

Para o deputado federal Jamil Amidem, do Movimento Democrático Brasileiro, da Guanabara, a grande resposta ao terrorismo, será o endurecimento do Governo. [...] o terrorismo acabará por gerar uma reação igualmente violenta para reprimi-lo. Não haverá outro caminho para o Governo. (REVISTA VEJA, 23/10/1968, p. 15).

A seguir a revista apresenta a opinião do arenista Cantídio Sampaio. A resposta para os atos de terrorismo era a seguinte: “sem uma repressão enérgica e eficaz, a insegurança e a desordem continuarão”. A revista mostrava a opinião de um governista e de um oposicionista, em que os dois concordam que somente uma medida repressiva seria capaz de paralisar os grupos terroristas. Nos dois casos, a utilização de um discurso de autoridade produzido por outrem, sobretudo por dois indivíduos com posições políticas distintas, mas que concordavam com a idéia de uma reação violenta e repressiva do governo era um modo de converter o Estado num agente nacional neutro, vinculado somente aos “puros” interesses nacionais.

Na maneira de postar os discursos, a RV posicionava-se de modo a colocar o Estado e a legitimidade da violência por meio de seu aparelho repressivo acima dos interesses partidários, ou o reconhecimento, por parte dos partidos, que a violência seria uma reação

normal à ameaça da soberania. Nesse sentido, mesmo que os editoriais da RV não fossem suficientemente claros a respeito de sua posição em relação aos militares, no processo editorial de entrevistas havia um claro posicionamento pró-militar.

Na sequência, há uma comparação entre o terrorismo realizado na década de 1930 e o terrorismo praticado na década de 1960. “Antigamente, o terror e o assassinio político visavam, principalmente, eliminar um inimigo político. Cumprido esse objetivo, os terroristas não mais se empenhavam em outros atos”. Comparando com o período de 1968 eles compreendiam que “hoje, porém, os terroristas visam, antes de tudo, chamar a atenção do público, através de atos espetaculares, para objetivos políticos mais amplos”. A revista afirma que todos os atos “ao invés de marcar uma volta do terror antigo, esse ato quase certamente assinala uma mudança no terror novo”. Estavam se referindo às bombas que explodiam em pontos diferentes no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo.

A preocupação era que o antigo terror realizava seus atos e com a eliminação do inimigo cessavam os atos, porém nesse novo terror não visava um único inimigo, a luta era contra o regime, então era necessário atacar vários pontos e acima de tudo fazer com que a população tivesse conhecimento do que estava acontecendo. Enquanto o antigo terror era realizado nas surdinas.

A imagem que se construiu dos terroristas (inimigo) era que “um terrorista é sempre um fanático; por mais que a polícia procure impedir novos atos, por mais que guarde todas as ruas, o terror pode continuar. Se um terrorista sair à rua com uma bomba na maleta, disposto a morrer na explosão, nada se pode fazer” (REVISTA VEJA, 23-10-1968, p. 17). A ideia que se passava era que nenhum órgão de segurança seria capaz de parar os terroristas e perguntam “quem pode?” e a resposta é bem simples “já é tempo de o Presidente Costa e Silva dar tranquilidade a família brasileira”.

O deputado Último de Carvalho afirmou que “o processo está em suas mãos”. O senador Oscar Passos acrescentou “quem poderia acabar com o terrorismo está se omitindo” (REVISTA VEJA, 23-10-1968, p. 17), ou seja, a solução para o fim dos atos estava nas mãos do presidente, pois a “revolução” havia escolhido seus inimigos, então era hora de eliminá-lo. Seria possível mapear quem seriam, além do Estado, os beneficiários da nova ordem pacificada: a família.

Além da pátria e da nação, família era um daqueles conceitos que, no jogo das teses, antíteses e justaposições, aparecia como parte constituinte do “dentro”, daqueles que estavam *no* e mereciam ser protegidos *pelo* Estado-Nação. Nesse caso, o nacionalismo político incluía representações do Brasil que indicavam um uso político dos conceitos de família e nação.

Na própria capa da revista já havia informações que chamavam a atenção para o discurso de um imaginário de perigo. No dia 20 de novembro de 1968, a capa⁶ da revista traz a imagem de Carlos Marighella e logo abaixo “**PROCURA-SE MARIGHELLA**” [grifo no original], percebe-se que o procura-se estava em vermelho para chamar a atenção do leitor, a seguir apresenta características do mesmo “Chefe comunista- Crítico de futebol em Copacabana- Fã de cantadores de feira- Assaltante de bancos - Guerrilheiro- Grande apreciador de batidas de limão”. Percebe-se que usam de características positivas para definir Marighella, porque o inimigo não precisa ser, necessariamente, esteticamente mau e feio, ele apenas é o outro, conforme a definição de Schmitt discutida inicialmente. Além do mais, se o inimigo partilha de certos traços da *nacionalidade brasileira*, qualquer indivíduo que partilhe desses traços pode ser um inimigo potencial. O estado de segurança nacional, desse modo, fica legitimado pela propaganda, que sugere a possibilidade de que o inimigo está por todos os lados e pode assumir contornos aparentemente inocentes.

Na reportagem a revista mostra que algumas forças estão unidas para prender aquele considerado o inimigo número um da Nação. “[...] o general Luis França da Guanabara – comanda uma investigação nacional, com carta branca do Marechal Costa e Silva para usar agentes do SNI e da Polícia Federal, além de polícias de todos os Estados, todos à caça dos ladrões subversivos” (p. 15). Há um superdimensionamento da revista em relação aos atos realizados pelos guerrilheiros que pela mesma são chamados de terroristas ou subversivos. A reportagem faz uma comparação com uma ficção “na novela desta caçada não falta nada do que compõe um bom programa de televisão. Há assaltos espetaculares de homens com metralhadoras em bancos de todo país [...]” (p. 15).

Em relação a esses atos, a revista procura encontrar culpados: os inimigos da Nação. O imperativo categórico é identificar um culpado. “Há finalmente certos documentos atribuídos a Carlos Marighella que tornam bastante possível, se não a participação direta em assaltos a bancos e atos de terror, pelos menos sua inspiração e direção”. O documento descreve como seria a atuação do grupo formado por Marighella “em primeiro lugar seria necessário formar “bases”, grupos de comunistas não filiados a partidos. Depois se passaria a “arrecadação de fundos”, mas os documentos não se referem explicitamente a assalto de bancos. Em seguida viriam “atos para chamar a atenção” e depois “atos espetaculares”, que abririam caminho para a guerrilha (REVISTA VEJA, 20/11/1968, p. 17).

⁶ Ver anexo A.

A seguir, a revista faz uma comparação, a propósito, outra constante nas reportagens. Era rotineiro o uso de comparações. Com o título “Um líder rápido” fez-se uma comparação ao reconhecimento nacional que Marighella obteve rapidamente, diferentemente de Luis Carlos Prestes e Brizola. Certamente por ter sido considerado um dos maiores inimigos da Nação nesse momento e por todas as representações criadas em torno do mesmo, do perigo que ele representava para a população.

A RV procura mostrar que Prestes e Brizola também almejavam o reconhecimento nacional quando atuaram, Brizola em 1961 na Campanha da Legalidade, movimento que liderou para que o presidente Jango assumisse o poder com poderes totais, e Prestes com a Intentona Comunista em 1935, mas os mesmos não conseguiram tanto reconhecimento quanto Marighella.

Além da RV fazer a representação de amigo-inimigo, podemos ainda perceber a questão nacional que também aparece nas reportagens, como a seguir veremos. Na coluna Bilhete do Rio, de autoria de Odylo Costa Filho, do dia 10 de setembro de 1969, o autor apresenta uma breve reflexão sobre a imagem de Nação. Para o autor o instinto nacional está presente em cinco pontos. Primeiro: “na ligação do ontem ao hoje”, ou seja, a continuidade das origens daquilo que representa a Nação; segundo ponto, “no sentido geral e sem exclusões da solidariedade nacional entre o conjunto de famílias e indivíduos, entre as pessoas de qualquer raça, cor, riqueza, ofício ou roupa”. A segunda questão responde à definição de Nação. O terceiro aspecto “na necessidade de fazê-la cada vez mais integrado e mais unido esse conjunto”. O dever de fazer com que todos se sentissem brasileiros. Quarto, “na consciência do desenvolvimento, isto é, daquilo que se conceituou como o vir a ser histórico a “nação” instintiva profunda do País foi, e virá a ser, o desenvolvimento”. O desenvolvimento como ferramenta para o crescimento da Nação. Por último e talvez mais importante do que tudo, “na confiança nas instituições permanentes”, ou seja, elas serão as responsáveis por alavancar o progresso.

A matéria publicada pela revista, na qual constava essa afirmação de Odylo Costa Filho, apresenta esses cinco pontos como uma forma de meditação. “A confiança nas instituições permanentes... Pronto deixamos de meditar, estamos de novo em fevereiro de 1969 e o Chefe do Governo acaba de editar o AI-6”. Quando cita as instituições permanentes está se referindo ao Comando Maior da Revolução, que editou o AI-5 na confiança de que seria o último ato, porém não foi, ao total foram 17 atos institucionais, o pensamento dos militares que estavam no comando a respeito de Nação era bem diferente.

O movimento militar já no princípio definiu os amigos e dessa forma também os inimigos, uma simetria. Mesmo que eles fossem políticos seriam punidos da mesma forma. Assim como a revista criou uma representação de inimigo nacional para Carlos Marighella, também o fez para Carlos Lamarca.

Na reportagem do dia 21 de maio de 1969, na capa⁷ da revista a propaganda “Revela-se o terror”, ou seja, vamos lhe apresentar o inimigo. Na seção de *carta ao leitor*, nenhuma menção é dada, há a preocupação maior em discutir o lançamento da Apollo 10. Na reportagem, a revista traça as principais características de Lamarca, “ele é capaz de acertar uma laranja a 30 metros, com um tiro de revólver. Dirige automóvel com perícia, com o pé sempre no fundo. Fuma muito [...]”. Constatamos que Lamarca é descrito com características positivas, um homem dotado de habilidades. A reportagem ainda salienta que “Carlos Lamarca trocou a farda pela subversão”. Aqui novamente ressaltando Schmitt que definiu o inimigo, onde nem sempre são atribuídas características negativas, pelo contrário, são elencados pontos positivos, assim como quando a RV citou Marighella.

A justaposição de imagens e textos por meio dos quais se pretendia construir uma representação do principal alvo da nação no momento, o inimigo a ser combatido era recorrente.

A capa⁸ da revista de 13 de agosto de 1969 mostrava a imagem de um homem com seu rosto meio coberto (boca e nariz tapados por um lenço vermelho), apenas seus olhos de fora, com uma expressão facial de maldade, onde só é possível visualizar parte da imagem, um olho fica encoberto pela sombra. E a mesma destaca com letras maiúsculas “OS TERRORISTAS”, logo abaixo, “quem são? onde estão? o que querem?”. E as perguntas fazem jus à imagem. Não se sabia ao certo quem era o terrorista, nem mesmo os seus objetivos e muito menos onde ele estava, porque ele poderia usar máscaras para realizar seus atos, assim como poderia viver normalmente sem levantar nenhuma suspeita. O inimigo poderia andar tranquilamente pelas ruas, por entre a população. Novamente, retornamos à ideia exposta a cima, ao mencionar a relação de Marighella com determinados comportamentos *típicos do brasileiro*.

O editorial⁹ deste dia foi totalmente dedicado à explicação da edição de capa. Logo de início imagens comparativas das armas do terrorismo, primeiro uma bomba de panela utilizada no fim do século e ao lado bombas que teriam sido apreendidas pela polícia em

⁷ Ver anexo B

⁸ Ver anexo C

⁹ Ver anexo D

fevereiro (1969). A demonstração fica clara de que as armas utilizadas por aqueles considerados “perigosos” evoluíram e representavam uma ameaça para a ordem da Nação.

A seguir se apresentava uma citação de um general, que dizia: “é preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar a ordem do país”. Há uma necessidade por parte dos militares em alertar a população para os atos terroristas, o que acabou por gerar um clima de tensão na mesma. Mas da mesma forma alertava para que a mesma atuasse denunciando aqueles indivíduos que levantassem suspeitas, pois eles eram responsáveis por causar a desordem no país.

Mino Carta, o editor da revista e quem escrevia a *Carta ao Leitor* na época, fez uma explicação do fato de considerar importante a revista noticiar esse tipo de informação. O mesmo justifica que publicar notícias de crimes, violência não é o objetivo da mesma exceto quando “é sintoma de uma situação maior, índice de um problema amplo e grave, expressão de um fenômeno sociológico de proporções consideráveis”. Poderia se acrescentar ainda: problemas de violência que implicavam o Brasil deveriam ser noticiados. O editor alerta para um novo tipo de crime no Brasil, novos atos dos inimigos: assaltos a banco, bombas, incêndios, mortes; que traziam por trás uma intenção política.

Mino Carta questiona qual seria o papel de *Veja* e responde, [...] “que se procure uma análise funda do problema, para que o povo tome conhecimento dele nas suas proporções exatas”. Para o editor a revista, diferentemente de outros noticiários, não informava de forma fragmentada, procurava a raiz do problema e entendia que a população precisava ter conhecimento do que estava acontecendo internamente em seu país. Ao concordar com a ideia do general citada inicialmente, o que o editor parecia sugerir era que a revista efetivamente informava a todos os brasileiros sobre seus *reais* problemas.

O editorial afirma “quase a totalidade dos nossos terroristas – menos os poucos que não são de esquerda – quer, de diversas formas diferentes, um único fim: a destruição do sistema capitalista e a instalação do socialismo no País”, esse segundo ponto era o que mais preocupava o Alto Comando. Porque desde o golpe a ideia que se difundiu era essa, por isso então era necessário combater o inimigo antes que ele instalasse o socialismo no Brasil.

A reportagem procura responder algumas questões que considera importante para que a população tenha conhecimento dos terroristas. Dentre as perguntas: “como estão os terroristas atualmente, depois que alguns grupos foram desbaratados? Que tipo de gente são os terroristas? Quantos atuam? O que já conseguiram, o que querem conseguir? Como estão sendo combatidos?”.

A seguir a mesma traz “as seis perguntas do terror”, as respostas são mais descritivas, que procuravam informar quais os atos cometidos pelos terroristas, assim como os pontos das cidades que eles atingiam. *Veja* utilizava discursos explicativos, continuamente de “vozes autorizadas”, para demonstrar seu posicionamento. Ao utilizar “vozes oficiais”, especialmente de militares, principalmente quando se trata das guerrilhas, a revista aparenta trazer a “verdade dos fatos”, obtendo credibilidade e fazendo com que os leitores acreditem, aceitem e adotem essa versão.

A revista ainda aponta na reportagem que essa onda de “guerrilha e terror” não era um fato exclusivo do Brasil, mas também de outros países da América Latina como o Uruguai, Venezuela, Guatemala e Colômbia. Isso significava dizer que o inimigo da segurança das nações não estava somente no Brasil, mas em outros estados nacionais que poderiam sofrer as ações supostamente dissolutivas das fronteiras nacionais. Assim, a segurança no Brasil deveria se reforçar não somente pelo Brasil, como também pela ameaça que alguns vizinhos poderiam, outrossim, representar para a soberania do país.

Através do discurso oficial, *Veja* incita continuamente a importância da população nas operações de combate aos guerrilheiros: “Torna-se, porém imprescindível a participação de todos no árduo combate a esse inimigo, que age no anonimato e traiçoeiramente”. (“Entrevista de técnicos militares, estudiosos e especialistas no combate à subversão e ao terrorismo” – Revista *Veja*, 30/07/69). Retomava-se, nesse caso, o velho jargão do cidadão-soldado, que apareceu na retórica nacionalista já nos anos 20, por meio da Liga de Defesa Nacional¹⁰ e de outros órgãos de difusão do nacionalismo brasileiro. Também continua: “É preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar à ordem no País, e nos ajude dando informações e evitando que esses elementos se ocultem de nós” (General Syzeno Sarmiento – Revista *Veja*, 13/08/69).

Além disso, *Veja* salienta o perigo que a Nação teria, caso as massas apoiassem os guerrilheiros, pois estes ultrapassariam mais uma fase, onde contariam com a “solidariedade – espontânea ou forçada – da população local” (Revista *Veja*, 19/02/69), insinuando a possibilidade da população vir a tornar-se “reféns” (“forçada”) dos guerrilheiros caso estes não sejam combatidos.

¹⁰ A Liga de Defesa Nacional, foi criada em 1916, que tinha por objetivo “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo” e que continua em vigor nos dias atuais. De acordo com Bilac, a defesa nacional ao qual alude o nome da Liga não se restringe ao aspecto puramente militar: passa pela necessidade do ensino público, pela melhor qualidade de vida da população e pela melhoria das condições sociais. Existem três pontos essenciais para a Liga: a necessidade da instrução pública generalizada à população, a organização do trabalho e a instrução cívica através das instituições militares (NASCIMENTO, 2010, p. 90).

Na seção entrevista, do dia primeiro de outubro de 1969, o General Meira Mattos explicou as fases que segundo ele estaria passando o Brasil na chamada “guerra revolucionária¹¹”. Para Mattos “os exércitos ocidentais costumam dividir a guerra revolucionária em cinco fases, que são caracterizadas pelo tipo de ação subversiva desenvolvida nelas: 1) propaganda, controle e infiltração nos meios de comunicação-imprensa, agências do Governo – e administração pública; 2) além da propaganda, ações de resistência às autoridades – greves, ausência ao serviço, comícios e passeatas pacíficas; 3) todas as atividades anteriores mais terrorismo, praticado pelos elementos mais ousados através de bombas, explosões, sabotagens, roubo, sequestro; 4) guerrilhas buscando a criação dos “territórios livres” ou “zonas liberadas”; 5) formação do que chama de “Exército de Libertação Nacional”, quando a guerrilha já evoluiu e atua em grandes formações, quase como um exército regular em condições de ocupar o território conquistado e mantê-lo”.

A preocupação era que as guerrilhas se tornassem mais violentas e agressivas, seguindo a sequência descrita pelo General, caso conseguissem o apoio da população. Por isso *Veja* estava continuamente salientando a importância da população em não apoiar os movimentos revolucionários. Sempre mostrando o quão perigoso eram os terroristas, não somente para a preservação física de si mesmo, mas, sobretudo, a preservação da própria nação.

Nesse momento a “guerra revolucionária” representava um perigo ainda maior porque estava em fase de desenvolvimento. Para o General a mesma no Brasil encontrava-se na terceira fase. Ela tinha por objetivo dominar o adversário e impor-lhe a sua vontade. “O teórico da guerra revolucionária: infiltra seus elementos na região e começa a convencer sua população; com minoria ativa de seu lado, a subversão ganha apoio e se fortalece; contra os redutos que não a aceitam, ela usa a violência”. Essa era a maior preocupação da Revolução o apoio da população, por isso a todo momento fica evidente que era preciso que as massas soubessem como agiam os terroristas, para que a mesma negasse apoio aos guerrilheiros.

¹¹ Conforme Raquel Silva da Fonseca, pesquisadora do tema, podemos compreender que “A “guerra revolucionária” refere-se à tomada de poder pelo uso da força armada. Nem todo mundo aceita definição tão simples, e a expressão, de fato, tem outras conotações: que a tomada do poder se dá por um movimento político do povo ou um de base ampla; que tal tomada abarca um período de tempo razoavelmente longo de conflito armado; e que o poder é assumido para que seja levado a efeito um programa social e político bastante difundido. A expressão também implica alto grau de conscientização e que uma guerra revolucionária “está sendo travada.” (SHY E COLLIER, 2001, p. 470).

A RV trouxe na edição do dia vinte e quatro de setembro de 1969 uma reportagem especial “As duas histórias da Revolução ou de como a guerra é a continuação da política, por outros meios”, dentro da mesma consta “Leis e Revolução”, onde

A Revolução tinha por inimigo – além dos subversivos de Jango, dos comandos sindicais e das organizações estudantis - um sistema político e jurídico estabelecido há dezenas de anos. E vacilava timidamente diante dele, sem saber se o destruíra ou se encontrava uma fórmula de coexistência pacífica com o velho regime (REVISTA VEJA, 24-09-1969).

Interessante perceber que neste trecho a RV deixa claro quem eram os inimigos. Ela estava identificando-os, mostrando para os leitores contra quem se deveria lutar. Quando ela cita o “sistema político”. Quando se falava que a revolução tinha um inimigo que eram os subversivos de Jango, além do próprio Jango, como também sindicatos e organizações estudantis, ela estava falando daquilo que representaria o não-ser do próprio Brasil.

A timidez foi desaparecendo como no decorrer do tempo com a promulgação dos atos institucionais que de certa forma anulavam o antigo regime. Além do mais o Conselho de Segurança Nacional (CSN), passou a ter papel fundamental na Revolução. Na “Constituição Nacional, o conceito de segurança nacional foi ampliado para incluir como inimigos da Pátria os subversivos internos inimigos da Revolução” (REVISTA VEJA, 24-09-1969, p. 35).

É importante observar que, embora as representações da revista fossem construídas tendo em vista um sentido político dirigido contra os *inimigos* da nação, as representações em torno do político tinham outros desdobramentos importantes na manutenção de um nacionalismo que pretendia manter a coerência do *ser Brasil*. É o caso das reportagens relativas à sucessão presidencial. Na edição 56 de 01 de outubro de 1969, a reportagem principal “Sucessão como chegar à unidade”, quando se falava em unidade a RV se referia à escolha do novo presidente, de modo que se estabelecesse um acordo acerca das escolhas:

Evidentemente, nenhum dos problemas surgidos nos últimos dias revela uma contestação à Revolução de Março. Os militares que divergem quanto a um ou outro nome estão todos unidos em torno dos princípios do movimento de 1964: todos eles são nacionalistas, todos querem combater a subversão à corrupção e todos defendem o desenvolvimento, naturalmente. Mas o nacionalismo pode ter mais de um significado, aos terroristas e aos corruptos pode haver mais de um tipo de combate, e desenvolvimento é, de qualquer forma, uma palavra bastante ampla. Para acertar todos os detalhes dentro dos objetivos comuns, em busca da unidade, os generais e oficiais das demais patentes reuniram-se várias vezes em muitos lugares, na semana passada (REVISTA VEJA, 01-10-1969, p. 20).

Na mesma revista ainda consta a reportagem “Terror sem saídas” com a foto de Marighella, Lamarca e André Yoshinaga Massafumi. Esses fariam parte de uma lista de mais cinquenta terroristas procurados pelo país nos últimos meses. Segundo consta na reportagem

“para Lamarca e Marighella, foi renovada a recomendação: devem ser capturados vivos ou mortos”. O que a revista procura demonstrar era que as Forças Armadas estavam preparadas para a eliminação do inimigo. “Em São Paulo, tropas do Exército, da Força Pública, homens da Secretaria da Segurança, cobertos por aviões da FAB e navios da Marinha, estarão em exercício até o fim de outubro, numa de suas maiores manobras militares” (REVISTA VEJA, 29-10-1969, p. 40).

O objetivo da manobra era o treinamento antiguerrilha para o combate do inimigo, “nesses cursos, os alunos que conseguem chegar ao fim aprendem a resistir a torturas, a suportar a sede, a manejar qualquer tipo de arma, a combater em qualquer terreno” (REVISTA VEJA, 29-10-1969, p. 40). Importante perceber o conteúdo manifesto dessa afirmação: tratava-se de mostrar, nas páginas da revista, um governo cuja força de ação repressiva era não somente ostensiva em relação à tecnologia, como também em relação ao tipo de treinamento. Tratava-se de mostrar um exército pronto para a guerra interna de combate ao não-Brasil.

A edição 62, do dia doze de novembro de 1969, traz em sua capa¹² a foto de Marighella morto, ao fundo da imagem os homens que o mataram. Observando a imagem, o que se vê em primeiro plano são os profissionais que o executaram. Em um plano menos visível, é possível perceber a imagem do corpo e a pergunta “O terrorismo morreu com Marighella?”. A *carta ao leitor* mostra que *Veja*, baseada em elementos concretos já sabia que Marighella seria preso ou morto.

RV descreve as edições em que mostra que a mesma também esteve no rastro do “terrorista”. “Faz uma ano, aliás, que VEJA está na pista de Carlos Marighella: no número 11, de 20 de novembro de 1968, antecipávamos a escalada da subversão por ele comandada” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 20). Aqui, a RV se posicionava como uma espécie de extensão do governo brasileiro, como uma agente de realização política do Brasil. Apresentava Marighella como um inimigo a ser combatido pelo governo e a RV como um amigo que contribuiria para o Estado desempenhar seu papel enquanto nação.

Na reportagem intitulada “Estratégia para matar o terror” a mesma descreve como foi o cerco para chegar até Marighella e a forma como o mataram. A RV apresenta que houve mudanças na forma de encarar o terror: “houve tempo em que os bem sucedidos assaltos a bancos, os atentados sem pistas creditavam aos terroristas a fama de serem homens dotados de astúcia e sangue-frio fora do comum” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 24). De certo modo,

¹² Ver anexo E

RV percebia-se como uma espécie de “braço da inteligência” do governo, ao mencionar que suas informações a respeito do “terrorista” eram mais organizadas e seguras: “os órgãos de repressão pareciam envolvidos numa massa informe de informações contraditórias, lutando contra a precariedade de dados incompletos e inseguros” (REVISTA VEJA, 12-11-1969; p. 24).

A revista não arrefecia sua postura de definição dos inimigos da Pátria, como também da força que eles tinham. Um inimigo poderoso somente poderia ser combatido por um governo poderoso. Para a revista, todas as forças que confluíam para esse Estado eram a nação: “os terroristas se aproveitavam dessa circunstância, tornando-se cada vez mais ousados. Chegando ao requinte de promover ações simultâneas, verdadeiras operações de guerrilha” (p. 24). Na sequência, a mesma apresenta uma descrição dos atos realizado pelos terroristas e mais uma vez confirma a ideia “as próprias autoridades, admitiam estar lutando contra um inimigo poderoso” (p. 25).

A morte de Marighella segundo a revista demonstrou que os organismos responsáveis tinham atingido seus objetivos: “[...] o fim do terrorismo, põe por terra pelo menos a impressão de uma estrutura sólida e imbatível da subversão” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 25). Além do mais “a subversão perdeu sua liderança consciente e passará a agir isoladamente sem o comando de um homem tarimbado e experiente na luta clandestina” (p. 25-26).

No decorrer da reportagem a revista retoma a construção do inimigo a partir de suas qualidades: “ele era o líder mais importante, o único que reunia qualidades indispensáveis para comandar a subversão violenta. Tinha longa experiência de luta clandestina, possuía habilidade política” e ainda complementa: “era um homem de ação, que inspirava ação em seus comandos” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 30). Com sua morte a pergunta era quem iria substituir Carlos Marighella. O primeiro nome que se levantava era o de Carlos Lamarca, apesar de ser considerado “inexperiente, despreparado para a luta clandestina”. Outro nome citado para ocupar o lugar de Marighella, era o de Toledo, “considerado o intelectual do comunismo”. Além desses dois ainda eram citados os nomes de Leonel Brizola e Onofre Pinto.

Segundo a RV, Brizola seria apontado como substituto devido ao fato de que “em seus discursos no tempo em que era deputado federal, já defendia decisões violentas para os problemas nacionais”. O periódico ainda afirma que “desde a Revolução de 1964, seu nome sempre surge quando se fala em movimentos para a retomada do poder” (REVISTA VEJA,

12-11-1969, p. 30). Lembrando que Brizola era governador do Rio Grande do Sul (1961), onde liderou o movimento que ficou conhecido como Campanha da Legalidade¹³.

A RV até cogitou a possibilidade de Brizola ser o substituto de Marighella, mas mais tarde afirma “a Brizola são debitados os fracassos de duas tentativas de guerrilha rural: uma no Sul [...] e outra em Minas na Serra do Caparaó. Tais fatos o tornam desacreditado entre as esquerdas no Brasil” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 30).

2.2 - Os atos institucionais e o inimigo nacional

A *Revista Veja* não deixou, como uma revista que tinha objetivos informativos, de escrever sobre os Atos Institucionais. Juntamente com os atos e com a divulgação sobre eles, seguiam-se afirmações acerca do que o Brasil “precisava” em termos de segurança para sua política.

A reportagem do dia 18 de dezembro foi a primeira após o presidente Costa e Silva decretar o Ato Institucional nº5, como já tratamos no texto a cima. Em se tratando da Constituição de 1967- que entrou em vigor no dia 15 de março, justamente no dia de sua posse- o presidente Costa e Silva dizia que o

país já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada. Restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Governo dos instrumentos indispensáveis a manutenção da ordem, da tranquilidade e da paz pública, a nova lei básica afirmou o princípio de autoridade e realizou, sabiamente, a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários. (REVISTA VEJA, 18-12-1968, p. 24).

A declaração presidencial estava em harmonia com a opinião predominante a partir do momento em que se desencadeou o movimento revolucionário de 1964: a tarefa de combate à subversão e à corrupção e de promoção de desenvolvimento econômico e social pode ser executada dentro de uma estrutura de equilíbrio, pelo menos relativo, dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). A preservação e o fortalecimento desse esquema não era só possível como também desejável. Daí aceitar-se, em seu benefício, o prejuízo de alguns objetivos revolucionários.

Por isso no Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964, seus signatários – General Costa e Silva, Brigadeiro Correio de Melo e Almirante Augusto Rademaker- afirmavam que “para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos

¹³Para maiores informações sobre a Campanha da Legalidade consultar:

AMARAL, F. Anselmo. Brizola e a Legalidade. Editora: Intermédio – 1986.

FELIZARDO, Joaquim José. A Legalidade: o último levante gaúcho. 4ª Ed – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

KUHN, Dione. Brizola: da Legalidade ao exílio. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

poderes do Presidente da República”. O ato eliminava qualquer oposição ao regime militar e o presidente tinha o poder de escolher os congressistas que ficariam no Congresso para o elegerem.

Consta ainda do preâmbulo do Ato Institucional nº1 que, “para limitar ainda mais os plenos poderes que se acha investida a Revolução vitoriosa”, o Comando Supremo resolvia “manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do Ato Institucional”. A preocupação da auto limitação do poder revolucionário aparece no artigo 2º do Ato, marcando para daí a dois dias a eleição para o Presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966, data do fim da vigência do Ato. O Ato Institucional Nº1 cassou os diretos políticos daqueles que poderiam por ventura se opor ao regime, dentre eles podemos citar João Goulart, Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes, entre outros.

Afirmando que a Revolução “é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro”, o preâmbulo do Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965, procura deixar clara a continuidade do movimento: “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”. Assim, “a autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, tenha negado a si mesma por essa limitação ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. A Revolução está viva e não retrocede”. Apesar disso, o AI-2, editado pelo presidente Castelo Branco, como “Chefe do Governo Revolucionário e Comandante Supremo das Forças Armadas”, também limitou a sua vigência até o dia 15 de março de 1967, data prevista para entrar em vigor a nova Constituição.

O Ato número 2 foi uma resposta para as eleições dos governadores devido ao fato de que cinco Estados elegeram na época governantes da oposição, com isso o ato promulgava a extinção dos partidos criando apenas dois, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), além da eleição indireta para presidente da República.

A *Revista Veja* compreendia que “o Ato Institucional não deixava de ser uma autocrítica da Revolução, em que o partido do Governo não escapa a uma censura no preâmbulo, e na decretação do recesso do Congresso por tempo indeterminado está o sinal mais evidente de uma nova fase em que a Revolução se reinicia sem a classe política que não quis ou não pode integrar-se no processo revolucionário”.

Com o AI-5, forte apenas por precaução- para que outros não sejam necessários- o regime não será afetado, já que as medidas excepcionais só serão aplicadas se forem inevitáveis; e, finalmente, agora a Revolução tem em suas mãos todos os poderes para a sua

realização. O dia 13 de dezembro, para os militares, passa a constituir um Ano Zero da Revolução. “Agora a coisa vai disse um deles” (REVISTA VEJA, 13-12-1968, p.22). O que fazia a revista publicar uma reportagem desse tipo? Por qual razão ano zero? O que se estaria inaugurando com o AI-5? Um novo modo de fazer política onde a papel dos partidos políticos não estivesse mais presente? Tratava-se de fazer o elogio à unicidade – tão cara às mitologias identitárias – e a uma suposta política da simplicidade, em que um ou dois sujeitos resolveriam os problemas da nação? Tudo indica que essa era uma tendência dessa retórica.

Na reportagem do dia vinte e cinco de dezembro de 1968, a revista trazia os objetivos do Ato Institucional número 5,

o objetivo principal do Ato Institucional nº 5 é tornar possível à reconstrução nacional cujo desenvolvimento normal, toda a Nação sabe, exige o clima de ordem, o fortalecimento da autoridade e o combate sem tréguas à subversão, responsável pelos fatores negativos que cumpre eliminar como condição imprescindível para que a Revolução prossiga o seu grande programa de realizações (REVISTA VEJA, 25-12-1968, p. 21).

A preocupação do Comando Maior da Revolução almejava que o sentimento nacionalista renascesse na população brasileira e para que isso fosse possível era necessário que o inimigo da Nação fosse eliminado. Porque nas palavras de Lyra Tavares, nessa citação a cima fica claro que o sentimento nacionalista renascendo faria com que a população compreendesse a necessidade da eliminação do outro, que prejudicava a manutenção da ordem do país e, com a eliminação do subversivo, a Revolução poderia colocar em prática os seus objetivos.

A reconstrução somente poderia ser operada em um clima de tranquilidade, para o qual o governo deveria se dirigir. Fortalecimento da autoridade, ordem e estabilidade eram vistas como partes de um mesmo processo de reconstrução do país. A RV, praticamente, endossava aquilo que era dito pelo Estado.

De acordo com o General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, “agora o Governo está realmente de posse de todos os instrumentos para promover a reforma das estruturas superadas e que resistiam aos esforços de atualização pelos caminhos normais”. O AI-5 enquadrava a população, o poder estava todo nas mãos do presidente, porque esse ato permitia que o mesmo decretasse o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que só voltariam a funcionar quando o presidente o desejasse. Além de proibir qualquer manifestação política, podia ainda suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos, entre outras determinações.

Na última edição do ano de 1969, do dia 31 de dezembro, com a reportagem “o terrorismo fantástico”, a RV faz uma crítica ao filósofo francês Jean Paul Sartre, pois o

mesmo “dedicou 43 páginas do último número da sua revista “Les Temps Modernes” a uma visão fantástica da “luta armada no Brasil” (p.26). A ideia transmitida para o leitor que lesse “os trechos assinados pela ALN- Aliança Nacional Libertadora- e publicados em “Les Temps Modernes”, não terá nenhuma dúvida de que o Brasil está explodindo em atentados e bombas e que, a qualquer momento, uma guerra civil vai tomar conta do interior do país” (p. 26).

A ALN afirmava que suas forças não paravam de crescer. Nossa zona de influência se estendeu. “Nós nos transformamos gradualmente de grupo revolucionário em organização nacional” e a RV rebatia: “nessa auto-exaltação esquece-se que Marighella foi vitimado, sobretudo pelo colapso de sua organização, que acabou deixando o terrorista quase isolado na tentativa de acompanhar seu lugar-tenente Joaquim Câmara na fuga”.

Segundo a RV “A revista de Sartre, superestimando a sinceridade dos documentos que publicou, contém a afirmação de que as organizações terroristas terminam conquistando a simpatia e confiança das massas” e vai mais longe quando afirma que, “não há nunca mortos ou feridos em nossas operações” (p. 26). O fim dos anos 1960 pareciam indicar que os caminhos a serem trilhados pela revista em sua matérias de capa e editoriais seriam outros. O inimigo político, aquele que poderia ameaçar os alicerces do Brasil – a “religião”, a “família” e a “liberdade” – parecia ter se enfraquecido aos olhos da RV.

E conclui “se todos os artigos da revista merecem a mesma credibilidade, as colaborações terão que ser reformuladas por cometerem o erro da fantasia que os ingleses chamam de “wishful thinking”: exprimir um desejo intenso, mas absolutamente irreal” (p. 26). E o que era real, para a revista?

2.3 O governo Médici na Revista Veja

Além das questões de amigo/inimigo a RV seguia o curso do tempo, pois percebemos que de 1968 a 1969 o auge do tema eram as questões do terrorismo e seus atos, mas na sequência a revista passa a tratar do substituto de Costa e Silva que foi Garrastazu Médici. Entre o período de escolha do substituto a RV deixava claro quem seria o seu preferido para governar o país, pois para Médici são direcionadas as melhores qualidades, como o homem ideal para governar o país,

‘Gaúcho de Bagé’. No Rio Grande do Sul, todos conhecem o que isso significa: um homem valente, mas que não aceita provocações, um “macho” que não engole ofensa, mas que só reage com gestos definitivos, um rebelde que não aceita opressão, mas sabe transacionar com o mais forte. Sua aparência também deve ser

diferente da do gaúcho comum: chapéu de abas largas, bombachas e principalmente um lenço encarnado no pescoço, o mesmo lenço que Getúlio levava quando marchou para o norte na Revolução de 1930, um símbolo dos antigos “maragatos”, revolucionários da fronteira gaúcha [...]. (REVISTA VEJA, 01-10-1969, p. 24).

Neste trecho da RV podemos compreender o que Laplatine¹⁴ compreende sobre o imaginário, pois a figura do gaúcho pode ser compreendida como uma representação que engloba características a cima citadas, ou seja, um homem diferenciado do restante dos brasileiros e ainda do “gaúcho comum”, o lenço vermelho usado por Vargas que o caracterizava como um símbolo, mais uma vez a representação, pois no Rio Grande do Sul o lenço branco e vermelho trazem características importantes para diferenciar uns dos outros. Médici escolheu o vermelho que o identifica como um “maragato”, um legítimo “revolucionário”.

Na edição 58, do dia 18 de outubro de 1969, na capa¹⁵ da revista consta a foto do General Garrastazu Médici com o seu neto, e a seguinte pergunta “Um novo estilo no governo. O que vai mudar?”. No interior da revista, a reportagem traça o perfil de Médici, no qual se apresenta uma reportagem longa, com doze páginas, tratando-se exclusivamente da sucessão presidencial e da figura de Médici, ficando claro o apoio que *Veja* deu ao sucessor de Costa e Silva.

São inúmeras as reportagens que a revista produziu onde o foco era o governo de Médici, diferentemente do que fez com os dois ex-presidentes Castello Branco e Costa e Silva. Além disso, é possível perceber uma identidade viril da nação, do macho que age sem rodeios e sem muito diálogo com grupos diferentes, o sujeito-idêntico-a-si-mesmo que daria contornos para um Brasil ser mais Brasil. Ação firme, virilidade, poucas palavras, centralização... Eram motes que a revista tomava como fundamentais na definição desse *novo* Brasil dos anos 60 e 70.

A reportagem não poupa elogios ao candidato à presidência da República, “sua voz impressiona bem: é forte e solene, excelente para os papéis principais. Sua aparência é grave,

¹⁴ Em se tratando do imaginário podemos compreendê-lo a partir de François Laplatine (2003) no livro *O que é imaginário*, onde o autor define o conceito de símbolos, imagens e imaginário, considerando que os dois últimos são pertinentes para a análise das fontes. Para Laplatine, o imaginário é uma das formas de interpretação simbólica do mundo, embora não seja a única, pois há ainda a representação intelectual ou cognitiva. O imaginário permite a construção de uma realidade que pode não necessariamente corresponder com a realidade, mas que tenha alguma conexão com ela. Por ser uma representação simbólica, o imaginário trabalha com a construção de símbolos, que é a atribuição de significados, a ideia representativa de um dado da realidade. Entretanto, por serem fruto da imaginação, os símbolos construídos pelo imaginário não precisam de comprovação, comparação ou comprovação do real.

¹⁵ Ver anexo F

descansada e ereta, tem o tamanho e o porte ideal para esses papéis”. A revista procurou construir a imagem do presidente ideal, ele tinha todos os atributos dos quais são necessários para comandar a Nação. Essa reportagem tratava da primeira aparição de Médici, na televisão, como candidato. A mesma propôs-se a analisar parte do discurso proferido pelo candidato, “ao término do meu período administrativo espero definitivamente instaurada a democracia em nosso país”. Garrastazu Médici falou ainda em “sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre”. Livre e liberdade foram as palavras mais usadas pelo candidato.

Em termos políticos, se compararmos o período Médici com os outros governos militares, para a maior parte dos brasileiros, ao contrário do que vinha se efetivando de fato, foi um momento de aparente “tranquilidade” e estabilidade política. Nesse momento, o governo fazia pleno uso do AI-5, para senão calar totalmente, pelos menos “legalmente” através da repressão e da censura. Por outro lado, o regime colhia os frutos que se convencionou chamar de “milagre econômico”, mostrando à sociedade que o futuro promissor da Nação, tão almejado pelos militares, enfim tinha chegado.

Porém em seu discurso em nenhum momento falou em “guerra revolucionária”. Para o governo o terrorismo estava sob controle e as operações mais bem sucedidas dos subversivos têm apenas valor sensacionalista e nenhum mérito como operação militar. Segundo a *Revista Veja*, a plataforma do governo estava ancorada em três pontos: “educação, pesquisa e tecnologia” para alcançar a meta maior “o desenvolvimento”.

Na edição 60, do dia 29 de outubro de 1969, novamente o general Médici ocupa a capa¹⁶ de *Veja*, “Garrastazu: sua eleição, seus projetos, seus ministros”, uma capa extremamente chamativa cor vermelha ao fundo e chamadas em letras brancas. Ao fundo uma imagem da posse do novo presidente. Mais uma vez *Veja* dedica extensas páginas para falar do então agora novo presidente Médici.

A mesma ainda consta “projeto para a grande potência” no qual teve como slogan “Projeto Brasil, Grande Potência”. Segundo consta na reportagem da revista, o projeto tinha como meta “dar ao Brasil, em 1975, uma renda per capita de 2000 dólares” (p. 30). A mesma ainda constatou que houve divergências na elaboração do projeto, entre civis e militares. Os primeiros foram criticados pelo segundo grupo por serem pouco ambiciosos, modestos quando pensavam em projeto para o país.

Os militares almejavam um crescimento vertiginoso, assim como o surto industrial do Japão, da URSS antes da guerra e dos EUA durante o governo Roosevelt. Em comparação

¹⁶ Ver anexo G

com outros governos, por exemplo o governo de Castelo Branco, as preocupações eram outras, não havia qualquer perspectiva explícita de elaboração de um projeto próprio de construção da Nação. Isso muda no período de 1967-1969, com o discurso-político econômico apropriando-se da ideia de construção de um projeto nacional visando “responder de forma adequada ao desafio brasileiro”.

O próprio presidente Médici em seu primeiro discurso deixou clara a sua intenção de obter “a entusiástica e comovida participação do povo” nas atividades político-administrativas. Almejava um projeto que mobilizasse “todas as forças representativas da nação”. A equipe que elaborou o plano realizou um diagnóstico da situação da economia brasileira naquele momento e constatou que,

1- o desenvolvimento é o objetivo principal e o combate à inflação deve ser executado em função desse objetivo; 2- o esforço interno é a grande mola propulsora do desenvolvimento e, por isso, sensivelmente mais importante que a ajuda externa; 3- “um vigoroso mercado interno” é indispensável para que possamos “ingressar no regime de economia de escala”, ou seja, o aumento do volume de produção para reduzir os custos; 4- a diminuição das importações, procurando reservar o mercado interno para a indústria brasileira; 5- fortalecimento do empresariado nacional contra a pressão das grandes organizações mundiais; 6- [...] criação de recursos próprios para aplicar nos setores fundamentais da sua economia transporte, siderurgia, mineração, mecânica pesada. (REVISTA VEJA, 29-10-1969, p. 31).

A ideia de transformar o Brasil numa nação hegemônica não foi monopólio das Forças Armadas, mas foi no interior dos quartéis, na Doutrina de Segurança Nacional, que se solidificou como força e se transformou num projeto da ditadura militar. Foi no pensamento geopolítico da ESG que essas ideias evoluíram com maior persistência e passou a ser discutido em palestras, manuais, boletins onde a principal discussão era “Brasil Potência”.

Analisando as reportagens da edição 61, “Brasil – EUA: no jogo da verdade”, logo abaixo parte do discurso de Médici “... *creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis (...) de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz*” (REVISTA VEJA, 05-11-1969, p. 20). A revista propõe que no lugar de filial se colocasse Brasil e de matriz Estados Unidos o discurso ficaria alterado e longe do desejo do presidente Médici.

A interferência norte-americana no Brasil parecia assustar parcelas da população como mostra *Veja*: “curiosamente a mudança corresponderia exatamente ao que pensa boa parte da população brasileira, uma camada ampla que reúne desde intelectuais e estudantes, inquietos e irritados com a presença da grande Nação do norte” (p. 20).

A mesma deixa claro que a presença dos EUA no Brasil “não resta dúvida que a grande nação do Norte sempre paira como um mito e um desafio diante de cada novo presidente brasileiro” e ainda complementa

e não apenas para os presidentes; a presença, o mistério e a quase provocação da grandeza americana apresenta-se brutalmente para o homem comum da cidade deste país tropical, abençoado por Deus, como que punido pela doença do subdesenvolvimento. Às vezes, a presença americana torna-se agressiva. (REVISTA VEJA, 05-11-1969, p. 21).

No contexto mundial tínhamos a Guerra Fria, em que o mundo estava polarizado em duas grandes potências, os EUA e URSS. Dentre as estratégias de apoio dos estadunidenses temos “Aliança para o progresso”¹⁷, “Operação Brother Sam”¹⁸ e “Operação Condor”¹⁹, esteve baseado num plano de defesa e segurança para a América Latina. Na sequência a reportagem apresenta inúmeros nomes, lojas e produtos norte-americanos que circulavam no Brasil. Talvez aí coubesse a preocupação da população, estaria o Brasil perdendo sua identidade, absorvendo parte daquilo que eles produziam. Talvez por isso Médici utilizasse o termo filial ao referir-se ao Brasil.

Em se tratando da questão subversiva e da segurança nacional, segundo a reportagem Brasil e EUA estariam em acordo total. Em se tratando do inimigo na figura do comunista os dois países estavam em acordo, pois o EUA foi um dos criadores do imaginário que o mesmo representava e que deveria ser combatido.

O fato do Brasil não ter seguido os passos de Cuba chamou a atenção dos EUA que passaram a dar total apoio logístico aos militares que deram o golpe em março de 1964. O próprio presidente deposto João Goulart não era bem visto pelos norte-americanos, pois na época Jango possuía uma política externa que não se alinhava aos mesmos e, internamente, a nacionalização de empresas norte-americanas e o seu programa de reformas de bases também não era bem visto pelos EUA.

¹⁷ Aliança para o Progresso pode ser compreendida como um programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina, ao mesmo tempo que visava frear o avanço do comunismo no continente. Para mais informações ver: Silva, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil : de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2008.

¹⁸ A Operação Brother Sam – foi uma força-tarefa que os Estados Unidos enviaram ao Brasil em apoio ao Golpe de 1964. Para mais informações ver: FICO, Carlos. *O Grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Ed. Civilização Brasileira, 2008.

¹⁹ A Operação Condor foi uma aliança político-militar entre alguns países da América Latina (Chile, Uruguai, Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia) com o apoio norte-americano, levado a cabo nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dos regimes ditatoriais. Para mais informações ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Introducción: coordinaciones represivas en el Cono Sur (1964-1991)*. In: Taller (Segunda Época). *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina* Vol. 1 N° 1 (octubre de 2012).

A seguir a revista traz uma reportagem sobre a posse de Médici, “O homem que veio do minuano”. Um ponto importante no discurso de e sobre Médici era a questão da abertura política: “pois esperamos que os atos institucionais e as suspensões de direitos políticos sejam abolidos o mais rápido possível”, o presidente dava a esperança da abertura política. Prossegue “sinto por dentro aquele patriotismo acesso dos fronteiriços, que estende ponte aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdêns, e não se dobra na firmação do interesse nacional” (REVISTA VEJA, 05-10-1969, p. 29). Médici reforça a preocupação com o crescimento da Nação e que esses interesses nacionais estão acima de tudo. Na sequência, “creio na função multiplicadora da empresa e, porque assim creio, procurarei fortalecê-la, sobretudo a empresa nacional”.

Na edição 65 do dia três de dezembro de 1969 o tema principal na capa da RV “O presidente não admite torturas”. Na reportagem “a violência fora da lei” o presidente Médici

determinou aos órgãos responsáveis pela segurança pública e combate à subversão – vários deles acusados de torturar presos políticos e até simples suspeitos depois inocentados- que devem rever imediatamente seus esquemas de repressão e pôr fim a métodos violentos (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 18).

Médici “mudou radicalmente a estratégia oficial do governo brasileiro para enfrentar as ofensivas do terrorismo político.” (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 19). Diferentemente dos governos anteriores, o presidente acreditava que

os terroristas são grupos pequenos, que superam suas limitações pela audácia, mas não tem condições de ao menos abalar a verdadeira “muralha de aço” com que as Forças Armadas e os serviços de segurança, especialmente armados e muito numerosos, garantem as instituições e o esquema instaurado pela Revolução de março de 1964 (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 19).

O presidente acreditava que o esquema montado pelo governo era muito mais forte e organizado, sendo quase que impossível os “subversivos” romperem essa segurança fortemente organizada. Médici “acha mesmo que os terroristas brasileiros chegaram a ser superestimados, pela importância com que suas ações isoladas – apesar de alguns lances sensacionais- forma recebidas pelas autoridades”. O mesmo achava que houve certa preocupação exacerbada em relação aos inimigos, devido aos seus atos, mas acreditava ser impossível que eles rompessem a “muralha de aço” das Forças Armadas.

Em seus primeiros discursos como presidente Médici “não falou uma única vez em “guerra revolucionária” ou “terrorismo”, expressões que faziam parte obrigatória de todas as declarações oficiais feitas pelo governo brasileiro nos últimos dez meses. Mesmo assim, Médici estava sempre atento às possíveis manobras espetaculares dos terroristas [...]” (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 18). A preocupação de Médici estava “em construir, não

em reprimir”. Enquanto chefe do SNI (1967-1969), Médici aprendeu que a informação pode ser uma arma e:

ele aprendeu a manejá-la muito bem no SNI, ao mesmo tempo em que, encontrava para o problema político brasileiro- até mesmo para enfrentar o perigo da subversão- duas soluções que agora, no exercício da presidência, procura adotar com habilidade: a mobilização nacional para um programa de desenvolvimento e a renovação total dos quadros políticos, com o surgimento de lideranças jovens e interessadas num novo tipo de política (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 18).

O foco do governo Médici era o desenvolvimento do Brasil, essa foi a sua bandeira e para isso ele almejava contar com o apoio da população no então projeto “Brasil, Grande Potência”, mas para usar essas soluções [a cima citadas], Garrastazu Médici sabe que precisa da confiança geral – que já começou a estimular quando propôs o seu “jogo da verdade” – e também de um clima de liberdade em que a Justiça e os direitos civis sejam amplamente reconhecidos, ou seja, a abertura política.

Médici “enfrenta a subversão com novos trunfos: além do combate policial militar até agora bem sucedido: a morte de Marighella é uma das provas -, o presidente quer lutar contra o terrorismo com uma maciça e entusiástica adesão popular ao seu governo” (REVISTA VEJA, 03-12-1969, p. 18). O presidente almejava o apoio da população, para que essa o apoiasse, aderisse ao seu projeto de nação em desenvolvimento e compreendesse a importância de excluir aqueles que não estavam ao seu lado até mesmo delatando aqueles que tivessem atitudes suspeitas (subversivas).

Segundo a *Revista Veja*,

o presidente só não admite é a contestação da Revolução, ou seja, a negação do fato histórico que foi o movimento de março de 1964 e qualquer tentativa de revogá-lo ou anulá-lo nos três objetivos: luta contra a subversão, extinção dos focos de subversão e renovação dos costumes políticos (03-12-1969, p. 19).

Para o novo presidente da República “a violência está fora da lei. A violência da subversão nunca esteve dentro da lei e a violência em nome da lei não é tolerada. Ao determinar a todos os órgãos de segurança do país que não admite o arbítrio”, inaugurava-se “uma nova etapa da Revolução”.

Na reportagem “Torturas”, a justificativa para o uso da mesma,

Waldo Bandeira Fraga, delegado de polícia em Niterói [...]. Admite abertamente; “Eles são muito duros. O criminoso é gente muito receosa de passar por dedo-duro, ter de enfrentar os amigos depois, entende? Por isso é preciso muito pau em cima deles. Acho que a polícia esta certa em agir assim (REVISTA VEJA, 10-12-1969, p. 22).

Para o delegado Eldes Schenini Mesquita [...] “O uso de tais métodos (tortura) deverá um dia ser abolido, quando se puder fazer, de fato, a coação psicológica através de sistemas

eminentemente científicos. O que se condena é a dosagem em excesso dessa violência” (p.23).

Os argumentos dos torturadores soam lógicos e racionais: “em nossa opinião, há duas coisas básicas quando se considera a questão das torturas. A primeira é que nós estamos em guerra – uma guerra contra a subversão- e que essas pessoas (os torturados) são os inimigos”.

Quando se está numa guerra se faz qualquer coisa para defender os ideais, nesse caso a tortura servia como instrumento para descobrir os demais “subversivos”, onde estavam escondidos, quais os planos, porém dentro dessa corrida muitos inocentes foram presos e mortos. Ao final da reportagem “é melhor dar pancadas neste cidadão e obrigá-lo a confessar onde estão os outros terroristas, para evitar que eles matem pessoas inocentes [...]” (REVISTA VEJA, 12-11-1969, p. 25). Qual era a posição da revista acerca da tortura? Ela apresentava críticas ou apenas fazia uma edição das entrevistas, de modo a legitimar, ainda que não de modo claro, a tortura e, com ela, uma idéia típica da ideologia da segurança nacional acerca da periculosidade do inimigo?

Ao que tudo indica, na construção dessa representação política acerca do Brasil, a RV contribuiu para o reforço dessa identidade, ainda que as palavras sobre o inimigo da nação fossem retiradas da boca de outros sujeitos que não os editores e articulistas da revista. A ideia das matérias poderia indicar que não era a revista quem estava falando, mas sim os sujeitos interpelados. A questão é que as ferramentas intelectuais de edição contribuíam para uma operação ideológica na qual a voz do sujeito interpelado era, outrossim, a voz da revista.

Passado mais de um ano desde a primeira publicação da RV, o que havia mudado em termos de representação da nação? A mudança nos contornos políticos, especialmente a sucessão presidencial, trouxe alguma novidade? O nacionalismo veiculado pela revista, ao se coadunar com os propósitos do governo, manteve-se firme somente na denúncia de uma suposta subversão que ameaçaria a unidade da nação? Ou a RV apresentou outros *inimigos*, menos imediatos, que deveriam ser combatidos pelo novo governo? Como se articulavam as representações do subversivo como inimigo externo/interno com os outros inimigos, mais internos do que propriamente externos, tais como a pobreza e a corrupção? É possível afirmar que ocorreu uma metamorfose nas representações da nação e de seus outros nesse curto período (1968-1974)? Seria pertinente afirmar que, de um nacionalismo mais político, direcionado sobretudo ao combate à suposta ameaça comunista, a revista tenha se pautado, a exemplo do governo, em um nacionalismo de ordem mais econômica, em que termos como terrorismo, subversão, comunismo eram substituídos por desenvolvimento, modernização, entre outros?

CAPÍTULO 3 - EM DIREÇÃO AO NACIONALISMO ECONÔMICO

No segundo capítulo foram analisados os discursos produzidos pela RV pautados nas representações do inimigo nacional, consolidando uma identidade política cujo principal fator de definição negativa era o subversivo, uma espécie de sujeito político que constituía a ameaça real e simbólica à nação. O casamento discursivo entre a Doutrina de Segurança Nacional e a identidade política da nação se consolidou no conjunto de discursos que a RV produziu, reforçando uma ideologia que tinha seus contornos definidos no nível militar por um meio de comunicação civil.

Este capítulo tem como objetivo analisar a transformação do discurso da revista, que a partir de 1970 produziu uma linguagem simbólica direcionada para o nacionalismo econômico. Ainda que certos discursos políticos sobre o inimigo nacional aparecessem esporadicamente na revista, a principal representação que passou a constituir o novo inimigo nacional era a pobreza, a corrupção. O principal agente dessa mudança: o desenvolvimento econômico por meio do Estado. Com essas características do discurso seria difícil não pensar em uma metamorfose do discurso nacionalista na direção do político para o econômico.

Para que possamos realizar essa análise teremos como base Nakano (2003). O autor aborda uma discussão sobre nacionalismo econômico que nos ajuda a compreender a relação recíproca entre o poder político e econômico do Estado – Nação.

Partindo para análise das fontes temos a edição número 70, de sete de janeiro de 1970, onde a RV trouxe como reportagem principal “As novas palavras de paz”, o discurso apresentava uma linguagem poética e cheia de imagens: o pronunciamento “revela a quase obsessão do presidente pelas ideias de pacificação, de união nacional”. (REVISTA VEJA, 07-01-1970, p. 22). Conforme observamos a questão do inimigo nacional não estava presente na linguagem de Médici, apesar de sabermos que continuava a “caçada” aos mesmos. Não havia na reportagem palavras de ameaça ou de condenação, havia de certa forma “perdão” para aqueles que em algum momento teriam atuado contra a Nação. Como veremos a seguir no discurso de Médici,

a todos os homens de bem que se frustraram ou enganaram, aos que procuram na contestação e na violência encontrar o caminho que não é nosso, apelo: façam hoje o seu exame de consciência e verifiquem o retardamento que estes descaminhos trazem à livre ascensão de nosso povo. (REVISTA VEJA, 07-01-1970, p. 22).

O presidente procurou mostrar que aquelas atitudes contrárias ao governo causavam um atraso para a população e prossegue

homem heróico que cumpre em silêncio seu dever (...) aos intelectuais de todas as frentes, quisera que o meu aceno chegasse à janela de toda rua, ao mirante de todo morro, ao banco de toda praça, ao átrio de toda crença – a todo sistema, toda convicção, todo ideal. (REVISTA VEJA, 07-10-1970, p. 22).

Percebe-se que o presidente Médici, utilizava-se de metáforas em seus discursos, palavras carregadas de simbologias, em vez de tons claros e incisivos. Assim como fez no discurso natalino de 1969, “da dore que não cheguei a tocar, ou que, se tocada, ainda me faltam forças ou tempo para ajudar na mudança” (p. 22). O intérprete do discurso para a RV, Arnaldo Pedroso d’Horta, compreendeu que quando se refere às forças, Médici “remete a sombra das famosas forças ocultas que teriam contribuído para a renúncia de Jânio Quadros” ou seriam forças de outra situação: “Getúlio Vargas suicidou-se”, e complementa “João Goulart ensandeceu. Costa e Silva feneceu”. Estariam as “forças ocultas” tentando impedir que o presidente governasse?

Em todos os casos citados a cima parecia haver um conluio metafísico contrário ao governo, o que poderia indicar que as forças que ameaçavam o Brasil, para além do inimigo político e econômico, eram impessoais, e a RV conclui “seguramente há forças que dificultam o exercício da presidência da República, embora elas não sejam tão misteriosas ou ocultas como podem parecer”, e complementa “o presidente Garrastazu Médici deve ser cauteloso com as forças ocultas, que talvez sejam apenas os inimigos das reformas que ele anuncia” (p. 22). A Revista parecia querer colocar o discurso de Médici fora de um plano metafísico, denominando os sujeitos responsáveis pelo atraso ou pela ingovernabilidade do Brasil.

A edição 72, de vinte e um de janeiro de 1970, tem como reportagem “O primeiro ato de Garrastazu Médici”, onde o presidente baixou o Ato Complementar 78, “que afasta do serviço público funcionários cassados ou com direitos políticos suspensos que porventura tenham ainda continuado em seus cargos depois das punições” (REVISTA VEJA, 21-01-196-70, p. 18). Alguns políticos julgaram que manter o AI-5 era uma forma de conservar visível, diante de eventuais inimigos, um instrumento cuja simples existência deveria impedir ações revolucionárias. O simples fato de ainda estar em vigor o AI-5 era uma forma de defesa do governo de qualquer ameaça contra o regime.

Quinze dias após assumir a presidência, Médici puniu dois militares com base no AI-5. Com a decretação do AC-78, a ideia de que o AI-5 era apenas para assustar fica pelo menos temporariamente afastada. “A nova lei mostra que o novo presidente não tem dúvidas de que a Revolução continua em marcha”. Se a revolução continuava em marcha, conforme sugeria a revista, tratava-se de apontar em suas páginas como essa revolução seguiria seu rumo, quais inimigos seriam combatidos.

No artigo 8º do AC 78, anunciava que se aplicava “a todas as pessoas que tenham sofrido ou venham a sofrer a suspensão dos direitos políticos, ou a cassação de mandato eletivo com base nos atos institucionais” (p. 18). Conforme a reportagem da RV “essas palavras definem intenções revolucionárias e se baseiam em princípios nitidamente revolucionários” (p. 18). Pois em primeiro lugar se refere que o ato estende-se ao período anterior à sua existência e, segundo, que o presidente não exclui a possibilidade de suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos.

A revista coloca que haveria contradição entre o discurso apaziguador do presidente e o Ato Complementar 78, pois por um lado “o presidente poderia ter evitado essa nova lei revolucionária no momento em que anuncia a reabertura democrática” e complementa: “bastaria ter mandado que se exercesse uma fiscalização rigorosa nas repartições que ainda não demitiram os punidos pela Revolução”, por outro lado “o presidente legisla de uma maneira mais branda e mostra suas intenções redemocratizantes. O artigo 7º do AC-78 diz que, em certos casos, o funcionário pode voltar ao cargo cessado o prazo da punição” (REVISTA VEJA, 21-01-1970, p. 19).

No dia vinte e oito de janeiro de 1970, na edição número 73, a reportagem “A segurança contra a pornografia”, em que o presidente Médici baixou o decreto-lei declarando que não seriam toleradas “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes por qualquer meio de comunicação”. A medida fazia parte de outras iniciativas adotadas contra a expansão de obras consideradas imorais.

O decreto-lei, não era exclusivamente contra a moral e aos bons costumes, mas também almejava garantir a segurança nacional. No mesmo consta,

considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes; Considerando que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhes os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes; [...] Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir valores morais da sociedade brasileira;

No mesmo ainda consta “considerando o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional”. Esse decreto-lei era uma forma de atingir os variados meios de comunicação, revistas, jornais, programas de televisão e até publicidade comercial. Para justificar o decreto-lei o presidente fez várias considerações,

é livre a manifestação de pensamento de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um nos termos da lei, pelos abusos que

cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes (REVISTA VEJA, 28-01-1970, p. 18).

Como podemos perceber, questões políticas ligadas à Segurança Nacional ainda apareciam no discurso do periódico, mas a tônica das reportagens, a partir dos anos 70, estava centrada no nacionalismo econômico. Os discursos da RV passaram a dar maior ênfase para a questão econômica na passagem para os anos 1970.

Assim, na edição de dezoito de março de 1970, o tema era “A nova segurança”. O discurso de Médici dá mais ênfase ao desenvolvimento econômico e à estabilidade social, sem deixar de “frisar que o Estado revolucionário cumprirá todas as suas metas e combaterá, com firmeza, o terrorismo e a contestação política” (REVISTA VEJA, 18-03-1970, p. 20). Médici quando proferiu seu discurso na ESG “não usou a expressão guerra revolucionária, elemento comum em tantos pronunciamentos feitos na ESG” (p. 19). O presidente “preferiu encarar a Segurança Nacional como um conceito vinculado ao desenvolvimento”. Apresentou ao mesmo tempo um programa de governo e uma definição doutrinária para alcançar o que chamou de “uma sociedade politicamente aberta” (REVISTA VEJA, 18-03-1970, p. 20). O discurso de Médici marcava uma mudança de ênfase. Qual inimigo deveria ser combatido? Como a RV desenvolveu sua interpretação acerca desse novo modelo de definição de segurança nacional?

Médici criou uma nova expressão para apreender o “novo momento: o Estado revolucionário, durante o qual serão implantadas as estruturas políticas, administrativa, social e econômica capazes de promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar” (p. 20).

O objetivo do novo presidente era “usar seus poderes excepcionais não só na luta contra o inimigo da segurança, mas, sobretudo na conquista do progresso”. Médici teve de enfrentar “velhas estruturas que não têm criado problemas de segurança, mas se opõem sistematicamente às necessidades do desenvolvimento” (p. 20). Claramente, o discurso da RV passava para um contorno mais ligado ao nacionalismo econômico do que propriamente político.

Se havia um inimigo “clássico” da política, personalizado na figura do subversivo, sobretudo comunista, havia outros entraves para o desenvolvimento da nação, que se configuravam como problemas para o caminho da realização total do Brasil. A RV salientava que tais demandas eram mais mediatas, mais profundas e que não estavam diretamente

ligadas à segurança no sentido político, mas que implicavam a inserção de “todos os brasileiros” nos rumos do progresso. A RV parecia estabelecer uma consciência governista acerca do que o governo deveria lembrar para se desenvolver.

O instrumento pelo qual Médici iria lutar pelo desenvolvimento seria o Plano Nacional de Desenvolvimento. Dessa forma, ele almejava “eliminar a desigualdade entre os homens”, a “floração de privilégios” e a “desagregação entre as classes” (p. 20). Médici informou que a política de desenvolvimento vai aumentar a produção agrícola e as exportações. “Dando prioridade ao campo estou dando prioridade à valorização do homem brasileiro” (REVISTA VEJA, 18-03-1970, p. 21).

Na edição do dia primeiro de abril de 1970, a RV apresenta na *Carta ao Leitor* as relações entre os militares e o poder, já que os militares estavam comemorando o sexto aniversário da Revolução. A RV aponta que em meio à situação turbulenta do Brasil de João Goulart “os militares surgiram como único antídoto de seguro efeito contra a subversão e a corrupção, nascidas e criadas à sombra dos erros voluntários e involuntários dos líderes civis” (REVISTA VEJA, 01-04-1970, p. 19). A ideia que o editorial passa era de que os militares até relutaram para não assumir o poder, mas perceberam que seria a única forma de colocar o país em ordem novamente.

Como se pode notar, tratava-se de uma ordem tanto política quanto econômica e social. “Assumido o poder, com a relutância de quem cultiva tradições e vocações legalistas, eles tiveram de admitir a sua condição de alternativa única”. Prossegue, “enquanto cuidavam de por a casa em ordem, tiveram de começar a preparar o país, a pátria amada, para sair da sua humilhante condição de subdesenvolvido”.

Palavra-chave no jargão do discurso desenvolvimentista, o subdesenvolvimento aparecia como um signo que representava, no lugar do subversivo, o inimigo a se combater. Ele estava presente no Brasil há mais tempo do que o imediato cenário político que havia se instalado no Brasil a partir de 1964. A “revolução”, depois de colocar a “ordem” sobre os rumos, a partir do combate do que supostamente representaria seu mal, tratava de combater um mal que nenhum governo teria resolvido até o presente. Nesse sentido, o compromisso dos militares era ainda maior. Além de proteger o país do inimigo, eles precisariam ainda colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento: “perceberam que havia outras tarefas, além do combate à subversão e à corrupção – e pensaram no futuro” (p. 19). A RV, nesse discurso, endossava e reforçava o nacionalismo do governo.

A *carta ao leitor* salienta que nos seis anos de Revolução os pronunciamentos do presidente da República ganharam um enorme destaque devido ao fato que “nunca o

presidente teve poder tão amplo e forte; porque nunca o presidente foi, de maneira tão imperiosa, o escolhido dos chefes militares; porque nunca os políticos profissionais estiveram tão afastados do poder [...]” (p. 19). A Revista Veja, nesta edição almejava descobrir a verdade e os propósitos dos brasileiros de farda.

Na reportagem “Os militares: teorias e prática do poder”, texto escrito por vinte jornalistas e pelos editores-chefes Elio Gaspari e Luis Adolfo Pinheiro (redatores finais do texto), coloca-se as Forças Armadas como a salvadora do país: “há seis anos caía o último governo civil do país. Ameaçadas pela desagregação do poder em todos os escalões administrativos, as Forças Armadas *tiveram de intervir*²⁰” (REVISTA VEJA, 01-04-1970, p. 20). A mesma ainda coloca que “a intervenção de março de 1964 tinha origens preventivas: os militares pretendiam retirar-se a curto prazo do centro dos acontecimentos” (p. 20).

A mesma procura dar uma justificativa do motivo, pelo qual os militares continuaram no poder. “Em seis anos, o movimento revolucionário enfrentou quatro grandes crises”: a primeira teria sido gerada pelas eleições de 1965 e o AI-2, período durante o qual os partidos políticos foram extintos, criando apenas dois: A ARENA e o MDB. A segunda crise surgiu com a discordância do Congresso diante das cassações de deputados e foi eliminada com o recesso, e a terceira crise foi à negativa da Câmara ao pedido do governo para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, que desembocou no AI-5 em dezembro de 1968.

Para a RV, “a experiência deu aos militares a certeza de que eles determinavam a vitória do movimento revolucionário de março e de que só eles poderiam assegurar a continuidade do próprio processo” (p. 20). Quer dizer: caberia aos militares, no processo histórico nacional, conduzir o Brasil em seus rumos. Se outrora a desunião, a subversão, a desagregação eram problemas, os militares não somente como sujeitos da revolução, mas, sobretudo, como sujeitos da história, seriam capazes de fazer a história andar nos rumos que supostamente seriam naturais para o Brasil. Os discursos editoriais da RV, bem como as matérias de capa indicavam claramente essa versão da história do Brasil.

Enalteciam-se os militares como aqueles que tiraram o Brasil da crise,

esses homens saídos dos quartéis destrincharam aos poucos as sutis malhas da crise brasileira. Para enfrentá-la dispunham da formação idealista e combativa que receberam nas escolas e da universidade de objetivos que cultivavam na vida de tropa. Vieram em sua maioria de origens humildes e foram aos poucos assumindo os mais importantes postos da administração pública. Entre o apego às origens e o fascínio pela pompa que revestia o poder, preferiram desmistificar a importância dos

²⁰ Grifos meu.

cargos, adaptando-os aos métodos administrativos que adotavam nos quartéis (REVISTA VEJA, 01-04-1970, p. 20).

Os militares, com seu idealismo (diríamos nacionalismo), teriam sido capazes de enxergar “os vícios e as debilidades que enfraqueciam os governos civis e, enquanto se aprofundavam nos problemas do país, passaram a agir como um grande Estado-Maior” (p. 20). Essa relação com o poder ocasionou algumas transformações nas atitudes do “militar que em 1964 lutava contra a subversão e a corrupção. Hoje, sem transigir com nenhum dos seus antigos inimigos, está empenhado ao mesmo tempo na construção de uma nova estrutura política, social e econômica para o país” (p. 20). Para a Revista Veja “os militares mudaram o país e a Revolução transformou-os em uma força qualitativamente nova. Eles continuavam a ser os fiadores do movimento de 1964, mas apanharam a luva do desafio do desenvolvimento nacional” (p. 20).

Segundo José Pedro Macarini²¹ (2005), inexistia no Brasil um projeto próprio de construção de Nação. Isso mudou a partir de 1967-1969, com o discurso-político econômico se apropriando da ideia de construção de um projeto nacional viabilizando o desenvolvimento do Brasil.

Na edição de vinte de maio de 1970, em que a RV realizou uma reportagem sobre o encontro de Médici com o presidente do Uruguai, Jorge Pacheco Areco, o presidente brasileiro reafirmou seu discurso, pois desde o princípio sempre destacou a questão do desenvolvimento econômico brasileiro. “A ação diplomática do governo Garrastazu Médici dará ênfase às negociações, evitando o alinhamento em blocos, em que mantêm-se lideranças incondicionais” (p. 20). Essa tática já tinha alguns objetivos esclarecidos “a criação de condições favoráveis de comércio para os produtos brasileiros, a abertura crescente de linhas de crédito e uma participação mais ativa nas decisões internacionais” (p. 20).

Conforme a revista, no comunicado entre Médici-Areco, a expressão “pan-americano” foi substituída por “latino-americano”. A mesma explica que “em termos geográficos, a diferença entre uma e outra é a exclusão dos Estados Unidos”. A RV ainda complementa: “a expressão demonstrou o desejo das nações latino-americanas de buscar um tipo de associação que não impeça o entendimento cordial com os Estados Unidos, mas também não as impeça de agir livremente” (p. 21).

Em dez de junho de 1970, a RV trouxe uma reportagem “A viagem até a verdade”, a mesma consta da visita de Médici ao nordeste brasileiro. A seguir as palavras do presidente

²¹ MACARINI, Pedro José. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. In: *Nova Economia*. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. V. 05, nº 3, 2005. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/458/454>

“aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano. E vi todo o drama do nordeste” e complementa “vim ver a seca de 70. E vi o sofrimento e a miséria de sempre” (p. 24). O presidente ainda salientou “nada, em toda minha vida me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade” (p. 24).

A revista procurou mostrar a preocupação que Médici teve com a população “vi o homem, falei a esse flagelado, vi seus farrapos, apertei a sua mão, vi o que comia, perguntei pelos seus, pela sua terra, seu trabalho, seu patrão” (p. 24). E prossegue “vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempero e sem sal. E dizer –se que vi isso em terras de salinas” (p. 24-26). Finalizando seu discurso o presidente disse “o que podemos fazer, em prazo menos iminente, é ajustar os planejamentos à realidade, é contribuir para a mudança político-administrativa também aqui no nordeste” e prossegue “decidi, então, fortalecer a agricultura nordestina, para torná-la resistente às secas, empenhando recursos substanciais, até de origem externa, em programas de irrigação em áreas selecionadas” (p. 28). Concluiu “[...] exijo a contribuição da nação inteira, a determinação dos governantes, o espírito público, a firmeza de todo chefe. E mais “exijo a austeridade de todos os homens responsáveis, para que não haja indiferença ao sofrimento e à fome. Exijo que se diga e se mostre sempre a verdade, por mais que ela nos doa” (p. 28).

Na edição 95, do dia primeiro de julho de 1970, a *Carta ao Leitor* anuncia o tema da reportagem principal da RV semanal: a chegada de uma estatueta de ouro: a Taça Jules Rimet (taça da copa do mundo de futebol). A mesma causou “alegre encontro, num só aplauso, da multidão com o General Garrastazu Médici” (p. 17).

As reações populares e o júbilo governamental “fizeram com que a imagem do presidente da República surgisse de uma forma inteiramente nova, buscada por todos há seis anos com muita persistência e algumas decepções” (p. 17). Teria Médici alcançado a popularidade? Teria conquistado a população brasileira com o seu programa de desenvolvimento econômico? A RV responde: “a pequena estatueta parece ter conseguido o êxito onde grandes planos e complicadas teorias falharam: o caminho da popularidade está aberto para o governo” (p. 17). Na reportagem intitulada “A imagem do sucesso”, podia-se ver uma foto do presidente Médici sorrindo com a bandeira do Brasil, rodeado de pessoas, bem ao contrário das imagens que se costumava ver de Médici, normalmente um rosto sério e vestido formalmente.

Quando o presidente Médici chegava ao Palácio do Planalto era sempre seguido por um ritual solene: “seus principais assessores o aguardam ao pé da rampa de mármore branco e ele desce do carro enquanto a bandeira verde da presidência é hasteada, ao som da banda do

Batalhão de Guardas” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 19). Na ocasião em que o presidente chegou acompanhado dos tricampeões foi aplaudido pelo imenso público que aguardava a sua chegada. A RV salienta “nunca um presidente revolucionário fora tão aplaudido pelo povo da capital” (p. 19). Para alguns os aplausos significavam “uma evidente demonstração de simpatia popular ao governo” (p. 19). A RV tratou de associar a imagem de um Brasil bem-sucedido no futebol com a personificação de Médici como o Brasil.

A concentração do público explicava-se pela vitória do Brasil no México, mas para o presidente “o povo o reconhecia e aceitava como cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida em que o país inteiro havia se transformado” (p. 19). Esse era o desejo de Médici, em que declarou poucas horas depois de ter sido indicado para o cargo de presidente: “espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo e confesso lealmente que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade [...]” (p. 19). Ainda que a declaração do presidente publicada na RV fosse expressa em tom condicional, já havia uma associação de seu nome à popularidade.

A RV ainda descreve a torcida entusiasmada do presidente Médici nas partidas de futebol em que o Brasil jogou. Para ela, Médici identificara-se com a vitória de forma mais clara que qualquer outro presidente: “talvez essa imagem do torcedor sincero e comovido que o presidente apresentou à nação”, identificando-se como “torcedor, teria conquistado para a festa que organizou aos campeões a simpatia de todos os outros torcedores [...]” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 20). Um passo importante havia sido dado em direção ao nacionalismo econômico. O próximo passo seria associar o desenvolvimento da nação no futebol com o desenvolvimento da nação nos indicadores econômicos.

Médici sempre foi um apaixonado por futebol, utilizou-se da conquista do tricampeonato no México para alimentar a retórica do Estado nacional-desenvolvimentista. Podemos questionar se os resultados dessa política não fossem satisfatórios como foram, se ao mesmo tempo o país não estivesse passando por um crescimento econômico único na história, se o movimento ufanista que se seguiu à conquista já não estava crescendo, faltando apenas a ignição que a Copa proporcionou.

Os poucos estudiosos sobre o tema, dentre eles Marcos Guterman²², salientam a importância de se compreender o futebol como um importante diluidor das diferenças sociais. Em situações críticas como de Copa do Mundo, tal característica se fortaleceu pelo caráter

²² GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2006, 155p.

nacionalista patriótico, muito útil, em regimes militares. O futebol “é um poderoso instrumento de integração social”, através do qual “a sociedade brasileira experimenta um sentido singular de totalidade e unidade, revestindo-se de uma universalidade capaz de mobilizar e gerar paixões em milhões de pessoas²³”. Esse esporte resolve as desigualdades econômicas, sendo por qual motivo parcela da população quebra a hierarquia cotidiana.

Médici talvez por ter esse *feeling* não mediu esforços para agregar a sua imagem à da Seleção. Para a RV ele almejava a popularidade, isso aparece em algumas reportagens do periódico. Com esse objetivo Médici passou a ser um autêntico entusiasta do futebol, deu palpites públicos sobre os jogos, tornou-se o torcedor número “um”. Para alguns observadores essas atitudes seriam suficientes para classificar Médici como “manipulador das massas”.

A RV aponta que na construção da imagem do presidente Médici junto ao povo, foi importante “a definição permanente de sua força e de suas fraquezas” (p. 22). O objetivo da AERP (Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República) era “conseguir canais de comunicação que permitam ao povo entender e acompanhar a ação do governo” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 22).

Na reportagem “O sucesso da imagem” a RV descreve a imagem que alguns políticos tiveram da vitória do Brasil. Dentre eles o governador do Rio Grande do Sul, Peracchi Barcelos, que disse “vocês [jogadores tricampeões], com esta vitória, devem ter influído no espírito de quantos, a serviço de causas malsãs, procuraram no Brasil um país que não é uma democracia, mas ditadura”. Ele salienta “mas quem quiser ver que isto não é uma ditadura, é uma democracia, que venha às ruas de todos os estados brasileiros e veja como o povo livremente se manifesta”. O governador ainda justifica porque o governo militar atuou de forma rígida “ninguém lhe tolhe os passos e ele, dessa forma testemunha ao mundo que a Revolução de Março de 1964 pode ter imposto, em certos momentos, algumas restrições, mas é uma Revolução eminentemente democrática” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 24).

O regime exaltava os “valores” dos brasileiros pela conquista do tricampeonato. Assim como a “unidade” em torno de um objetivo comum, mostrando que a Revolução se em algum momento foi rígida foi pelo “bem da Nação”, e ainda salienta a liberdade da população que saiu as ruas para comemorar, era um momento de provar para aqueles que acreditavam que o regime tolhia a liberdade que isso de fato era uma falácia.

Na reportagem “Ame-o ou deixe-o” uma breve explicação para a campanha brasileira “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Com a vitória de Nixon em 1968 e seu esforço para despertar os

²³ HELAL, Ronaldo. Passes e impasses: futebol e cultura de massas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 25.

norte-americanos, começaram a aparecer os dísticos e slogans dos defensores do Vietnam: “America, leave it [love it?] or leave it” (América, ame-a ou deixe-a) que passaram a ser vistos com frequência nos pára-brisas e pára-choques de carros. Representavam um protesto dos cansados das agitações estudantis, das rebeliões dos negros e das críticas a posição do governo em relação à guerra do Vietnam.

Na versão brasileira, segundo a RV “plásticos com a frase “Brasil, ame-o ou deixe-o” apareceu na forma mais discretamente” (p. 30). Os primeiros 10.000 dísticos foram fabricados por empresas particulares em São Paulo e distribuídos em repartições públicas, bancos e quartéis. Após o início tímido da campanha, a mesma ganhou vida própria. Quando se esgotaram os 10.000 da distribuição gratuita, começou a venda dos slogans nas bancas de jornais. Segundo a RV “ao lado dessa grande procura, criou-se uma absorção natural da palavra de ordem, que é copiada e redesenhada por crianças em escolas e mesmo fora delas” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 30).

Nos EUA essa propaganda silenciosa se tornou um dos símbolos mais usados e em seguida vem o uso da bandeira nacional como uma afirmação de patriotismo. No Brasil, com a copa do mundo, a campanha brasileira tornou-se ainda mais parecida com a norte-americana. Milhares de bandeiras do Brasil invadiram as ruas, as casas, os automóveis que segundo a RV “passaram a identificar uma maioria também defensora do esquema “lei e ordem” que apoiaria o governo em todas as suas decisões neste sentido” (REVISTA VEJA, 01-07-1970, p. 30). Para a RV o futebol foi uma forma de fazer a população se desligar do que estava acontecendo no Brasil: “de qualquer forma, é preciso esperar que a lembrança do alegre futebol desanuvie o sisudo ar da política” (p. 30).

Na edição 105, do dia nove de setembro de 1970, na reportagem “O dia do Brasil ou de como o feriado se transformou numa festa”, a RV descreve como foram os festejos comemorativos ao dia da Pátria. Houve a maior mobilização desde estudantes, funcionários públicos, soldados com crachás verde-amarelos ou distintivos na roupa. Toda essa mobilização fez com que nascesse um sentimento diferente no dia 7 de setembro “deixou de ser um simples feriado” (REVISTA VEJA, 09-09-1970, p. 17). A RV ainda complementa “o Sete de Setembro, além de ser um dia em que não se trabalha, é também uma data de exaltação patriótica e de confraternização nacional” (p. 18). Seguindo a sequência de atos realizados pelo governo para se aproximar da população “o governo decidiu coordenar algumas solenidades e estimular a participação do povo nas comemorações”. Desde Costa e Silva, já havia ocorrido essa transformação onde o então presidente “determinou que se desse um novo caráter as festas” (p. 18).

As manifestações de júbilo como a Copa do Mundo e o Sete de Setembro não podem ser entendidas simplesmente pelo que transmitem, isto é, uma parcela da população alienada pelo regime de exceção. Pelo contrário, deve ser vista como pessoas comuns que conseguem elaborar estratégias para defender seus interesses mesmo em regimes autoritários, é possível qualificar como “janela de oportunidade” as festas nas ruas como a Copa, que contrariavam as regras rígidas impostas pelo regime. Médici permitiu as manifestações por compreender que elas oxigenavam o seu projeto de legitimação do regime, mas as mesmas ainda podem ter servido para que a população sutilmente contestasse o regime²⁴.

Na edição 115, do dia dezoito de novembro de 1970, a RV trouxe uma reportagem sobre “A jovem maioria silenciosa”. A mesma fez uma pesquisa para saber a opinião dos jovens nas eleições que ocorreram em outubro de 1970. Dentro dessa reportagem *Veja* fez uma enquete sobre o governo Médici: “Garrastazu Médici, presidente nota oito e meio”, segundo as pesquisas realizadas pela empresa Marplan, essa foi a nota que recebeu o presidente. Conforme consta na reportagem na maioria dos casos os jovens lembram “a Transamazônica para justificar sua admiração pelo presidente Médici”, mas, além disso, havia outros fatores como “o futebol, o gosto dele faz dele “o tipo de presidente que serve para o brasileiro” (p. 25)”.

Podemos pensar que Médici atingiu seu objetivo inicial: a aproximação com a população, mostrando-se um presidente preocupado com a Nação, e principalmente ganhar a confiança da população. Ele estava mostrando o esforço em melhorar o país, estava preocupado com o crescimento, o que de certa forma agradava parcela de brasileiros.

A Transamazônica foi considerada a grande construção do presidente Médici, uma rodovia que corta sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Na visão dos criadores do projeto, uma estrada que cortasse a selva amazônica ligando ao nordeste do país traria colonos que estariam em busca de terras, fugindo da seca nordestina. A rodovia construída em meio à selva amazônica representava uma espécie de corte modernizante na natureza do Brasil.

A idéia de uma modernização via construção de estradas e de outras construções que remetem ao cimento e ao asfalto, em contraposição à natureza, fazem parte do jargão desenvolvimentista. Sua utilização no governo de Médici serviu não somente para reforçar uma ideia de que o Brasil se desenvolvia na comunicação terrestre, mas que todo o processo de superação dos limites naturais (a própria Amazônia) seria decorrente de um crescimento

²⁴ GUTERMAN, Marcos. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 1, p. 267-279, dez. 2004.

econômico. Para o Brasil ficar entre os grandes das nações teria de superar sua natureza pela história.

Na edição 122, de seis de janeiro de 1971, a RV trouxe a reportagem “Economia sem política”, em que apresentou o último pronunciamento do presidente Médici: “o general não se preocupou em arrolar as vitórias políticas que seu governo conquistou. Preferiu revelar temores vencidos [a consequência da geada de 1969 e a seca no nordeste em 1970] e esperanças nascentes” (p. 13). O presidente acreditava “firmemente que 1971 será ainda mais feliz para o Brasil” e ainda anunciou “o compromisso de realizar a revolução no campo e a expansão industrial” (p. 13). Era uma forma de Médici mostrar que o regime estava preocupado em solucionar os problemas, criando mecanismos de crescimento para a Nação, esse era o objetivo - alavancar o progresso do país - e o governo entendeu que seria atuando no campo e na indústria.

A atuação do governo Médici na indústria foi retratada na edição 123 de treze de janeiro de 1971. A reportagem da RV “O Brasil na prova do aço, uma corrida para vencer em dez anos”, onde o presidente Médici “anunciou o plano siderúrgico de seu governo, cuja meta, ambiciosa era atingir, em 1980, com um investimento total de 15 bilhões de cruzeiros, a produção de 20 milhões de toneladas”, o que colocaria “o país entre os dez maiores produtores do mundo” (p. 20). Com isso, a “expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, pioneira da moderna indústria brasileira de aço, da Usiminas e da Cosipa constitui o ponto de apoio fundamental para essa nova fase da siderurgia nacional” (p. 20).

O desenvolvimento econômico baseado na modernização e na criação de indústrias, como também a projeção de um futuro de grandeza para o Brasil em termos econômicos, reforçava a ideia de uma nação para os brasileiros. Como afirma Gellner (1981, p. 57), a necessidade de crescimento econômico em um país em desenvolvimento tinha poucas ou quase nenhuma fonte econômica. Ela surge, segundo o autor, do desejo em assumir pleno status humano, de tomar parte em uma civilização industrial, o que seria a única participação que capacitaria uma nação a compelir outras a tratá-las como iguais.

3.1 – A questão nacional na *Revista Veja*.

Até o presente momento, apresentamos perspectivas que a RV construiu acerca do Brasil como nação no campo político e no campo econômico, sem adentrar propriamente no discurso que a revista construiu acerca da relação entre o Brasil e a idéia de nação; quer dizer,

como a RV se posicionou na questão nacional? Nos discursos comemorativos sobre o Brasil, como a idéia de uma representação política e econômica se apresentou?

Na edição 135, de sete de abril de 1971, reportagens sobre questões políticas de abertura se colocavam lado a lado dos temas da economia. Falava-se do “Programa de Assistência ao Trabalhador Rural” e da “desapropriação de terras nas margens das rodovias amazônicas para efeitos da reforma agrária e programa especial de crédito rural para as regiões do norte e nordeste” (REVISTA VEJA, 07-04-1971, p. 21). Ainda complementa “só compreendemos o desenvolvimento em benefício do homem”. Para Médici o homem estava no centro do desenvolvimento político “pelos caminhos que o respeitem, que o exaltem e que o dignifiquem” (p. 21). Mas tratava-se de uma via econômica para a política e o homem era o homem brasileiro acima de tudo.

Na edição 157, de oito de setembro de 1971, na *Carta ao Leitor* a RV trouxe algumas indagações a respeito do patriotismo brasileiro. A mesma apresenta uma reportagem sobre o 149º aniversário de Independência do Brasil. No editorial, Mino Carta apresenta alguns momentos de exaltação patriótica como a vitória do futebol brasileiro contra o México, a proliferação de lemas ufanistas, a conquista de novos mercados. Esses fenômenos levaram *Veja* a se questionar: “Seria uma simples onda de patriotismo? Seria o nascimento de um sentimento nacionalista?” (p. 19). Desenvolver-se-ia “um novo tipo de nacionalismo, que se orgulha do desenvolvimento do país, diametralmente oposto aos de dez anos atrás, que se orgulhava de apontar desgraças” (p. 19).

Na reportagem “As festas da Independência”, a RV apresentou a transformação da festa de comemoração da Independência. No ano passado, “encheram o céu, os muros e os vidros dos automóveis do país com os slogans do tipo “Ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país” foram considerados obsoletos e superados” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 20). O tema de 1971 segundo a RV foi o slogan em formato de arco-íris formado pelas cores verde e amarela e em letras azuis as palavras “Ontem, hoje e sempre, Brasil”. O que a revista percebeu foi que em 1971 não se tratava de exteriorizar abstratas manifestações de amor e confiança patriótica. Conforme a AERP, a inspiração para a comemoração da Independência foi a “Solidariedade das gerações entre si, das gerações para com o Brasil, solidariedade entre classes; entre regiões, entre pessoas, solidariedade para com os menos favorecidos” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 21).

Em comemoração ao 149º Aniversário da Independência a RV trouxe uma reportagem especial intitulada “Brasil: a palavra dos mil usos” dentro dessa reportagem é pertinente

perceber a discussão que a mesma apresenta sobre o nacionalismo, como veremos a seguir. Segundo a RV,

o nacionalismo é a coisa mais bem dividida do mundo. Todos acham que tem o suficiente e que o seu é o bom. Sua universalidade ultrapassa quaisquer fronteiras e onde termina o nacionalismo de um começa o de outro. Os únicos limites que essa palavra mágica, capaz de arrebatar multidões, construir e destruir Estados, não foi capaz de estabelecer foram os de sua própria definição. Todas as tentativas já feitas de definir o nacionalismo acabaram voltando ao ponto de partida (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 35).

A RV aponta que existia certa dificuldade em explicar o nacionalismo, esse sentimento capaz de unir e separar Nações. Como se poderia definir o que é nacionalismo? Indagou a revista. A partir de que momento existe no Brasil esse sentimento nacionalista? Em momentos em que lotam os estádios de futebol para assistir uma partida de futebol? Ou quando se comemora a semana da Pátria? Sim, nesses dois momentos podemos perceber um sentimento nacionalista, certo que não são os únicos.

O que percebemos é que no período da ditadura, principalmente no governo Médici, houve um maior incentivo para que a população participasse dos eventos, era uma forma de Médici se legitimar no poder. Não podemos esquecer que foi também um momento de integração nacional, onde os indivíduos se reconheciam como Nação, como parte de uma coletividade. Temas como a perenidade do Brasil no slogan que mencionava o tempo perene: “ontem, hoje e sempre, Brasil” indicavam um esforço de permanência que seria levado adiante pelo Brasil como Brasil. Tratava-se de continuar sendo o Brasil desde sempre.

Segundo a RV “o anarquista Bakunin, seguro de sua força e descrente de sua consistência, definiu-o como “um princípio que não precisa preocupar-se consigo mesmo, senão quando é negado”. Para “o general Charles de Gaulle, certo de sua inconveniência, mas interessado nos seus préstimos, disse que ele era “o ódio, enquanto o patriotismo é amor” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 35).

Conforme a Revista Veja, o nacionalismo era

vago na essência e poderoso na ação, o nacionalismo tornou-se, com o passar dos anos, um instrumento de custos insignificantes, pois muitas vezes não exige compromissos mais sólidos que o compromisso com ele mesmo. E, como é definido, permite toda a sorte de combinações (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 35).

Essa citação nos parece muito pertinente, pois há uma definição do conceito de nacionalismo por parte do periódico e faz sentido quando pensamos que ele permite “toda sorte de combinações”. Foi o que Médici fez quando combinou nacionalismo e desenvolvimento, ele ligou os termos e passou a divulgar a partir dos eventos que estavam alinhados com a ideia de nacionalismo, a importância do crescimento da Nação, do

desenvolvimento que fechou como o momento que o Brasil realmente estava vivenciando que ficou conhecido como “milagre econômico”.

Na sequência, a mesma ainda trata do nacionalismo a partir do pensamento de Alberto Torres. Conforme a RV um filósofo desgarrado e desiludido pela política que escreveu

o nacionalismo, se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime, em alguns, uma exacerbação mórbida do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se nação, isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 35).

Seguindo na reportagem da RV, Alberto Torres era um severo crítico dos “capitalistas estrangeiros”. Suas principais obras “A organização nacional” e “O problema nacional brasileiro” demonstram a principal preocupação de Torres. O mesmo ainda antevia a catástrofe do regime. Segundo ele, “esmagava as tentativas de surgimento de uma nacionalidade brasileira, amaldiçoava “avenidas, estátuas e teatros que registrarão para o futuro os anais infantis de um povo que não soube viver” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 36). No entendimento de Alberto Torres o regime prejudicava o surgimento do sentimento nacionalista, certamente porque o mesmo polia a liberdade da população brasileira.

Para a RV, no terceiro ano da Revolução, a mesma anunciava “o seu desejo de moldar as instituições brasileiras à imagem e semelhança das necessidades de seu povo, “O Brasil começa a dar importantes sinais do surgimento de uma orgulhosa consciência nacional” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 36), que para a RV poderia ser vista quando iniciou-se a comemoração da Semana da Pátria, poder-se-ia então verificar através da aplicação da mais infalível e democrática de todas as leis sociais: a da oferta e da procura. A música “Brasil Eu Te Amo” popularizou-se ao mesmo tempo em que surgia segundo a RV “anúncios verde - amarelos de sapatos, siderúrgicas, roupas e até mesmo açúcar”.

A mesma aponta que após a vitória do Brasil no México “com propaganda e sem propaganda, o brasileiro passou a gostar mais de seu país” e complementa “os hinos, as cores e a bandeira tornaram-se motivos de orgulho”. Tudo isso ocorreu é claro devido à criação das propagandas que investiram na criação da representação da Nação brasileira e com isso a valorização dos símbolos nacionais tornando-os populares.

Na reportagem “nacionalismo para crescer”, a RV aponta que “o nacionalismo brasileiro está reemergindo depois de ter purgado um discreto confinamento pelos equívocos que cometeu durante o governo Goulart, quando foi confundido com atitudes demagógicas” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 36). Ela acrescenta “ao que tudo indica, a palavra mágica retorna com seu potencial de jacobinismo bastante reduzido”. Finalizando a RV afirma que

“toda sua capacidade de mobilização parece estar sendo dirigida para o conjunto de medidas que visam ao desenvolvimento econômico e à organização nacional” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 36).

Para a Revista Veja, o nacionalismo “parece ter condições de tornar-se o aríete²⁵ capaz de derrubar algumas muralhas que dividem a vida política brasileira” (p. 36). Para a mesma a Revolução já tinha conquistado a popularidade brasileira e dava mostras “da disposição de unir todos os brasileiros, a partir da formação de uma consciência de patriotismo nacionalista” (p. 36). Usando uma citação da RV, do ex-ministro Roberto Campos, “o governo busca estimular um nacionalismo do tipo positivo, do tipo não xenófobo, procurando despertar a atenção dos jovens para a de construção do Brasil grande” (p. 36). Este era o grande projeto do presidente Médici, o desenvolvimento aliado com o nacionalismo, fazendo com que a população acreditasse no crescimento da Nação, aliando a isso o (re) nascimento da consciência nacional.

Como se pode perceber da sequência de citações, tratava-se de construir uma representação do nacionalismo brasileiro pós 1964 que não era radical, sobretudo, quando se comparava o suposto nacionalismo com doses de moderação com o nacionalismo “jacobinista” de Goulart. Ao demarcar a fronteira do nós e do outro nacional, a RV endossava a ideia de que o próprio governo de Goulart era um desvio da história política brasileira, um nacionalismo descolado da nação. A “revolução” deveria conduzir o Brasil novamente para sua condição de nação.

Na sequência a RV trouxe uma discussão pertinente sobre o nacionalismo, “se trata indiscutivelmente de uma ideia-força da mais alta relevância para a evolução política e econômica das nações”. Prossegue

mas poucos princípios terão sofrido, no correr dos tempos, tantas transformações, tantas vicissitudes. É que, longe de ser um conceito abstrato, o nacionalismo é, indubitavelmente, um fenômeno histórico e social, ligado as circunstâncias de cada nação, e seus contornos são por isso construídos em cada época – de acordo com as realidades, propósitos e possibilidades nacionais (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 40).

Eric Hobsbawm²⁶ abordou o conceito de nação no sentido moderno: “a característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é a sua modernidade” (1990, p. 27). O conceito de nação para Hobsbawm passa a existir a partir de 1784, ele estabelece um marco, sendo em 1830 que o conceito começa a operar em seu discurso político e social. Para

²⁵ Significado de aríete: máquina de guerra usada para arrombar portas e se desconjuntavam muralhas.

²⁶ HOBBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

o historiador os anos de 1918 e 1950 são de apogeu para o nacionalismo, o final da Primeira Guerra Mundial ofereceu uma oportunidade para se compreender os limites e potencialidades do nacionalismo. Demonstra ainda que o conceito de nacionalismo passou por transformações ao longo do tempo, principalmente em seu conceito moderno, que é onde ele analisa o mesmo.

A RV compreende que “no século XIX o nacionalismo inspirou-se, principalmente, em princípios humanitários e liberais, assim como nas idéias democráticas”, dando origem ao

nacionalismo das grandes nações, como a americana e a francesa, mas também a de povos-nações, como os checos, poloneses, os irlandeses. Tais teorias do nacionalismo concorreram para fazê-lo identificar-se com dois outros princípios: a democracia e o direito de autodeterminação (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 41).

A revista compreende que “a partir do final do século XIX, o conceito de nacionalismo veio a se identificar com situações de intolerância, de paroquialismo, de perseguição de minorias”. Nessas circunstâncias deram origem

ao racismo, com a elevação da nação de “raça” a fator superioridade entre os povos, e o imperialismo, extravasão arrogante do nacionalismo, com processo de submissão das nações mais fracas aos interesses da política, militar e economicamente mais poderosas (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 41).

A RV salienta ainda na mesma reportagem comemorativa que surgiram no mundo situações históricas das quais as mais características eram o pan-germanismo, o imperialismo czarista, o militarismo japonês e o fascismo e o comunismo. Do racismo de “princípio teórico”, evoluiu para o nazismo, marco negro da humanidade. Para RV “a característica fundamental dos nacionalismos no século XX foi sua decidida conotação econômica”. Complementa, “tornou-se a economia um processo global, ligado ao desenvolvimento nacional, e identificado com os interesses e afirmação da nação” (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 41).

A RV aborda o nacionalismo como um processo histórico, responsável pelo surgimento de inúmeras Nações – Estado, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, e aponta o problema da identidade nacional “exige um mínimo de coesão política e de interesses comuns, nem sempre encontrados nesses países novos, ainda tão divididos por características tribais, raciais, de castas, ou religiosas, e tão despreparados para o autogoverno”. Como os países da África, onde o processo de formação de nações desenvolveu-se ainda nos nossos dias, sob penosos sacrifícios.

E o Brasil hoje (1971)? Indaga a RV. “Para nós e para as nações em desenvolvimento o nacionalismo é o fator mais relevante desse processo”. Para o periódico

superamos as precondições para o avanço econômico, e estamos deixando para trás as estruturas agrárias, em que a economia ainda não atinge o caráter de globalidade.

Precisamos, com inadiável urgência, modernizar nossas estruturas, e o nacionalismo, se constitui no mais efetivo fator do processo de modernização (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 41).

Esse era o projeto do nacional desenvolvimentismo econômico, a modernização e o crescimento industrial. A incorporação de tecnologia que auxiliasse no crescimento da economia.

Novamente a RV indaga “que deve ser o nacionalismo nos dias de hoje?” e responde,

A decisão da nação e seus problemas globais conciliando os objetivos e metas às possibilidades reais do país. Deve despertar as energias nacionais para o desenvolvimento e para as mudanças de sua estrutura econômica e social. Não pode ser uma idéia abstrata ou teorizante, mas uma doutrina de poder, firmada na realidade. Deve, finalmente, contribuir para a unidade da nação e para que seus valores básicos sejam partilhados generalizadamente por seu povo (REVISTA VEJA, 08-09-1971, p. 41).

Na edição 165, de três de novembro de 1971, a RV trouxe uma reportagem sobre “Dois anos política”, tratando da atuação de Médici nesse período. A RV salienta que nos dois anos de governo segundo a análise dos assessores “o governo cuidou essencialmente de obras e programas de reformas no campo econômico, social e administrativo” (p. 20). A mesma ainda aponta que essas não seriam mais a prioridade do presidente, mas sim “as novas providências destinadas a incentivar o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia”: o presidente almejava que “os empresários participassem do programa amazônico” (p. 21). Dentro do programa alguns dados concretos “planos destinados a implantar em Marabá o primeiro núcleo industrial da região” (p. 21).

Nos dois anos finais o presidente tinha como tema principal “a política – interna e externa”. Internamente Médici teria de enfrentar um longo calendário eleitoral (janeiro de 1972, a escolha de novos diretórios partidários) e no fim de 1973 a eleição indireta para presidente. Externamente a preocupação de Médici era maior, “considerada cobertura indispensável ao desenvolvimento do comércio exterior, a ação diplomática do Itamaraty com os países da América Latina” (REVISTA VEJA, 03-11-1971, p. 21). À política externa, Médici preferiu chamar de política internacional.

Na edição 174, do dia cinco de janeiro de 1972, a RV trouxe uma reportagem “Chegou o sesquicentenário”, em que apresentou as últimas palavras do presidente em 1971, nela Médici anunciou que “com 1972 vejo chegar, afinal, depois desses 150 anos de vida independente, a emancipação econômica do sonho dos inconfidentes” (p. 19).

No discurso enviado para a turma de engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde Médici foi convidado para ser paraninfo salientou “o nosso progresso se faz em detrimento de outros povos, sem pretensões de hegemonia, sem lideranças, sem

imperialismos em contribuição inteiramente nova para a evolução da humanidade” (REVISTA VEJA, 05-01-1972, p. 19). Essas foram as palavras de Médici, depois de conclamar a juventude a participar da “construção de um grande país” (p. 18). A contribuição almejada era consequência de oito anos de Revolução em que “o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuária adolescência para o estágio da nação adulta e séria que sabe para onde vai e sabe o que pretende” (REVISTA VEJA, 05-01-1972, p. 19).

A ideia que a RV apresentou a respeito de Médici tinha vários precedentes históricos, entre eles a ideia buarquiana do Brasil como o gigante cheio de bonomia superior para com seus vizinhos ou, ainda mais antiga, datada do início do século XX, da ideia do Brasil como uma nação da qual seus indivíduos deveriam se ufanar, pelo fato do Brasil fazer guerras de conquistas e não ser imperialista. A política do Brasil era simplesmente a política do país que supostamente não faria guerra e nem seria imperialista. A RV endossava uma opinião que tinha mais de 60 anos e que remetia ao clássico livro *Porque me ufano de meu país*, de Affonso Celso.

Para o governo Médici, conforme a RV, 1972 seria o ano marcado pelo governo como o ano da maturidade, “muito diferente do passado aristocrático e da festa de velhos barões que brindaram no centenário” (p. 19).

O discurso de Médici do fim de ano foi

entramos em 1972 com todos os mecanismos econômicos ajustados e com os padrões de segurança necessários ao progresso, para ter, com a ajuda de Deus e com o esforço do povo, um ano igual ou melhor, e para enfrentar lá fora as surpresas e os riscos da competição mundial, assim como as incompreensões, as dificuldades e os problemas que, inelutavelmente, a nova dimensão de grandeza irá trazer (REVISTA VEJA, 05-01-1972, p. 19).

Para Médici as dificuldades seriam enfrentadas com aquilo que ele chamou de “modo brasileiro de viver, que faz sem fronteiras essa terra, que não apenas integra um país continente, mas abraça e incorpora quantos aqui venham radicar-se” (p. 19). Os discursos de Médici deixavam claro que o governo pretendia alcançar em 1972 os mesmos resultados do ano que acabou e que, para isso, não desejava que fossem criadas questões políticas capazes de provocar esforços marginais ou tensões consideradas inoportunas.

Médici ressaltou que ao longo desses 150 anos de independência “é forçoso confessar o quanto, na maior parte desse tempo, fomos descuidados, irrealistas, sonhadores; o quanto fomos indefinidos na vontade, nos propósitos e nos rumos” (p. 19). Nas palavras do presidente fica claro que o Brasil estava no rumo certo, por mais que tenha ficado anos sem projeto, agora o país vai para frente, havia chegado o momento do desenvolvimento.

Com essa política de desenvolvimento é possível perceber que Médici recebeu elogios como do deputado Flávio Marcílio (ARENA- CE), para ele “o presidente Médici deveria ser reeleito para dar continuidade a esse extraordinário processo de desenvolvimento econômico e social que tem causado admiração no mundo inteiro” (REVISTA VEJA, 12-01-1971, p. 17). Para Daniel Krieger “o novo presidente da República seria um militar da ativa ou da reserva” excluindo qualquer possibilidade de reeleição “por não estar de acordo com a Constituição” (p. 17).

Na edição 187, de cinco de abril de 1972, a RV apresentou a reportagem “Inflação e sucessão” onde a Revolução comemorou seu oitavo ano. Além do discurso comemorativo, Médici realizou um discurso anual que foi entregue ao Congresso onde o presidente mencionou as atividades de todos os ministérios. O mesmo “falou da ocupação da Amazônia, da campanha de alfabetização e da preocupação de seu governo em reduzir os desequilíbrios regionais” (p. 20).

O restante do discurso do presidente Médici foi dedicado às movimentações políticas em torno da sucessão presidencial e para os governos estaduais, em 1974. E advertiu “constitui grave desserviço ao país abrir essa questão política quando ainda distante a data em que o problema se deve propor” (REVISTA VEJA, 05-04-1972, p. 20).

Para Médici “somente na segunda metade do ano vindouro os partidos terão de definir-se quanto à sucessão presidencial, estando bem mais longe à data em que serão chamados a pronunciar-se acerca da sucessão na esfera estadual” (p. 20), a eleição para presidente deveria ocorrer em janeiro de 1974, eleito pelo Congresso e empossado em março. Os governos estaduais seriam eleitos em outubro de 1974 e empossados em março de 1975. Esse pronunciamento demonstrou o interesse do presidente em manter até o último momento a tranquilidade administrativa de seu governo. Era uma forma de evitar manobras ou confabulações precipitadas na escolha do novo presidente.

Na edição 209, de seis de setembro de 1972, a RV apresentou uma reportagem especial em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Na seção *Carta ao leitor* a mesma deixou claro o objetivo da edição comemorativa que “num laborioso trabalho de pesquisa, [...] vasculhou no passado do remoto ao próximo, em documentos conhecidos ou quase nada, em cartas e rascunhos de discursos, em livros [...] provas do nascimento de uma nação” (p. 19). São dedicadas seis páginas com textos e imagens na busca da RV de conhecer como se deu o nascimento do Brasil.

A reportagem especial recebeu o título de “E ficou a Pátria livre”, apresenta inicialmente a tradicional estória do descobrimento do Brasil por Cabral

a terra descoberta [...] por obra e graça de intuições geográficas, precedentes expedições secretas ou ventos benfazejos, oferecia sua plataforma verde e selvagem aos indígenas ainda mergulhados na idade da pedra e às experiências brutais dos aventureiros europeus, degredados e cristãos – novos, gente que possivelmente as senhoras De Médici não convidariam para seus banquetes (REVISTA VEJA, 06-09-1972, p. 20).

Além do mais a mesma ainda apresenta uma opinião que os índios que aqui viviam estavam em uma fase “atrasada” em relação aos outros povos, sendo que nós historiadores e demais pesquisadores do desenvolvimento da humanidade sabemos que os mesmos viviam de acordo com as suas necessidades e não tinham o conhecimento daqueles que viviam do outro lado do Mediterrâneo.

Na sequência a RV apresentou o grande salto que o Brasil teve nos 472 anos. A revista coloca que “a nação brasileira exhibe um PNB (Plano Nacional Brasileiro) saudabilíssimo, tem largas reservas cambiais [...]” (p. 20). E complementa “ela ainda figura com destaque em outras estatísticas, bem menos alentadoras, como as da mortalidade infantil ou do analfabetismo, mas tem realizado notáveis esforços para sair delas com maior rapidez possível” (p. 20). Ou seja, os militares desde que assumiram o poder “dedicaram-se” a transformar a Nação em uma “grande potência”.

A revista ainda aponta que no processo de colonização do Brasil pelos portugueses “lances de suprema originalidade não houve, nem poderia. Houve adaptações de gostos já sabidos, de experiências já testadas” (REVISTA VEJA, 06-09-1972, p. 20). A velha teoria de que o Brasil tudo aceita, um país hospitaleiro numa comparação bem simples “quanto à cozinha, ela se adaptou à índole dos que foram chegando e, como em tudo o mais, encontrou aromas e temperos próprios sem se esquecer dos tradicionais” (p. 20). Para a RV “no largo caldeirão que ferveu pelos séculos para cozinhar o Brasil de hoje, as circunstâncias depositaram a especiaria Suva de violentado perfume, de extraordinários poderes aglutinantes – a tolerância” (REVISTA VEJA, 06-09-1972, p. 20).

Segundo a RV, a tolerância “ela é inata e está nos gestos cotidianos ou nos momentos históricos” (p. 20), e acrescenta “nem sempre a nação brasileira manteve intata sua capacidade de ser, acima de tudo, tolerante – mas logo voltou ao rumo usual” (p. 20). Leia-se nesse trecho que a população brasileira não foi paciente no período pós-implantação da ditadura civil-militar em que protestou e tentou combater o regime, mas foi considerado terrorista, subversivo, o inimigo da nação que deveria ser eliminado. Com isso, o regime “expulsou” os inimigos ou pelos menos os calou e a Nação voltou ao seu ritmo “normal”.

Para a RV o presidente Médici no ato da comemoração dos 150 anos de Independência do Brasil viveria o momento mais perene da epopéia da tolerância, “a nação brasileira

aprendeu na política a arte da conciliação e hoje tem a oferecer a cordialidade típica de um povo realmente tolerante – isto é, capaz mesmo de tolerar os intolerantes” (REVISTA VEJA, 06-09-1972, p. 20). A seguir a RV retoma a estória, o processo da vinda dos primeiros portugueses até o golpe de 1964.

Na edição 210, do dia treze de setembro de 1972, na reportagem “O colorido fim de festa” em que apresentou como foi os festejos comemorativos na semana da Pátria, “milhares de automóveis circulavam por São Paulo com fitas verde-amarelas nas antenas, bandeiras nos vidros traseiros” (p. 12). Ainda relata que “os hotéis ficaram sem lugares, os aviões, repletos, desembarcavam em Congonhas turistas e autoridades que eram recebidos por recepcionistas e presenteados por rosas” (p. 20). O próprio governo nos dias que se seguiram o presidente Médici “oscilou metodicamente entre o culto ao passado e a exibição de resultados do presente” (p. 12).

Em meio às festividades Médici inaugurou a primeira linha do metrô de São Paulo, “o presidente apertou o botão da sirena de partida da primeira composição-protótipo do metrô” (REVISTA VEJA, 13-09-1972, p. 12). Logo a seguir a retomada do passado, no Museu do Ipiranga “um tanque transportou a urna contendo os restos mortais de dom Pedro do prédio do Museu para a cripta onde deverá repousar para sempre” (p. 12).

As empresas como a Volkswagen e a Companhia Municipal de Gás também homenagearam o Brasil. As palavras “Independência ou Morte” estavam espalhadas por centenas de anúncios publicados em todos os jornais pelas mais diversas empresas. “A Volkswagen homenageava o carreiro de bois que o pintor Pedro Américo colocou ao lado direito do seu equilibrado painel do “Grito do Ipiranga” (REVISTA VEJA, 13-09-1972, p. 12). A Companhia de Gás publicava, em página inteira, uma fotografia do fogo da pira do monumento de mármore branco e informava “aqui se usa Comgás, o gás encanado” (p. 12). Outras indústrias também entraram no clima cívico que envolveu a cidade nos dois dias de festejos, repetiam segundo a RV, “Independência é vida” ou “150 anos de independência” (p. 17).

Conforme a RV, “os restaurantes de São Paulo, muitos deles ostentando fotografias do presidente Médici e símbolos auriverdes” (p. 17). Para o presidente Médici, o sesquicentenário “representou o mais profundo teste de popularidade [...] a população aplaudia o presidente a cada instante” (REVISTA VEJA, 13-09-1972, p. 19), e complementa “em muitos lugares os “vivas” à Independência” eram seguidos de “viva o presidente Médici” (p. 19).

A RV acrescenta que o governo Médici “conseguiu-se reeditar, numa escala compreensivelmente menor, o clima de satisfação dos dias que se seguiram à conquista do tricampeonato mundial de futebol, quando o terceiro governo da Revolução amanheceu extraordinariamente popular” (REVISTA VEJA, 13-09-1972, p. 18).

Para a RV “talvez o país tenha começado a se preparar para usufruir o sentido de unidade e o ambiente de confraternização que o sesquicentenário conseguiu avivar em cada brasileiro” (REVISTA VEJA, 13-09-1972, p. 19). O presidente Médici quando surgiu nos aparelhos de televisão do país desejou que “sejamos nós exemplos de concórdia, de convivência fraterna, de convergência de impulsos e de organização da vida social” (p. 19).

Na edição 218, do dia oito de novembro de 1972, a reportagem intitulada “Três anos de governo”, tratou das propostas do governo Médici. No seu discurso o presidente tratou dos méritos coletivos da Revolução, englobados “no grande empreendimento que é obra comum do governo e de cada cidadão irmanados na transcendente e ambiciosa empresa de criar no Brasil, uma sociedade próspera, homogênea e senhora de seu destino” (REVISTA VEJA, 08-11-1972, p. 16).

Na mesma ocasião Médici apresentou os quatros projetos que marcaram o início de seu quarto (último) mandato de governo. Sendo eles “a construção da Perimetral Norte, uma rodovia que nasceria às margens do Atlântico, no território do Amapá [...] (p. 16). Sendo os outros três projetos “a criação do Programa Especial de Vias Expressas, para integrar a rede rodoviária nacional e a rede viária urbana dos grandes centros”, a segunda etapa “programa dos corredores de exportação, destinada à realização de obras de infra-estrutura para facilitar a exportação de produtos agrícolas” e, por fim, “a implantação do Programa de Apoio à Indústria Básica do Nordeste” (REVISTA VEJA, 08-11-1972, p. 16).

Na edição 239, de quatro de abril de 1973, “A Revolução no ano dez”, o presidente Médici falou ao Brasil pela televisão na comemoração do nono ano da Revolução. Na ocasião o discurso foi uma demonstração de como os militares reorganizaram o Brasil, devido ao fato de que mesmo para os comandantes ele estava em total desordem e

o regime revolucionário, pelo exemplo dos condutores políticos a seu serviço, instaurou, na vida pública brasileira, estilo de comportamento cujo efeito mais fundamental é o de provocar a modelação de mentalidade, que repelirá as maquinações engendradas pelos nostálgicos do passado para devolver o Brasil aos hábitos políticos e administrativos de que foi resgatado (REVISTA VEJA, 04-04-1973, p. 20).

Médici ainda pontuou que era preciso agir de acordo com as necessidades do conjunto (Nação) e para isso o presidente apostou no desenvolvimento econômico,

dominante nessa mentalidade é a noção de que a mola mestra da conduta política não pode ser outra senão interesse coletivo; de que a função social dos fatores de produção deve condicionar o jogo das relações no plano da economia; de que a democracia econômica é pressuposto da democracia social e de que esta, por sua vez, consolidada a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política; de que as instituições, pelo seu conteúdo variável, devem ajustar-se às exigências da sociedade e às características da época; de que não há ordem sem autoridade capaz de preservá-la e de que sem a estabilidade, que nasce da ordem, não há prosperidade econômica nem progresso social (REVISTA VEJA, 04-04-1972, p. 20).

Para a RV “foi talvez a mais longa definição política já feita por Médici, e está contida justamente no último discurso que ele pronuncia, na comemoração do aniversário da Revolução, na condição de presidente da República” (p. 20). Nesse ele teve um tom diferente, talvez pelo fato de ser seu último mandato a frente da presidência da República, “mais segurança na exaltação dos êxitos conquistados, firmeza na resposta aos críticos de medidas isoladas e duas discretas incursões pelo campo da política externa” (p. 20). Em relação à política interna “evitou cuidadosamente o atraente tema da escolha de seu sucessor [...]” (p. 20).

Esquivou-se para não falar da sucessão presidencial, mas falou abertamente de temas políticos: “é mister que não falte aos detentores do poder a autoridade indispensável para quebrar, implacavelmente, quaisquer resistências que se venham a opor contra tais medidas”(p. 20). E com o reconhecimento de que foi “usando com discernimento dessa autoridade” que “os governos da revolução se impuseram à confiança do povo brasileiro” (p. 20), e a RV complementa, “o presidente sem dúvida ofereceu um sólido argumento a ser considerado pelos políticos que se dedicam ao estudo de fórmulas que levem à institucionalização da ordem revolucionária” (REVISTA VEJA, 04-04-1973, p. 20).

Após o anúncio do presidente Médici, que escolheu para seu sucessor na presidência da República Ernesto Geisel, a RV passou, a partir de junho de 1973, a trazer reportagens sobre a “campanha política” que o mesmo desempenhou até a sua eleição em 1974.

Na edição 263, de dezenove de setembro de 1973, a reportagem “Geisel entre os políticos”, Ernesto Geisel candidato da Arena à presidência da República em discurso aos políticos que haviam apoiado o seu nome para o cargo disse: “eu vos conclamo à tarefa magnífica da construção nacional que não se pode nem se deve interromper, antes impulsioná-las, decididos” (p. 20). Geisel seguia no mesmo pensamento de Médici, de impulsionar o progresso, ou melhor, continuar o trabalho que já vinha sendo realizado. Geisel prossegue “eu conclamo em verdade todos os brasileiros, sem distinção de classes, de credos, de profissão ou de berço, a juntar esforços e confluir vontades nessa obra criadora” (p. 20). Geisel fez referência ao presidente Médici “segundo a palavra [Médici] a nação, sem

qualquer abalo, continuará em clima de tranquilidade social e política a trabalhar pelo seu progresso, pelo seu bem-estar e pela sua felicidade” (REVISTA VEJA, 19-09-1973, p. 20).

Percebemos que o discurso usado por Geisel foi muito semelhante aos discursos realizados por Médici, sempre apontando o desejo da “unidade” da nação para que fosse possível que a mesma crescesse. Assim como o clima de “ordem” que esteve presente no discurso dos mesmos. A importância de se manter a apazibilidade para manter o bem da Nação.

Geisel deixou claro em discurso “que aplicará, até 1975, o I Plano Nacional de Desenvolvimento” elaborado no governo Médici, “depois apresentará o seu que certamente conterá inovações ditadas pelas circunstâncias e, sobretudo, possibilidades pela evolução, pelos resultados alcançados que poderão permitir ao governo novas opções” (REVISTA VEJA, 19-09-1973, p. 23).

Na convenção realizada a RV coloca que “alguns princípios essenciais parecem ter brotado” (p.23). Geisel afirmou que “não temos qualquer compromisso de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a nação” (p. 23). O mesmo ainda afirmou que pretendia manter algumas normas que considerava inerentes aos governos da Revolução “a honestidade de propósitos, a austeridade e a racionalidade” (REVISTA VEJA, 19-09-1973, p. 23).

Em se tratando de segurança e desenvolvimento Geisel afirmou que “o desenvolvimento tem discutível dominância, enquanto a segurança constitui simples condicionamento seu, que em situação de crise, pode, todavia, assumir transitoriamente posição predominante” (p. 23). Para Geisel a ênfase estava centrada no “desenvolvimento nacional – desenvolvimento para o homem e para o seu grupo social” (p. 23).

Em se tratando do AI-5 Geisel proclamou a sobrevivência incondicional e intemporal “no aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao governo” e complementa “enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir” (REVISTA VEJA, 19-04-1973, p. 23).

Na edição 270, de sete de novembro de 1973, a reportagem “O aniversário do governo”, Médici disse “inúmeras são as razões que me assistem para considerar-me, no quarto aniversário do terceiro governo da Revolução, largamente compensado pelas agruras do ofício cujo desempenho me foi imposto” (p. 14). O presidente lembrou que “entre essas

razões nenhuma se iguala, à do privilégio de haver achado no povo brasileiro compreensão, simpatia e apoio para todas as iniciativas que marcam este quadriênio de governo” (p. 14).

Médici ainda apresentou as medidas administrativas “criando o serviço médico domiciliar da previdência social, o seguro para proteção ao agricultor das catástrofes e um organismo para a defesa do meio ambiente” (p. 14). A RV ainda apresentou a “prestação de contas” do presidente Médici, o mesmo passou o governo “com o Produto Nacional Bruto, a produção de aço, cimento e automóveis, duplicados. A exportação triplicou, [...] mas dados oficiais indicam que duplicou a dívida externa” (REVISTA VEJA, 07-11-1973, p. 14).

A reportagem de RV salienta que “dispondo de farta legislação punitiva, o governo aplicou-a de forma relativamente parcimoniosa e, graças à confluência de fatores circunstanciais somados a estímulos de campanhas destinadas a suscitar o orgulho nacional” (p. 14). Para a RV, “Médici confunde-se com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, com Sesquicentenário da Independência e com a velocidade de Emerson Fittipaldi” (p. 14).

Em vinte e seis de dezembro de 1973, na edição 277 da Revista Veja, a reportagem “O último Natal no Palácio” a despedida de Médici. O presidente preferiu deixar para o futuro o julgamento de seu governo “não sei se a soma de acertos foi superior à soma de erros. Isso a história vai dizer” (p. 19). Acrescentou Médici “[...] decorridos quatro anos de governo, quero dizer de público que não tive nenhum arrependimento. Todos que trabalham nesse palácio se entregaram, como eu, por inteiro, ao serviço da pátria” (p. 19).

Para a RV “o governo de Médici pode desde já aureolar-se com um galardão” (p. 19), pois começou “nas angústias e incertezas provocadas pela enfermidade do presidente Artur da Costa e Silva, em 1969” e conforme o General Carlos Alberto Fontoura “esta nação, em sua quase totalidade, vê, proclama e reconhece que a ordem foi feita, que a tranquilidade social reinou e que a vida esta melhor” (p. 20). O reconhecimento do trabalho realizado pelos militares que estiveram no poder.

Na edição 281, do dia vinte e três de janeiro de 1974, apresentou as primeiras palavras do novo presidente, Geisel. Nela consta que o mesmo prometeu ao país “ordem e estabilidade”, “declaro-me desde logo seu servidor número um, em termos da responsabilidade tão ampla quanto árdua que, em plena consciência, assumo” (p. 14).

Percebemos que as palavras referidas acima por Geisel, no ato de sua eleição faziam parte da política que já vinha sendo desenvolvida por Médici, a necessidade da ordem e de se manter a mesma para que o país pudesse desenvolver-se.

No dia vinte e sete de março de 1974, a RV apresentou a reportagem “Geisel e seu governo” onde o mesmo deixou claro para aqueles que iriam engajar em seu governo “ao diálogo, honesto e mutuamente respeitoso” e à “maior participação das elites responsáveis e do povo em geral” em busca do objetivo anunciado pelo novo presidente para o seu governo “o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático” (p. 21).

Conforme a RV, Geisel talvez tenha sido até aquele momento no Brasil que tenha se preparado para o cargo. Para a mesma isso refletiu-se “nos termos do discurso: quatro dias depois da posse, tinha prontos dois projetos de lei” sendo eles “um projeto de lei complementar, um minucioso programa de governo, um levantamento da situação nacional, por isso ele não precisou fazer promessas- apresentou planos” (REVISTA VEJA, 27-03-1974, p. 21). Nesse aspecto diferencia-se do governo anterior, Médici teve de assumir a presidência no lugar de Costa e Silva em outubro de 1969. A partir desse período teve de elaborar os projetos para o seu governo, tanto que o presidente no início de cada ano anunciava as suas metas e projetos a serem desenvolvidos.

Na edição 291, de três de abril de 1974, a RV trouxe como assunto principal de capa “O décimo aniversário da Revolução”, que trazia internamente um caderno especial para a comemoração de tal fato. O presidente Geisel, na ocasião comemorativa da Revolução de 1964, convidou o povo a volver o pensamento “para o caótico passado, extinto naquela data”, ele estava se referindo ao período governado por João Goulart, referindo-se a um período de desordem no Brasil, que a partir do golpe, o país foi aos poucos retornando à estabilidade. A RV salienta que o presidente destacou que

o reexame importa sobretudo à juventude de hoje, esperançosa e idealista que na época, não dispunha de olhos capazes de avaliar o abismo da inépcia, perplexidade, corrupção e desordem em que soçobravam todas as instituições da sociedade brasileira, ao vendaval destruidor desencadeado pela irresponsabilidade demagógica e mistificadora daqueles que então nos governavam. (REVISTA VEJA, 03-04-1974, p. 28).

Geisel faz uma crítica ao governo de Jango, de certa forma até considerando o mesmo um demagogo, procura ainda mostrar para os jovens o governo ineficiente que existia no Brasil no período anterior à março de 1964 e ainda percebemos nas entrelinhas que o mesmo procura passar uma imagem do quanto os governos da Revolução foram importantes para colocar o país no rumo da ordem e do desenvolvimento.

Geisel “advertiu para a necessidade de que não se perca, pelo esquecimento, a memória das ameaças e dos perigos de que a nação se libertou, na madrugada de 31 de março, com o triunfo total, surpreendentemente rápido sobre as forças da anarquia” (p. 28). Importante salientar que o comunismo foi um dos inimigos que nesse momento precisava ser

extinto. Os grupos que representassem qualquer “perigo à nação” teriam de ser eliminados, principalmente aqueles que para os militares fossem os responsáveis pela desordem.

A RV procurou a todo momento usar o discurso do presidente Geisel, principalmente quando se tratava de traçar um perfil vigente em 1964. A ideia a ser transmitida era de quanto o país estava em desordem, o que Geisel fazia era demonstrar como os militares trabalharam na reconstrução da nação. Para ele

os mais caros valores éticos e sociais deterioravam-se. Uma hiperinflação, descontrolada e mesmo estimulada, aniquilava, por sua vez, todos os padrões da economia. O trabalho não tinha valor. A própria terra – patrimônio real e indiscutível – esvaía-se de significação ante as ameaças cotidianas de injustificadas expropriações e invasões de massas insufladas pelos agentes da desordem. A vida nacional era continuamente perturbada por paralisações em suas atividades essenciais. (REVISTA VEJA, 03-04-1974, p. 28).

Na sequência da citação do discurso de Geisel a RV afirma que “o país, assim, beirava perigosamente o caos, e foi necessário uma firme e completa mobilização popular para que o naufrágio não acontecesse, sufocando nossas mais puras tradições culturais”. A revista passa a ideia de que a população apoiou o golpe, não podemos negar, o mesmo envolveu civis e militares, mas grande parte da população não sabia o que estava acontecendo, não cabe aqui o termo “mobilização popular”.

A RV sempre corrobora com a ideia de que os militares salvaram o Brasil do caos total. Ela destaca que o presidente enumerou as entidades que participaram do movimento de luta para evitar a “destruição da Pátria, naqueles idos perversos de 1963/1964” (p. 28). A RV retifica o discurso de Geisel quando ele afirma que foi o povo que fez a Revolução, “a Igreja, a imprensa, as lideranças políticas autênticas, as diferentes associações de classe, as associações de cultura, e as Forças Armadas, que são povo também” (REVISTA VEJA, 03-04-1974, p. 28).

Veja afirma que “a 31 de março aconteceu à perfeita comunhão entre povo e Forças Armadas”, para a mesma, “das festas que marcaram o alívio pelas ameaças finalmente desfeitas, passou-se imediatamente ao esforço pela reconstrução nacional, tarefa estendida ao longo de um decênio” (p. 28). A RV ainda complementa que “nesse período, poderosos obstáculos tiveram de ser vencidos [comunismo]” (p. 28).

A RV fez uso de quase a totalidade do discurso de Geisel, finalizando ele disse “o que vale é comparar a situação atual com o que existia em princípios de 1960 e mensurar, adequadamente, a extraordinária distância percorrida” (p. 28). Em nenhum momento o discurso da revista foi de contestação ou de crítica ao discurso de Geisel, o que se leva a crer que a mesma apoiou as palavras referidas pelo presidente, assim como fez com Médici.

No caderno especial “Dez Anos: da fácil vitória em 1964 aos êxitos da economia”, em que a RV “reconstruiu” o cenário que antecedeu o golpe. A revista ainda não existia no período, só foi circular em 1968. Mas a reconstrução do dia primeiro de abril de 1964, segundo a RV “foi uma festa” (p. 51).

A mesma descreve que “o General Olympio Mourão Filho chegou ao estádio do Maracanã, no Rio, depois de atravessar algumas explosões de aplausos no caminho que desce da cidade mineira de Juiz de Fora” (p. 54). Nos dias que se seguiram “esse clima iria se reproduzindo em carnavais – improvisados nas capitais do país, com disparos de buzinas, bombardeios de papéis picados e grandes marchas cívicas, da Família com Deus, pela Liberdade” (p. 54). Como cita a revista “fácil vitória em 1964” seria pelo fato de não ter nenhum enfrentamento. Por Jango ter deixado o poder sem ter lutado pelo mesmo? O que percebemos é que a RV corrobora com o êxito que os militares conquistaram.

A RV ainda descreve, “um acontecimento que, durante meses, atravessara uma gestação em conspirações sigilosas e que surpreendera o presidente e o país no último dia de março” (p. 54). Conforme Jorge Ferreira, “a bibliografia e a pesquisa universitária há muito tempo revelaram a participação de grupos conservadores e direitistas na conspiração e na execução do golpe militar [1964]” (2004, p. 01).

A produção historiográfica referente ao governo Jango, conforme Lucilia Delgado ²⁷, pode ser classificada da seguinte forma: uma visão estruturalista das razões que desencadearam o golpe; ênfase no caráter preventivo do golpe político; caracterização conspiratória das ações que culminaram com a deposição de João Goulart; visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia.

A RV fez uma retrospectiva dos antecedentes do golpe até o governo de Geisel, mostrando como cada governo se portou com o poder. Quando trata-se do governo Médici a ideia usada pela RV foi “imagem popular”, a mesma retrata que nesse período os maiores cuidados eram direcionados para a segurança na qual foram colhidas as primeiras “vitórias” da Revolução. Sendo elas a morte “do principal chefe terrorista, Carlos Marighella, a morte do seu substituto Joaquim Câmara Ferreira, logo depois, e as organizações subversivas, perseguidas implacavelmente” (REVISTA VEJA, 03-04- 1974, p. 52), toda a “corrida contra o inimigo” teve o seu desfecho final “com a morte do último chefe notório, o capitão Carlos Lamarca, em janeiro de 1971” (p. 52).

²⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>

Para a RV, Médici “procurou cultivar uma imagem bem ao gosto popular, identificando-se com a paixão brasileira pelo futebol e comemorando com entusiasmo a conquista do Campeonato Mundial, no México”. Médici percebeu que através do futebol, assim como da comemoração do Sesquicentenário da Independência, seria uma forma de aproximação com a população e principalmente de passar uma imagem de que no Brasil estava tudo em ordem, que o país estava em pleno desenvolvimento. A RV atuou também como um órgão de imprensa que nesses momentos comemorativos publicou reportagens com essa ideia de que tudo caminhava bem.

Pode-se perceber que o que a RV fez foi reforçar a ideia de um nacionalismo pró-militares ou, mais do que isso, de instaurar um discurso, muitas vezes decorrente de edições de entrevistas, que enaltecia as Forças Armadas no suposto caminho histórico de desenvolvimento da nação, sobretudo em seus aspectos políticos (manutenção da ordem interna, da coesão da família e do patriotismo), contra as supostas forças desagregadoras do não-nacional (subversivo, terrorista, comunista, desordeiro). Outro ponto importante foi o arranjo discursivo da RV em torno da questão econômica, na qual se percebia uma ideia de fortalecimento da nação pela via do pleno desenvolvimento econômico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de lançamento da Revista Veja foi simbólico tanto no Brasil como no mundo: o ano de 1968 foi marcado por inúmeras manifestações mundiais e, também, pela promulgação do Ato Institucional Nº. 5, que marcou o fechamento do regime militar no Brasil. A RV acompanhou essas expressões de luta, principalmente no Brasil, pois havia alguns movimentos que almejavam o fim do regime ditatorial. Desta forma, mostrou aos seus leitores o perigo subversivo e as ameaças ao Brasil nação que deveriam ser combatidas.

Em momentos de crise é possível perceber, através da análise textual, como atuam os meios de comunicação. Nesse sentido, as fontes impressas, sobretudo os periódicos, tornaram-se importantes fontes para o estudo da história e mais: passaram a ser valorizados não apenas como fonte, mas também como importante objeto de pesquisa. No caso da História Intelectual, que elege como *corpus* de pesquisa textos – através do estudo de livros, jornais e periódicos - é possível fazer indagações sobre o que tais textos dizem e como dizem. Nesse sentido a RV foi uma fonte fundamental para a nossa pesquisa, porque trouxe textos riquíssimos para a nossa análise.

Desta forma, foi possível perceber dois momentos distintos para a análise durante o período incorporado por esta pesquisa. Em um primeiro momento, entre 1968 e 1969, a RV produziu um discurso centrado na construção do inimigo da Nação, sendo que este poderia ser tanto interno quanto externo. A partir do conceito de amigo/ inimigo de Carl Schmitt construímos nossa análise compreendendo que o inimigo seria todo aquele contrário ao regime. Tanto a RV quanto o governo civil-militar construíram uma “propaganda” em torno desses indivíduos, que na RV aparecem como “terroristas”, “subversivos”, entre outros conceitos que pudessem concebê-los como não sendo parte constitutiva da nação. A revista difundiu a ideia de que tais indivíduos seriam muito perigosos, capazes de matar, assaltar em nome do terror. Por outro lado, o terror só poderia ser combatido por um Estado forte, com forças armadas decididas e bem equipadas militarmente.

O discurso da revista atribui o símbolo maior ao inimigo: seu caráter comunista e a possibilidade real deste inimigo tomar o poder ou, ao menos, desestabilizar o país, com o objetivo de instaurar o comunismo no Brasil. Para tanto, a revista se esforça na caracterização desta imagem, buscando em seguidas reportagens responder a pergunta: quem eram os inimigos da nação brasileira?

Nossa análise demonstra que, a partir de 1970, o discurso da revista muda consideravelmente. Desta forma, é possível perceber que, concomitante ao início do governo de Garrastazu Médici, os discursos sobre o inimigo nacional passam a aparecer esporadicamente na revista, sendo substituídos por uma linguagem simbólica direcionada ao nacionalismo econômico. Nesse período, a revista passa a dar importância aos novos inimigos nacionais: a pobreza e a corrupção. Para ambos os inimigos o combate seria efetuado através do desenvolvimento econômico por meio do Estado. Nesse momento, o discurso da revista passa por uma mudança drástica: do discurso nacionalista político para o discurso nacionalista econômico. O elemento subversivo da política foi substituído pelo elemento subdesenvolvido da economia nacional.

Embora as questões relacionadas à Segurança Nacional ainda aparecessem nas páginas da revista, fica clara a sua ligação com a questão econômica. Nesse sentido, lembramos do discurso de Médici reproduzido por *Veja*, quando o presidente promulga decreto-lei relacionado a moral e aos bons costumes. Para o presidente, a Segurança Nacional foi uma justificativa para um maior controle dos meios de comunicação, explicando a promulgação do decreto-lei a partir da perspectiva da segurança e do desenvolvimento.

Mesmo Médici se caracterizou por não utilizar expressões comuns ao regime, como “guerra revolucionária”, por exemplo, pensando a Segurança Nacional como um desdobramento do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a RV foi capaz de apreender o discurso do governo Médici, dando bastante ênfase ao mandato desse presidente.

O mandato de Médici ficou conhecido como o período de maior desenvolvimento econômico, o projeto “Brasil: grande potência”. Assim, o periódico atuou como propagandista desse projeto. Da mesma forma que ajudou na construção da popularidade do presidente diante da população. Para tanto, a Copa do Mundo de 1970 e a vitória da seleção brasileira foram essenciais para a construção positiva do regime militar. A revista salientou os efeitos positivos da vitória brasileira na copa, entendendo que o momento alegre era necessário para desanuviar os efeitos negativos da política, ou seja, a celebração em torno da Copa do Mundo tinha um caráter quase simbólico.

Tanto as celebrações da Copa quanto o desenvolvimento da economia acabavam por reforçar a ideia de uma nação para os brasileiros. Nesse sentido, para os editores da revista, o nacionalismo era a ideia força capaz de unir brasileiros em torno de um projeto verdadeiramente nacional e patriótico. A revista usou continuamente os termos nacionalismo e patriotismo, inculcando-lhes significados relacionados ao governo civil-militar. O

desenvolvimento aliado ao nacionalismo permitiria, assim, o renascimento da consciência nacional pela população brasileira.

Perpassando todo o discurso da revista, em ambos os momentos, estava o apoio ao regime militar e a participação direta dos militares na política. *Veja* incorpora o discurso tradicional que enxergava nos membros das forças militares a responsabilidade direta pelos rumos do país. Para a revista, os militares eram o único antídoto aos erros das lideranças civis na condução da política nacional. O discurso, nesse sentido, incorpora padrões comuns a tradição militar para justificar sua permanência: somente com a ordem e a segurança o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado. Ficava claro aos editores da revista que, no passado, as lideranças civis não puderam harmonizar todas estas características em um mesmo momento. Logo, o tempo era dos militares e era necessário colocar o país em ordem.

Desta forma, o discurso da revista foi fundamental para dar maior amplitude ao golpe e a consequente construção do discurso positivo sobre o golpe militar. Durante o período aqui analisado, a Revista *Veja* se coloca, a todo momento, como construtora de discursos e ideias força: em um primeiro momento reforçando a ideia do país ameaçado politicamente e institucionalmente pelas forças subversivas; em um segundo momento, conduzido pelas forças militares ao status da ordem e, com isso, em direção ao desenvolvimento econômico, responsável pela eliminação das diferenças nacionais e permeado de caracteres patrióticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, F. Anselmo. **Brizola e a Legalidade**. Editora: Intermédio – 1986.

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileiras e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação de mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Gênero, militância, tortura. In: FERRER, Eliete (org.). **68 a geração que queria mudar o mundo: relatos**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

_____, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Nacional**: banalizando a violência. Revista Psicologia em estudo do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, v. 05, nº 2, p. 1-22, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: interpretações e temporalidades. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O golpe e a Ditadura Militar 40 anos depois (1964/2004)**, p. 29 a 52, 2004.

_____, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FELIZARDO, Joaquim José. **A Legalidade**: o último levante gaúcho. 4ª Ed – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 277-318.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____, Carlos. **O grande irmão**: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2ª. Edição: Civilização Brasileira, 2008.

FONSECA, Raquel da Silva. **A Guerra Revolucionária como questão estratégica**: Suzanne Labin, militares brasileiros e a guerra política (1963). In: Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre regional e o nacional, 2010.

GUTERMAN, Marcos. **Médici e o futebol**: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 1, p. 267-279, dez. 2004.

_____, Marcos. **O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2006, 155p.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 25.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACAPRA, Dominick. **Retórica e História**. In: Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 06, n. 1, jan-jun, 2013.

LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liana Sálvia. **O Que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros passos; 309.

MACARINI, Pedro José. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. In: Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. V. 05, nº 3, 2005. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/458/454>

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **A Imprensa no Brasil**. Editora Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. In: **Locus**: revista de História. Juiz de Fora, v. 13, n.2, p. 227-246, 2007.

NAKANO, Takeshi. **Theorising economic nationalism**. Nations and Nationalism 10 (3), 2004, 211–229.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista a Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. **Introducción: coordinaciones represivas en el Cono Sur (1964-1991)**. In: Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina Vol. 1 N° 1 (octubre de 2012).

RIDENTI Marcelo. 1968: Rebeliões e utopias. In: **O Séc. XX- O tempo das Dúvidas: do declínio das utopias às globalizações**. Organização: REIS FILHO Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge, ZENHA Celeste. RJ: Civilização Brasileira, 2000; p. 159.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. V. 4. p. 83-112.

_____, Carla Simone. **Religião e patriotismo**: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, p. 463-488, 2002.

_____, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964. Passo Fundo, EDIUPF, Universidade de Passo Fundo, 1998.

_____, Carla Simone. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ROSAVANLLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 15, nº. 30, p. 09-22, 1995.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989)**: um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. In: Soc. estado. vol. 22 nº.1 Brasília Jan. 2007.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, Coleção Clássicos do Pensamento Político, 2008.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Glaucio Costa de. **“Esta é a Hora”**: o Anticomunismo católico representado nos artigos da revista Hora Presente em anos Ditatoriais (1968-1974). Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/332.pdf>, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964/1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SZATROSKI, Elenice. **Os grupos dos onze**: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947- 1968.2003, 188f. Dissertação (mestrado em História), Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a Ditadura Militar 40 anos depois (1964/2004)**, p. 67 a 77, 2004.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. In: BARBOSA, Vânia M., FERNANDES, Ananda Simões, LOPEZ, Vanessa Albertinense, PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória. 2.ed., rev. e ampl. – Porto Alegre: Corag, v. 1, 2010.

_____, Claudia. O golpe de 1964- tudo que se perdeu. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul.** Porto Alegre – CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

ANEXO A

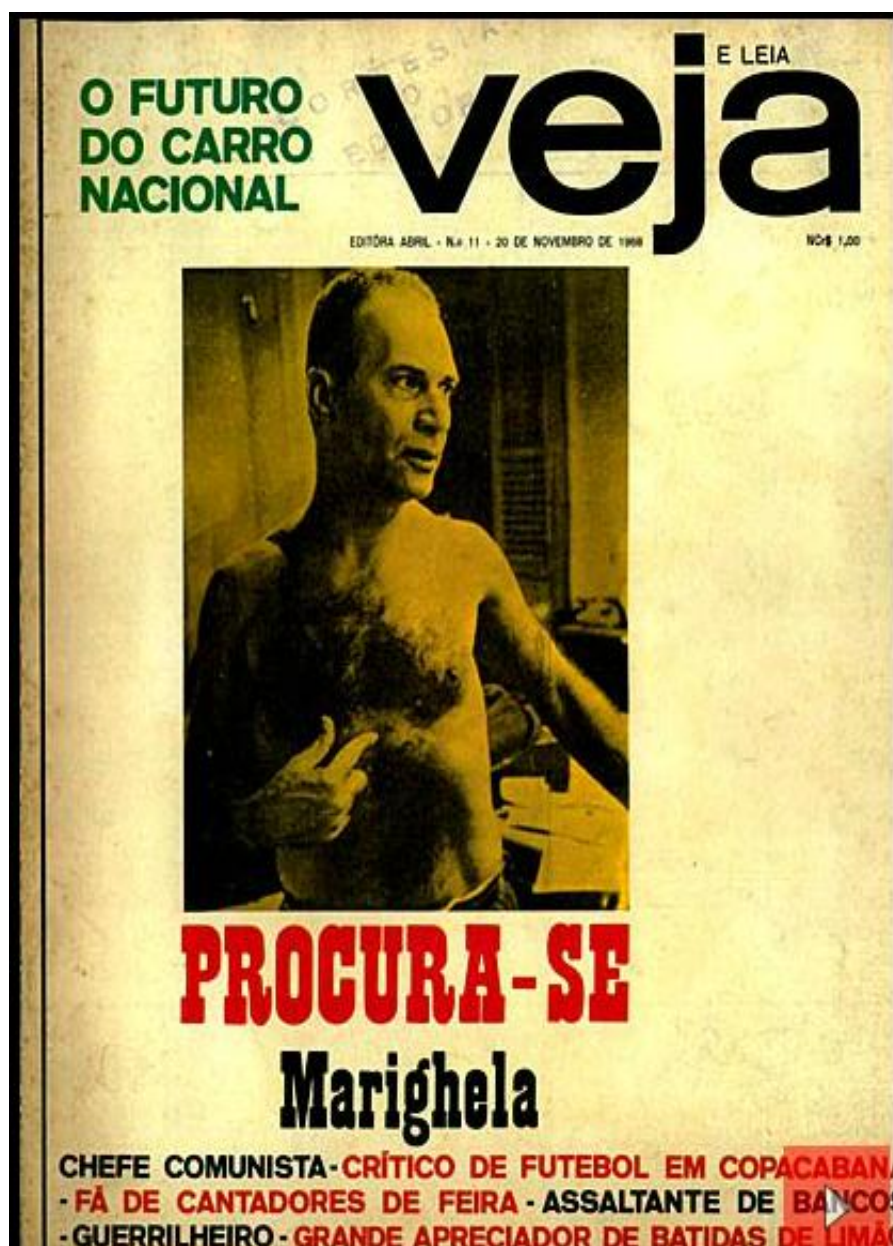


Figura 1: Imagem de capa do dia 28 de novembro de 1968, retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado no dia 19 dezembro de 2013.

ANEXO B

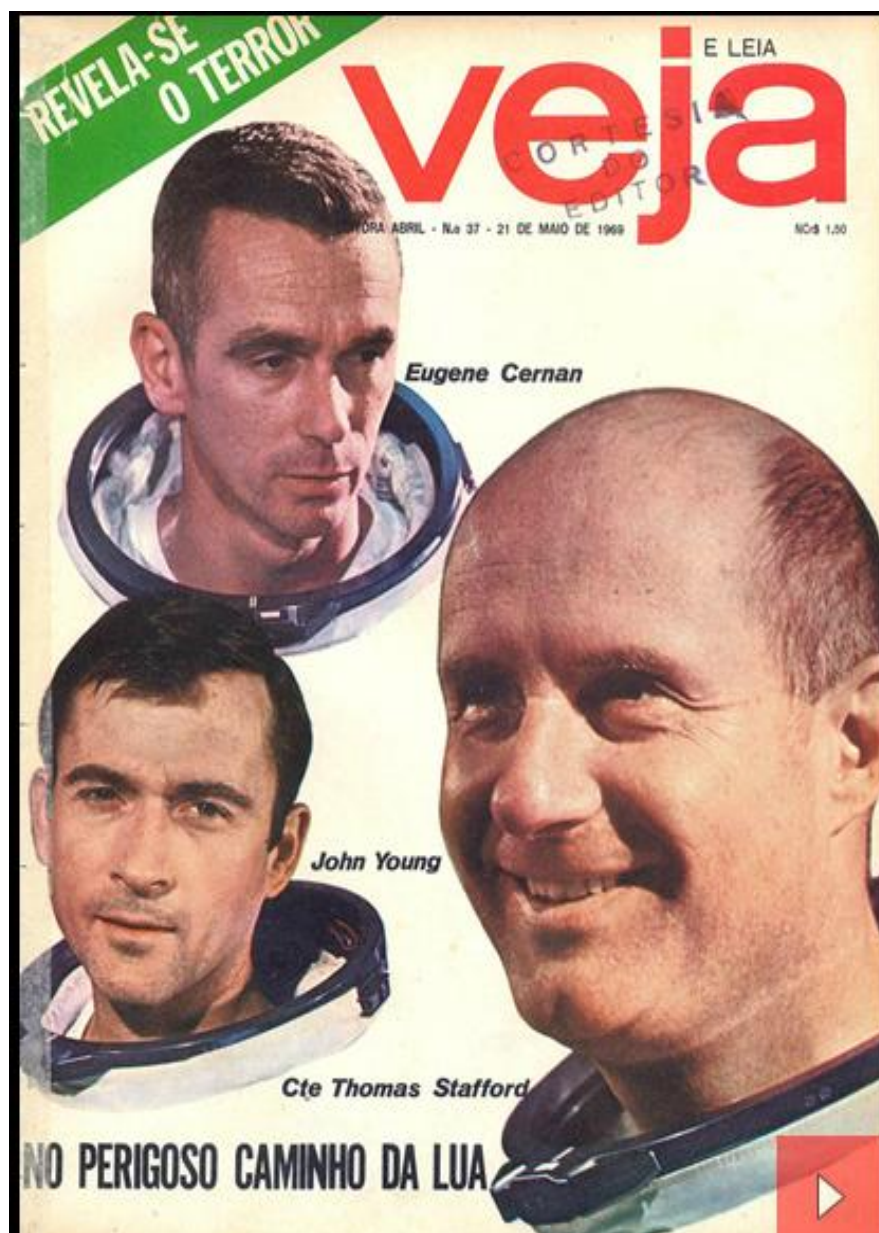


Figura 2: Imagem de capa do dia 21 de setembro de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> Acessado em 19 de dezembro de 2013.

ANEXO C

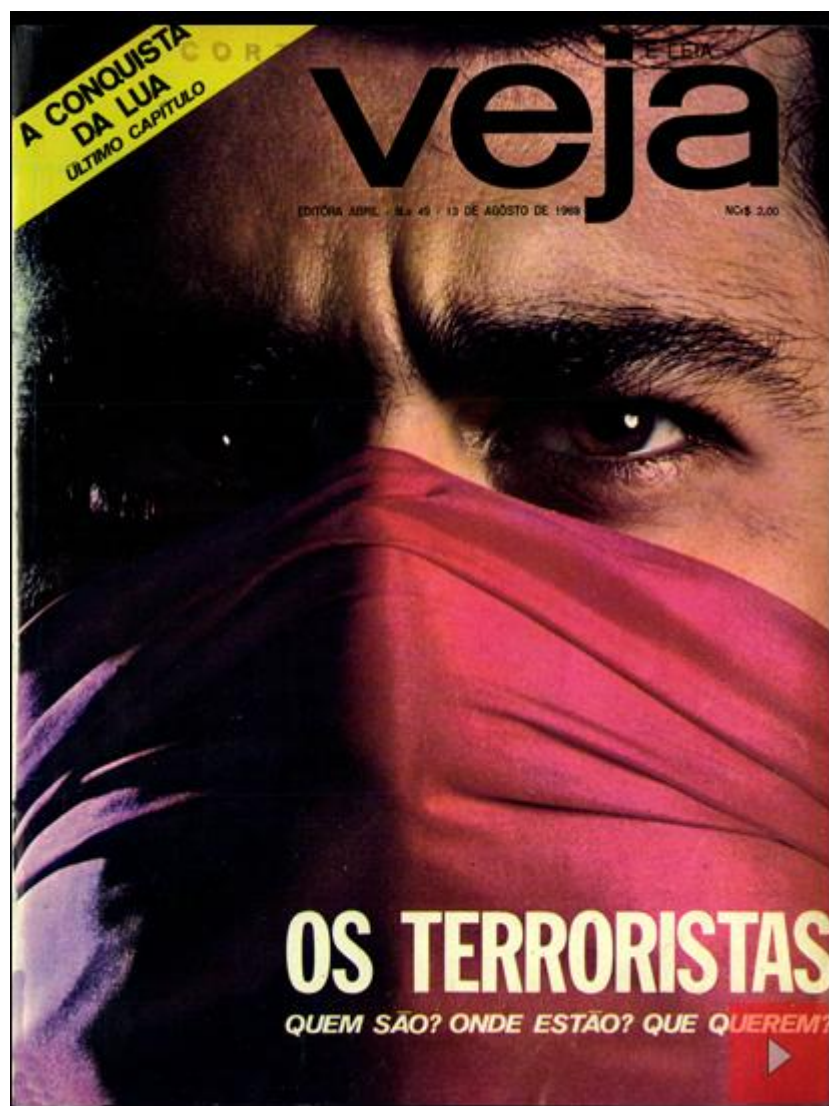


Figura 3: Imagem de capa do dia 13 de agosto de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

ANEXO D

[illegible]

Figura Anexo D: Imagem de carta ao leitor dia 13 de agosto de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

ANEXO E

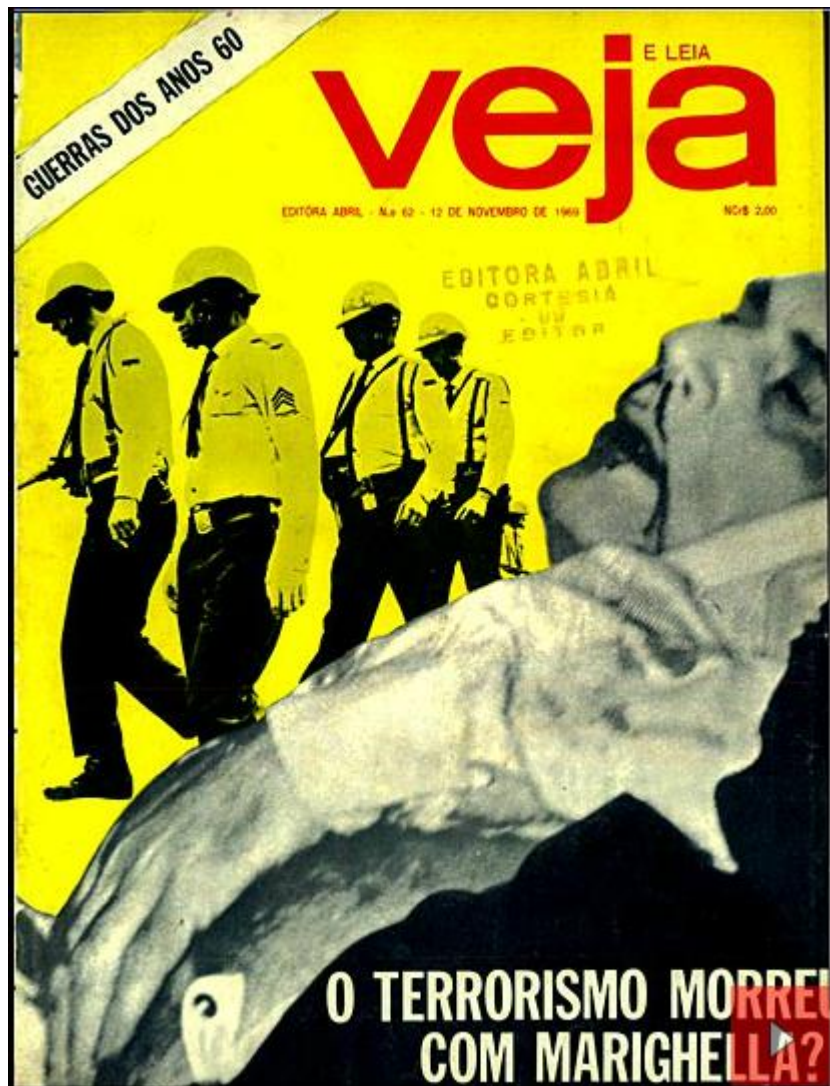


Figura 4: Imagem de capa do dia 12 de novembro de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

ANEXO F



Figura 5: Imagem de capa do dia 15 de outubro de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

ANEXO G



Figura 6: Imagem de capa do dia 2 de outubro de 1969 retirada do Acervo Digital VEJA, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.